



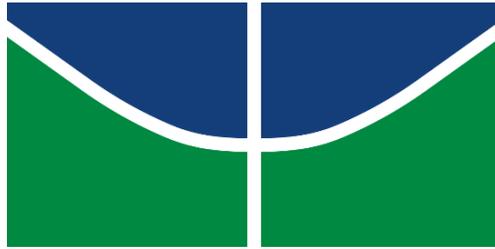
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PAULO CESAR REBELLO DE OLIVEIRA**

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA NO EXTREMO ORIENTE: AS  
PERCEPÇÕES AMERICANAS SOBRE OS EVENTOS NA PENÍNSULA COREANA  
(1945-1950)**

**BRASÍLIA – DF**

**2020**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA NO EXTREMO ORIENTE: AS  
PERCEPÇÕES AMERICANAS SOBRE OS EVENTOS NA PENÍNSULA COREANA  
(1945-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: *sociedade, cultura e política*. Linha de pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Virgílio Caixeta Arraes

**BRASÍLIA – DF**

**2020**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação de Mestrado de autoria de Paulo Cesar Rebello de Oliveira, intitulada “O processo de transição hegemônica no Extremo Oriente: as percepções americanas sobre os eventos na Península Coreana (1945-1950)” apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em 16 de outubro de 2020, defendida e aprovada pela Banca Examinadora:

---

Professor Doutor Virgílio Caixeta Arraes

Orientador

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS-UnB

---

Professor Doutor Carlos Eduardo Vidigal

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS-UnB

---

Professor Doutor Thiago Gehre Galvão

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília –  
PPGRI-UnB

*À minha avó, Denilze Rebello de Oliveira  
(in memoriam)*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de dedicar e agradecer, em primeiro lugar, aos meus familiares, especialmente minha avó, Denilze Rebello de Oliveira (*in memoriam*), e seus filhos, Maria Luísa, Fernando e Lorena, sendo, respectivamente, mãe, tio e tia. Agradeço, ainda, ao meu orientador, Virgílio Caixeta Arraes, pelo incentivo acadêmico e profissional. Ademais, agradeço aos que me acompanharam durante esta caminhada.

*“All the darkness in the world cannot  
extinguish the light of a single candle.”*

*— Saint Francis of Assisi*

## RESUMO

Referência: OLIVEIRA, Paulo Cesar Rebello de. **O processo de transição hegemônica no Extremo Oriente**: a percepção americana sobre os eventos na Península Coreana (1945-1950). 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

Através da análise do contexto da Guerra Fria no Extremo Oriente, pretende-se, com esta dissertação, interpretar e analisar os desdobramentos das relações entre os Estados Unidos, a União Soviética e a China no Extremo Oriente, especialmente na Península Coreana, a partir da perspectiva de transição hegemônica na região. O presente trabalho buscará abordar o governo do presidente Harry Truman, entre 1945 e 1950, abordando os desdobramentos da política de contenção e da Doutrina Truman na região do Extremo Oriente e sua crescente importância na formulação da política externa dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Guerra Fria; Política Externa; Hegemonia; Estados Unidos; China; Extremo Oriente.

## **ABSTRACT**

Through the analysis of the Cold War context in the Far East, this dissertation intends to interpret and analyze the American, Soviet and Chinese relations in the Far East, especially in the Korean Peninsula, from the hegemonic perspective. This paper seeks to address the government of President Harry Truman, between 1945 and 1950, presenting the unfolding of containment policy and Truman Doctrine in the Far East region and its growing importance in US foreign policy.

**Keywords:** Cold War; Foreign Policy; Hegemony; United States; China; Far East.

# SUMÁRIO

<b>NOTA SOBRE A ROMANIZAÇÃO DOS TERMOS</b> .....	<b>1</b>
<b>LINHA DO TEMPO</b> .....	<b>2</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1. ABORDAGENS TEÓRICAS E PANORAMAS GERAIS</b> .....	<b>6</b>
1.1 O desenvolvimento e aplicação do conceito de hegemonia .....	7
1.2 Imperialismo: revisão conceitual .....	11
1.3 Aspectos gerais da política externa americana durante a administração Truman.....	12
1.3.1 Do Mediterrâneo à Ásia Meridional: a Doutrina Truman .....	16
1.3.2 República Popular da China.....	23
1.3.3 Península Coreana .....	25
<b>2. A POLÍTICA EXTERNA COREANA: ESTADOS UNIDOS, JAPÃO E CHINA</b> .....	<b>30</b>
2.1 O reinado <i>Taewongun /Kojong</i> e os Estados Unidos.....	31
2.1.1 Entre o <i>sadae</i> e o <i>shimur</i> : as relações sino-coreanas.....	36
2.1.2 O fortalecimento japonês e o imperialismo sobre a Coreia.....	41
2.2 O imperialismo japonês (1910-1945).....	47
2.3 A Guerra Civil chinesa (1945-1949).....	49
2.4 A questão coreana durante a Segunda Guerra Mundial.....	50
2.5 As conferências internacionais .....	50
2.5.1 As Conferências do Cairo (1943), Teerã (1943) e Ialta (1945) .....	51
<b>3. ANÁLISE SOBRE A COREIA COMO CENTRO DA DISPUTA HEGEMÔNICA (1947-1950)...</b>	<b>55</b>
3.1 1947: desdobramentos na política de segurança americana.....	57
3.1.1 A Conferência de Moscou e o estabelecimento da República da Coreia .....	59
3.2 A percepção americana sobre a crise: o <i>National Security Council</i> , a diplomacia e a guerra.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>89</b>

## **NOTA SOBRE A ROMANIZAÇÃO DOS TERMOS**

Ao romanizar os termos e nomes chineses, utilizaremos o sistema *pinyin* adotado na China e utilizado por John King Fairbank, em seu livro *China: A new history*.

## **LINHA DO TEMPO<sup>1</sup>**

**1392** - Fundação da Dinastia Joseon (1392–1910).

**1864** - Gojong sobe ao trono com seu pai, Daewongun, como regente.

**1871** - Expedição dos Estados Unidos à Coreia.

**1876** - Os portos coreanos são formalmente abertos sob o Tratado de Ganghwa com o Japão Imperial.

**1895** - A China reconhece a independência da Coreia no Tratado de Shimonoseki. Ocorre o assassinato da imperatriz Myeongseong.

**1905** - Tratado Japão- Coreia de 1905, tornando-se um protetorado do Japão Imperial.

**1910** - Anexação da Coreia pelo Japão.

**1919** - Movimento 1º de março. Declaração de independência da Coreia.

**1941** - (Dezembro) Japão ataca Pearl Harbor.

**1943** - (Novembro) Durante a Conferência do Cairo, os Estados Unidos, Reino Unido e China declaram que a independência da Coreia virá no tempo certo; durante a Conferência de Teerã, Stalin concorda.

**1945** - (8 de agosto) A URSS declara guerra ao Japão; (12 de agosto) Os Estados Unidos propõem à URSS o paralelo 38 como a linha de demarcação para aceitar a rendição de tropas japonesas na Coreia: a URSS concorda; (15 de agosto) O Japão se rende; (Dezembro) Na Conferência de Ministros das Relações Exteriores de Moscou, os EUA, a Grã-Bretanha e a URSS concordam em colocar a Coreia sob um mandato de quatro poderes das Nações Unidas por um período de até 5 anos.

**1946** - (Março a maio) A Primeira Comissão Mista EUA-URSS a implementar o contrato de tutela em Moscou é adiada sem acordo.

**1947** - (Maio-outubro) A Segunda Comissão Mista EUA-URSS falha; em setembro, os Estados Unidos levam a questão coreana à Assembleia Geral das Nações Unidas: a URSS protesta.

**1948** - (Janeiro) Chega uma delegação da ONU para supervisionar as eleições gerais na península coreana; (Fevereiro) A Comissão Temporária da ONU na Coreia decide

---

<sup>1</sup> Retirada do livro *The Partition of Korea after World War II* com adaptações.

realizareleições apenas na metade sul da península ocupada pelos EUA; (15 de agosto) A República da Coreia (Coreia do Sul) estabeleceu, com Syngman Rhee como Presidente; (9 de setembro) É criada a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), com Kim Il Sung como primeiro-ministro.

**1950** - (25 de junho) A Guerra da Coreia começa com uma invasão em larga escala da Coreia do Sul pela Coreia do Norte.

**1953** - (Julho) A Guerra da Coreia termina em um armistício sem um tratado de paz; a DMZ (zona desmilitarizada) criada.

## INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é analisar a dinâmica das relações de poder e, conseqüentemente, a busca pela hegemonia no Extremo Oriente, sendo a principal região de estudo a Península Coreana, com a análise da atuação das potências estrangeiras na Coreia, apresentando, em perspectiva histórica, as relações entre os Estados Unidos e a Coreia desde o século XIX. O objetivo é demonstrar que a Coreia foi e permanece um ator relevante para a compreensão da dinâmica política no Extremo Oriente, ainda que não o único, sublinhando a atuação das mais variadas formas políticas ao longo do tempo para a península. Pretende-se, além disso, demonstrar o aumento do interesse do governo americano pela Coreia a partir de 1945 até 1950.

Buscando avaliar a dinâmica hegemônica no Extremo Oriente, o trabalho será abordado através dos estudos de Gramsci e Maquiavel, analisando como se forma um Estado e/ou setores hegemônicos. Pretende-se formar as bases do trabalho a partir desta perspectiva em conjunto com teses originadas em Confúcio, como o conceito de *sadae*, visando dar voz à perspectiva coreana das relações de poder, como a transição da vassalagem e o desgaste com a dinastia Qing. Os reflexos dessa atuação serão abordados ainda durante o período da Guerra Fria. A pesquisa manterá o seu foco no período entre 1945 e 1950, mas o trabalho apresentará o panorama geral para que as referências históricas e políticas apresentem uma relação clara e objetiva.

Neste trabalho a apresentação de conceitos políticos confucianos buscará não apenas dar espaço aos teóricos coreanos, mas apresentar uma perspectiva regional sobre o tema, abrindo espaço para maior compreensão da formação e atuação política chinesa, coreana e também japonesa, a partir do conceito moderno de *japanismo*. Haverá, ainda, a presença de Gramsci na China como uma questão a ser levantada sobre o pensamento marxista no Extremo Oriente e as políticas voltadas ao processo hegemônico. O trabalho versará, ainda, sobre a atuação do governo Truman na Ásia Central, visando demonstrar a atuação do governo americano em regiões consideradas prioritárias.

No primeiro capítulo serão abordadas as questões teóricas fundamentais para compreender o trabalho e seus conceitos mais relevantes. Haverá, ainda, uma revisão conceitual para tratar da historiografia e dos conceitos que cambem à pesquisa. Por fim haverá a apresentação do panorama geral do governo Truman e sua atuação na Ásia Central e no Extremo Oriente, visando compreender os pontos primaciais para o andamento da pesquisa e compreensão geral do tema, com especial tratamento ao início da Doutrina Truman e do

problema soviético enfrentado em diversas regiões do mundo, com influência do Departamento de Estado sobre a atuação soviética no pós-guerra.

O segundo capítulo apresentará as bases históricas e políticas da Coreia, além do interesse externo na região do Extremo Oriente. As reformas ocorridas na China, no Japão e na Coreia, além das invasões dos países ocidentais formarão a base geopolítica para compreensão dos desdobramentos a partir do século vinte. Durante este capítulo as reformas enfrentadas pela Coreia visando se inserir no sistema<sup>2</sup> internacional ocidentalizado também comporão o trabalho, demonstrando o papel ativo da Coreia na definição de suas políticas interna e externa, passando pelo ramo burocrático com a formação de novos órgãos ao rompimento com a forma tributária vigente em suas relações com a dinastia Qing.

Por fim, o terceiro capítulo abordará as mudanças políticas no Extremo Oriente, com enfoque na Guerra Fria e sua atuação na península. O ponto central da pesquisa se encontrará no período após a Segunda Guerra Mundial, com a aplicação da Doutrina Truman para contenção do comunismo e os relatórios do *National Security Council*, buscando apresentar que a Coreia, ainda que fosse periodicamente retratada como uma região secundária, seu papel foi fundamental na tentativa de uma política hegemônica consolidada durante o século dezenove, mas especialmente durante o século vinte.

---

<sup>2</sup> O conceito de sistema aqui utilizado é abordado por Buzan (1991), onde *sistema* é o resultado da interação entre unidades regidos por uma estrutura.

## 1. ABORDAGENS TEÓRICAS E PANORAMAS GERAIS

Buscando analisar as questões relativas ao desenvolvimento de conceitos pertinentes ao estudo da história política durante a Guerra Fria e a luta hegemônica presente no Extremo Oriente após a Segunda Guerra Mundial, este capítulo versará sobre conceitos que formam o núcleo teórico da pesquisa aqui desenvolvida. O conceito de hegemonia é utilizado como ferramenta de análise teórica visando a compreensão da formação das zonas de influência que compõem o sistema internacional na Ásia, tendo como principal objetivo a compreensão da construção hegemônica no Extremo Oriente, tendo a Península Coreana como ponto central da disputa entre a China, o Japão, a Rússia e os Estados Unidos, sendo abordada a importância da região a partir da segunda metade do século dezanove e seus desdobramentos até a segunda metade do século vinte, com a divisão formal da península em dois Estados sob formas de governo distintas.

Nesse sentido os conceitos abordados são relativos ao processo de construção e avaliação dos objetivos políticos das potências regionais e mundiais no Extremo Oriente, bem como a realização da tomada de decisões para região e a construção de alianças internacionais buscando, no caso americano, a contenção do comunismo na região e, no caso chinês, o apoio aos regimes e insurgentes comunistas na região, durante o século vinte. No século dezanove, há a formação da estrutura do sistema internacional moderno e o desenvolvimento da disputa imperialista, o que colocou a Ásia como ponto focal no avanço dos Estados ocidentais. Nesse sentido, o centro da disputa hegemônica se dá a partir dos estudos de relações de poder (GRAMSCI, 2001).

*Sadae* é um conceito originado em Confúcio e se apresenta como a perspectiva coreana das relações de poder na região, onde era fundamental um processo de subserviência ao poder hegemônico, sendo representado, no passado, pela China, Japão e União Soviética e, posteriormente, pelos Estados Unidos e pela China. Dessa forma, a península é um exemplo de combate pela hegemonia regional durante a Guerra Fria no Extremo Oriente, ainda que a Ásia fosse classificada como uma região secundária no jogo geopolítico da época. Esta perspectiva busca se encaixar com o desenvolvimento da hegemonia, proposto por Gramsci, e o imperialismo abordado brevemente por Wesseling.

Buscando apresentar o conceito como uma forma de compreensão da dinâmica internacional no Extremo Oriente se relacionando com os conceitos abordados anteriormente, será feita uma releitura do pensamento de Confúcio, visando demonstrar a construção da *Pax*

*Sinica*<sup>3</sup> como ordem vigente na região até o século dezenove e a aceitação desta ordem até a segunda metade do mesmo século. *Sadae* também servirá para compreender as reformas adotadas pelo Imperador *Kojong* em relação a adoção de tratados internacionais com as potências ocidentais e o Japão.

Desta forma, os conceitos aqui são fundamentais para a compreensão da dinâmica hegemônica na região a partir dos eventos que antecedem o século vinte, como a disputa sino-japonesa e a atuação das potências ocidentais na Coreia, cujo interesse se inicia a partir da segunda metade do século dezenove, como é retratado pelos diversos incidentes que marcam as expedições americanas e francesas aos impérios asiáticos.

### 1.1 O desenvolvimento e aplicação do conceito de hegemonia

Ao analisar a primeira revolução de cunho comunista na Ásia, com a ascensão de Mao Zedong, no ano de 1949, e a eclosão do primeiro conflito durante a Guerra Fria (1948-1991), a Guerra da Coreia (1950-1953), faz-se necessário analisar o conceito de hegemonia, inserido por Antônio Gramsci, o qual é considerado um dos maiores teóricos dentro do pensamento marxista, sobre o qual reflete a partir da natureza dos movimentos comunistas na Europa, desenvolvendo o conceito de hegemonia cultural. O conceito de hegemonia baseia-se na atuação de um grupo dominante, o qual tem por objetivo o domínio ou comando de algum território ou população (GRAMSCI, 2001).

O processo hegemônico é composto por duas formas possíveis de relação, sendo elas o consenso, que nasceria historicamente do prestígio ou a utilização da força, a qual seria utilizada apenas quando necessária e teria como objetivo assegurar de maneira legal, com base na jurisprudência ou no costume, e o controle daqueles que não aderem ao domínio do *hegemon*, ou seja, do grupo mais forte.

No entanto, é necessário fazer um mapeamento da evolução do pensamento acerca do conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci, tendo em vista a complexidade conceitual e a relação com os eventos aqui interpretados, além da adequação da proposta teórica no presente capítulo. O consenso nasce a partir dos intelectuais, que servem para garantir

os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos

---

<sup>3</sup> Hegemonia chinesa na região.

momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2001, p. 21)

A evolução do conceito de hegemonia procura levantar as bases do pensamento que serviu como apoio para que Gramsci desenvolvesse sua teoria, e as encontra nos debates que ocorreram durante a Terceira Internacional sobre as estratégias bolcheviques e a criação do Estado soviético (COX, 1993).

Contudo, a segunda sustentação para o pensamento acerca da construção do conceito de hegemonia em Gramsci está em Maquiavel, a qual se apresenta de forma mais relevante para o presente trabalho ao abordar a questão hegemônica na Ásia. Em sua análise sobre a influência do pensamento leninista durante a Terceira Internacional na formação epistemológica do pensamento gramsciniano, o autor sublinha que Lenin defendia a instauração de uma ditadura como reflexo da dominação, ao lado da liderança com o consentimento das classes aliadas, ou seja, os trabalhadores do campo.

Nesse sentido, a presença de Maquiavel é visível na formação do Estado soviético ao passo que a política desenvolvida por Lenin para sustentar o novo regime forma uma das bases do pensamento de Gramsci sobre a hegemonia.

Ainda sobre o desenvolvimento do pensamento gramsciniano sobre a hegemonia, o conceito de hegemonia mundial, delimita a capacidade de um Estado em exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas, contrapondo o conceito de dominação (ARRIGHI, 1996). Este raciocínio é desenvolvido com base nas ideias presentes em Gramsci.

Um dos problemas apresentado pelo autor é voltado ao argumento do “interesse geral”, defendendo ser impossível a aplicação total – no nível nacional ou internacional – assumindo que quando esse interesse é parcialmente verdadeiro há hegemonia. O autor delimita, ainda, o sentido etimológico da palavra, descrita como liderança e o seu sentido derivado, a dominação. Ou seja, onde há força, há resistência, ainda que a hegemonia de determinado grupo apresente uma ideia contrária.

O autor defende ainda que ao analisar as relações entre os Estados é possível que estejamos retrocedendo no processo mental de Gramsci ao desenvolver a teoria hegemônica, o qual aplica a supracitada teoria em um contexto social. Contudo, as relações interestatais e a partir do retorno ao suposto pensamento inicial de Gramsci, é possível notar dois problemas. O primeiro diz respeito aos dois processos hegemônicos, um voltado ao processo de liderança em uma direção desejada e o outro, voltado a liderança no sentido de atrair os demais Estados para sua própria via de desenvolvimento, sendo que apenas o primeiro caso é definido como

uma situação hegemônica, tendo em vista que o segundo caso pode gerar outros polos de poder.

O segundo problema é a inexistência de interesses comuns a nível mundial, como já apontado, sendo que esse exercício provoca a criação de poderes regionais ou de coalizões com interesses comuns. Desta forma, a hegemonia ocorre apenas quando há uma liderança clara e um projeto de desenvolvimento que deve ser seguido segundo tal potência.

Por fim, ao analisar a dinâmica do sistema internacional, Arrighi busca demonstrar a diferença entre anarquia e caos. Anarquia, segundo o autor, é a ausência de governo central. Este modelo vigorava durante a Idade Média e a Modernidade, tendo como principal motor para geração de ordem, o conflito armado.

O caos, por sua vez, é a falta total de organização em um sentido próximo ao irremediável, sendo que em um ambiente de caos, qualquer Estado que consiga alterar esse ambiente e impor qualquer forma de ordem adquiere, inevitavelmente, a oportunidade de se tornar um agente hegemônico.

Nos escritos de Lenin, especialmente *em Two Tactics of Social Democracy*, o autor utilizou o termo *gegemoniya* para discutir as razões pelas quais o proletariado deveria assumir a liderança ou a hegemonia contra o absolutismo Czarista. Nesse sentido, Gramsci desenvolveu sua teoria a partir de uma ideia presente durante a convenção: a da necessidade de instaurar uma ditadura para àqueles que são considerados inimigos e a hegemonia voltada às classes aliadas (FERNIA, 1981).

Em *The Three Hegemonies of Historical Capitalism* levanta algumas questões e defende que dentro do pensamento gramsciano o fato de um país se proclamar hegemônico é a representação do fracasso da construção da hegemonia deste Estado. Para o autor, a proclamação da hegemonia exercida pelo Estado deve ser o último estágio e apresentar outro elemento ao exercício do poder do Estado dominante (ARRIGHI, 1993).

No que se refere à influência de Maquiavel no pensamento gramsciano, é a metáfora do poder como um centauro, onde a combinação entre o homem e a besta formam a balança adequada do consenso e da coerção, respectivamente, mas é inadequado inferir que a utilização do poder coercitivo é sempre utilizada, haja vista que a hegemonia se apresenta como instrumento eficaz no controle, mas a coerção pode ser utilizada contra casos explícitos de desvio em relação ao status quo existente.

Maquiavel estava preocupado em encontrar a liderança e o apoio social para a unificação da Itália, ao passo que Gramsci olhava para o príncipe moderno, ou seja, o partido revolucionário disposto a manter o diálogo com sua base (COX, 1993).

Dentro das questões centrais dentro do pensamento gramsciano sobre a hegemonia, ao elucidarem que antes da transformação de um Estado em um *hegemon*, é necessário que este ente possua uma visão clara sobre os seus interesses e desenvolva sua própria aspiração hegemônica, apontando que no campo da filosofia política é possível fazer uma distinção entre a força e o consenso, bem apresentado por Gramsci, mas que na dinâmica internacional essas duas fontes de poder coexistem como valores do hegemon (AUGELI E MURPHY, 1993).

Os mesmos autores pontuam que o uso da força não deve significar a mesma coisa que dominação, ao passo que o consenso sempre é caracterizado como hegemonia, sendo necessária utilização de uma lógica honesta na construção desta hegemonia, caso contrário seria apenas uma forma de dominação, apontando que quando há falta de consenso os que detêm o poder buscam se apoiar na questão moral para justificar o uso do poder coercitivo.

Os autores sublinham ainda que, a partir da leitura do texto, Gramsci desenvolve o conceito de “sociedade civil”, afirmando que este grupo é formado a partir da adesão voluntária e constitui o momento de transição de um modelo de estrutura econômica para a formação da sociedade política, constituindo dois processos diferentes que podem gerar aspirações políticas universais. Prosseguindo com a análise, o desenvolvimento de uma política hegemônica ocorre na base da autocompreensão crítica, onde o potencial hegemon pode realizar alianças para defender seus interesses (AUGELI E MURPHY, 1993).<sup>4</sup>

É a partir do desenvolvimento do bloco histórico defendido por Gramsci, que o papel dos intelectuais se torna essencial, pois é neste momento que os pensadores representarão as ideias que constituem o terreno onde a hegemonia é exercida, buscando construir laços e demonstrando que o grupo representado pelos intelectuais orgânicos – a classe hegemônica – buscam construir a ideia na qual o desejo do partido ou da classe hegemônica representam o interesse de todo o grupo social.

Como sublinhado brevemente acima, apresenta a discussão sobre como os príncipes deveriam manter sua lealdade, delimitando duas formas de se lutar pela manutenção do poder, segue o autor, afirmando que se pode fazê-lo através da força e pelo uso das leis, assinalando que a força é uma característica dos animais e a lei, dos homens. Sendo assim, o príncipe, em

---

<sup>4</sup> On the basis of this critical self-understanding, the potential hegemon can make alliances, taking a step beyond defending its economic-corporate interests - i.e., 'immediate and narrowly selfish interests of a particular category' (Gramsci, 1971: 77) - in order to link itself to other groups involved in society's key political struggles. This is the process which Gramsci, using Sorel's language, calls the establishment of a 'historical economic-political bloc' (Gramsci, 1975) not just an alliance, but a, 'dialectical unity of base and superstructure, of theory and practice, of intellectuals and masses'. (Forgacs, 1988).

suas palavras, deve saber como utilizar os atributos dos animais e dos homens quando necessário (MAQUIAVEL, 2008).

Voltando-se aos escritos políticos da Antiguidade Clássica para embasar esta teoria, ao afirmar que pensadores e teóricos à época alegaram que grandes heróis gregos, como Hércules, Aquiles e Teseu, foram ensinados pelo centauro denominado Chiron<sup>5</sup>, reconhecido por suas habilidades na medicina, profecia e caça, indicando que a educação realizada por uma criatura que possui características animais e humanas, os instruiria a utilizar o conhecimento destas duas naturezas.

Na introdução da edição utilizada, Atinkson (2008) faz uma relevante análise sobre o papel do exército, colocado por Gramsci como poder coerção, em Maquiavel, afirmando que a existência de um bom exército é fundamental para o exercício de um bom governo, sendo uma relação de reciprocidade entre o príncipe e o exército.

Em leituras mais contemporâneas sobre o conceito de hegemonia, compreende-se que parte da etimologia da palavra hegemon, oriunda do grego, cujo significado é a liderança de um Estado sobre outros do sistema (GILPIN, 1981) e a definição de poder hegemônico como o exercício de autoridade dentro de um sistema sobre o próprio funcionamento deste modelo. O autor propõe outra forma de analisar e classificar o poder hegemônico, sublinhando que alguns autores buscam delimitar o exercício do poder por um Estado, mas existem casos nos quais pode haver o compartilhamento da hegemonia, como exemplos o autor aborda a situação existente depois das Guerras Persas, entre Atenas e Esparta ou a hegemonia difusa entre as potências europeias após 1815 (WATSON, 1992).

No caso europeu, prossegue, as formações de blocos hegemônicos não foram voluntárias, mas impostas por tratados de paz.<sup>6</sup> A utilização do conceito deve ocorrer para identificar os Estados mais fortes que podem determinar as relações entre os membros da sociedade internacional, mas essa relação não deve ser ditatorial, ou seja, o diálogo entre o poder individual ou o grupo hegemônico e demais Estados deve permanecer.

## 1.2 Imperialismo: revisão conceitual

Buscando desenvolver uma relação entre o conceito de hegemonia apontando acima e o imperialismo – uma corrente teórica indispensável para a compreensão da dinâmica internacional durante o período estudado – o presente subtítulo buscará definir, assim como no caso anterior, o desenvolvimento do conceito, buscando levantar autores que apontam em

---

<sup>5</sup> Chiron é considerado o mais venerável dos centauros, possuindo seu próprio culto na região da Tessália.

<sup>6</sup> O autor refere-se nesse caso aos tratados de Vestfália, Vienna e Versailles.

diferentes perspectivas ontológicas, mas traçando e dando maior ênfase aos conceitos que serão utilizados na execução do trabalho. A partir das questões elencadas acima, Wesseling (2001) define o imperialismo como uma forma hierárquica a nível internacional na qual uma unidade política governa de facto outra região, como o modelo que foi aplicado pela China e o Império Romano.

No entanto, não é possível definir uma teoria universal que seja capaz de abarcar todo o desenvolvimento do sistema internacional e percepções de mundo. A divisão das teorias ocorre nos termos sobre o imperialismo em metrocêntricas, pericêntricas e sistêmicas (WESSELING, 2001). A primeira abordagem teórica busca delimitar na atuação ou características dos Estados imperiais, tendo como principais expoentes John Hobson e Vladimir Lenin, enquanto as outras duas abordagens buscam apresentar, respectivamente, as condições para a formulação da hierarquia entre Estados e o embate entre as grandes nações na luta pelo alcance hegemônico entre as potências imperialistas.

### 1.3 Aspectos gerais da política externa americana durante a administração Truman

A presente seção apresentará a reformulação da política externa americana frente aos novos desafios apresentados pelo reordenamento internacional após a Segunda Guerra Mundial. O governo Truman enfrentou problemas internos em decorrência da sua suposta incapacidade em lidar com os problemas criados pela geopolítica internacional, além de problemas internos como a exploração de suas fraquezas pelo Partido Republicano, grupo político que não conseguia chegar ao poder desde o ano de 1932.

Ao abordar a formação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, Beisner (2006) apresenta o órgão como uma confusão e afirma que este permaneceu assim até a ascensão do general George Marshall como Secretário de Estado. Ainda que este tenha permanecido no cargo por apenas sete meses, Dean Acheson<sup>7</sup> possuiu grande influência durante o período em que Marshall ocupava o cargo além de ter realizado um papel fundamental na formulação da Doutrina Truman e do Plano Marshall, ambos executados no pós-guerra.

Ao abordar a Guerra Fria no Extremo Oriente, é fundamental discorrer sobre as perspectivas historiográficas sobre o período, bem como as questões teóricas sobre o conceito de Guerra Fria aplicado ao Extremo Oriente, região na qual houve diversos conflitos durante o período.

---

<sup>7</sup> Secretário de Estado adjunto, 1941-45; Subsecretário de Estado, 1945-47; e Secretário de Estado, 1949-53.

Ao analisar a política externa americana desde a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial até a vitória dos aliados contra a Alemanha e o Japão, houve uma mudança estrutural na formulação da política externa americana. A mudança seria a saída de um pensamento isolacionista para a construção do multilateralismo no âmbito internacional, como é notado a partir dos órgãos internacionais que surgem com a participação ativa do governo americano. Com isso, Cox & Stokes (2012) analisam três formas de se explicar a Guerra Fria, notadamente as causas externas, internas e a perspectiva neoclássica.

Ao analisar o tema a partir das causas externas ou estruturais, torna-se mais complexo afirmar que os Estados Unidos e a União Soviética sejam os responsáveis pelo desenvolvimento da Guerra Fria. O viés estrutural de análise demonstra que houve um vácuo de poder após a Segunda Guerra Mundial e que este espaço foi ocupado pelas duas superpotências existentes à época, notadamente a União Soviética e os Estados Unidos. Ainda dentro do mesmo marco teórico, há a forma “ortodoxa” de análise, na qual a União Soviética era uma potência expansionista e os Estados Unidos responderam ao comportamento adotado pelo Kremlin, como aponta os relatórios do *National Security Council* sobre as inerentes ameaças soviéticas para a segurança nacional americana.

No entanto, as perspectivas analíticas que buscam focar nas questões internas, também chamadas de revisionistas, argumentam que a diplomacia americana buscava, desde o século XIX, abrir os mercados externos e promover o capitalismo como forma de organização econômica. Além disso, durante e após a Guerra do Vietnã, o comportamento imperialista dos Estados Unidos foi o responsável pelo recrudescimento da Guerra Fria, tendo em vista que, de acordo com esta perspectiva, a única ameaça que a União Soviética promoveu foi o desafio aos valores do liberalismo econômico, defendido pelos Estados Unidos.

O pensamento neoclássico defende, por fim, uma análise mais ampla do desenvolvimento da Guerra Fria. A referida teoria abarca fatores externos e internos como os responsáveis pela formação da nova ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, o desenvolvimento da Guerra Fria, ainda que com características diferentes nas regiões do mundo.

O desenvolvimento da Guerra Fria no Extremo Oriente será considerado a partir da teoria neoclássica, pois compreende-se que o cenário externo é uma forma de análise para a tomada de decisões internas, ao passo que a política interna afeta, direta ou indiretamente, os acontecimentos no exterior. Ou seja, a atuação do *National Security Council* e os eventos na Coreia e em Taiwan serão avaliados como elementos singulares dentro de um contexto internacional. Dessa forma, os elementos externos que levaram a adoção da Doutrina Truman,

com a aprovação do Senado americano, composto majoritariamente pela oposição republicana, são elementos de análise sobre a postura do governo americano em relação ao mediterrâneo.

A pressão midiática, ainda que não seja o foco da presente pesquisa, também pode ser considerada por instrumento de análise ao passo que os veículos midiáticos acusavam o governo Truman de defender interesses democráticos apoiando regimes autoritários, como ocorreu no caso grego.

Ao abordar as diretrizes da política externa americana durante a administração Truman, o Subsecretário e Secretário do do Departamento de Estado, Dean Acheson, narra, em sua autobiografia, que o objetivo do governo Truman era a criação de um novo mundo a partir do caos deixado pelo conflito mundial. Este mundo seria parcialmente livre sem destruir o todo em pedaços durante o processo (ACHESON, 1969).

Dessa forma, nota-se a construção de um mundo bipolar, dividido entre dois sistemas, visando o compartilhamento entre duas áreas de influência, uma livre e outra autoritária. A partir da afirmação de Acheson, a formulação de um novo sistema internacional viria a ser com vistas a promover a coexistência pacífica entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Após a Segunda Guerra Mundial, os ânimos referentes ao desenvolvimento de uma nova ordem mundial se expandiram também para o âmbito militar e cultural, tendo em vista que o General George Marshall advertiu que o governo americano estava agora preocupado com a paz do mundo inteiro (SHERRY, 1977).

O Bibliotecário do Congresso, Archibald Macleish, afirmou que o governo dos Estados Unidos detinha os meios para moldar o mundo de acordo com o desejo americano. Esta afirmação representa a vertente cultural do pós-guerra, ao defender que o mundo democrático e livre existiria apenas se o governo tivesse interesse em fazê-lo pois não faltavam recursos para sua execução.

As duas falas, de Marshall e Archibald, inserem-se em um contexto no qual os Estados Unidos eram vistos como prontos para a intervenção nos mais diversos pontos do mundo, visando defender os seus interesses. A política de intervenção anunciada acima foi aplicada primeiramente durante a crise Greco-Turca<sup>8</sup>.

Contudo, a Guerra Fria não se resumiu apenas ao continente Europeu. No caso chinês, Acheson buscou desenvolver uma política externa pragmática, em um momento no qual ainda

---

<sup>8</sup> Gerada a partir da pressão exercida pela União Soviética para a utilização dos Estreitos Turcos, ainda que a Turquia tivesse permanecido neutra durante o conflito. Após essa questão, o governo turco buscou apoio no governo dos Estados Unidos da América e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

não havia se tornado um *hardline* contra a expansão do comunismo, representando a ala moderada contra a ascensão e expansão da referida ideologia. Kissinger (2011) analisa o desenvolvimento da política externa americana durante a administração Truman e as relações com a China, realçando que Acheson, durante um discurso no National Press Club, reafirmou a mensagem enviada pelo China White Paper<sup>9</sup>, visando apontar e definir a posição americana em relação ao período definido em seu título.

Este relatório é responsável por inaugurar uma nova política externa para a Ásia, pautada por três princípios norteadores sendo eles o reconhecimento do despreparo das forças armadas nacionalistas, sendo representadas pelo maior nível de incompetência visto por qualquer comando militar. A segunda diretriz era pautada na demonstração de que a principal ameaça a soberania chinesa era oriunda da União Soviética, tendo em vista que as áreas do norte da China estavam sendo anexadas pela União Soviética.

Por fim, Acheson propôs que as relações entre a China e os Estados Unidos fossem pautadas pela perspectiva de interesse nacional, declarando que qualquer um que violasse a integridade territorial da China seria dela inimigo e estaria contrariando o interesse dos Estados Unidos. Ou seja, Acheson vivia os primeiros momentos daquilo que foi chamado “a perda da China”, pois o país era visto como um potencial gigante democrático pautado pelos princípios Ocidentais/americanos de liberdade e democracia. Acheson afirmou ainda que

[Hoje] é um dia no qual as velhas relações entre o oriente e o ocidente se foram, relações que no seu pior foram exploração e no seu melhor foram o paternalismo. Essa relação terminou, e o futuro das relações entre o oriente e o ocidente devem agora estar no Extremo Oriente, com respeito e ajuda mútua (Kissinger, 2011, pp 84-85)

Ao analisar a política externa do governo Truman, é notável a divergência em muitos direcionamentos adotados por seu antecessor, Franklin Delano Roosevelt. Herring (2008) define uma das principais características de Harry Truman a partir da crença na qual o jeito americano da tomada de decisões e estilo de vida era a forma correta e que, dessa forma, a paz deveria ser baseada nos mesmos princípios.

Essa percepção, entretanto, não pode ser considerada nova, pois com a assinatura dos tratados após a Primeira Guerra Mundial, a adoção de valores americanos na formulação da diplomacia europeia. Além disso, houve, ainda, o desenvolvimento da Liga das Nações, a qual levaria a criação, durante o governo Truman, da Organização das Nações Unidas.

---

<sup>9</sup> United States Relations With China, With Special Reference to the Period 1944–1949

Apesar das discordâncias nas diretrizes da política externa, Roosevelt e Truman compartilhavam o mesmo desprezo pelos *striped pants boys*<sup>10</sup>, como eram chamados os diplomatas por Harry Truman. Entretanto, os acontecimentos políticos que tomaram lugar na Coreia e em outras regiões do mundo apresentavam uma ameaça ao governo americano e este não apresentava coerência política para enfrentar a instabilidade externa apresentada por James Byrnes, Secretário de Estado à época.

Em referência às relações com a Ásia, especialmente na região do Extremo Oriente, é necessário pontuar que os vácuos de poder deixados na região após a Segunda Guerra Mundial, como a renovação da Guerra Civil chinesa e a ocupação improvisada da Península Coreana. Para o autor, Mao Zedong buscou cooperar majoritariamente com o governo soviético durante o regime de Stalin e que, apesar de ter auxiliado na expansão do mundo comunista, houve a ruptura das cooperação sino-soviética durante o governo de Nikita Khrushchev (GADDIS, 1997).

Um dos fundamentos da política externa americana durante o governo Harry Truman é a chamada política de contenção. Ao descrever sobre este fundamento, aparecem elementos para afirmar que a situação geopolítica não foi a causa direta da divisão do mundo entre a União Soviética e os Estados Unidos e a consequente disputa política, econômica, militar e social que caracteriza a Guerra Fria (COX E STOKES, 2012).

Para os autores, a combinação de ações soviéticas na Europa Oriental e a resposta americana a este movimento foram as principais causas para o cenário da Guerra Fria. Afirma-se, ainda, que o processo de “sovietização” da Europa Oriental e a forma autoritária que isso ocorreu, a partir da extinção de partidos que não se alinhavam com a esquerda revolucionária, além da integração econômica, também forçada, entre 1945 e 1948, foram elementos fundamentais para a reformulação da política externa americana para a região.

### 1.3.1 Do Mediterrâneo à Ásia Meridional: a Doutrina Truman

O presente subcapítulo buscará abordar a aplicação da Doutrina Truman e os debates internos do governo Truman sobre a questão do Mediterrâneo e da Ásia Meridional, sendo estas regiões pontos fundamentais para compreensão da política externa americana durante o período estudado.

Ao narrar o desenvolvimento das ações que compõem a Doutrina Truman, é necessário pontuar que as informações cedidas pelos conselheiros de Harry Truman avaliavam as diretrizes da política externa da União Soviética como a busca pela posição

---

<sup>10</sup> Garotos de calças listradas, em tradução livre.

hegemônica no sistema internacional ou como um sistema político que funcionava a partir da ideologia comunista, tendo como premissa a questão ideológica e armamentista (SPALDING, 2006). O problema soviético era a maior questão enfrentada pelo governo americano, tendo em vista que, como vitoriosos na Segunda Guerra Mundial, a preocupação encontrava-se na divisão de um mundo livre, liderado pelos Estados Unidos, e de um mundo totalitário, liderado pela União Soviética.

Sobre a política externa americana desde 1945, interpreta-se a proposta do General George Marshall, sucessor de James Byrnes, sobre desenvolver o Programa de Recuperação Europeia, comumente conhecido como Plano Marshall, o qual estava aberto, tecnicamente, à participação da União Soviética, mas os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não tinham intenções de que este país participasse, permitindo que o mesmo aumentasse a probabilidade de um conflito ou da disputa ideológica e territorial durante o período da Guerra Fria (1948-1991). A resposta soviética veio em seguida, ao consolidar o *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON), em 1949, intensificando o processo de Stalinização (DOBSON, 2007).

Durante o mesmo período, prossegue o autor, os governos da Grã-Bretanha, França e da região do *Benelux* (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) concluíram o acordo que daria origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A OTAN, como afirmou o primeiro Secretário-Geral, Lord Ismay, era “manter os americanos dentro, os russos fora e os alemães abaixo”. A OTAN representou, à época, o braço militar do “mundo livre” e buscou impedir que a União Soviética conquistasse grandes porções da Europa através da questão ideológica ou militar. Foi, inclusive, o principal braço liberal na Europa, se juntando ao Plano Marshall, onde este previa a reconstrução econômica e o outro, a defesa militar.

Pontua-se que as ações que nortearam a política externa americana durante a formação da Nova Ordem Mundial, entre 1945 e 1957, eram distintas da visão tradicional que os Estados Unidos possuíam até então, como a adoção do multilateralismo em detrimento do unilateralismo. Este comportamento isolacionista é marcante no que se refere às relações com o Oriente, tendo em vista que os Estados Unidos buscaram se abster dos conflitos que assolaram o território coreano e a região do Extremo Oriente no século dezenove, possuindo um objetivo apenas após a Segunda Guerra Mundial (HERRING, 2008).

O governo americano buscou participar, a partir de 1945, de diversos compromissos internacionais, como aqueles que levaram à criação da Organização das Nações Unidas, em razão da política de contenção participou de diversos compromissos internacionais, além da construção de um poder militar em tempos de paz, o que era impensável entre 1937 e 1939.

Os eventos que se sucederam após a Segunda Guerra Mundial, notadamente a divisão do mundo entre Ocidente e Oriente políticos, bem como a criação da Organização das Nações Unidas, foram classificados como *War of Nerves*<sup>11</sup> tendo como principais pontos a batalha política composta por elementos ideológicos, estratégicos e econômicos, as quais, no caso americano, encontraram sua maior expressão na chamada Doutrina Truman (SPALDING, 2006).

O ano de 1946 apresentou uma série de dilemas para o governo americano na Europa. O Secretário de Estado James Byrnes, em seu discurso<sup>12</sup> na *Stuttgart Opera House*, afirmou que os Estados Unidos não buscaram se vingar dos seus inimigos durante a Segunda Guerra Mundial e acusou a união soviética de estar causando dificuldades na zona ocupada.

Sobre o medo existente de os Estados Unidos deixarem a zona ocupada como um sinal de descontentamento, Byrnes afirmou que os Estados Unidos permaneceriam ali, pois eles não iriam desistir de sua obrigação (HERRING, 2008). O discurso de Byrnes desenhou uma linha clara contra o suposto processo de expansão soviético e foi fundamental para o desenvolvimento das políticas americanas após o conflito mundial.

A questão geopolítica se apresentou como um fator primacial no planejamento da intervenção no Mediterrâneo, um dos epicentros da Guerra Fria. Ao estudar a política externa do governo Truman e ao interpretar o verão de 1946, portanto um ano antes da declaração formal que daria origem a Doutrina Truman, apresenta a situação econômica da Europa e sua incapacidade de se defender um hipotético ataque militar soviético, sendo obrigada a buscar respaldo econômico e militar nos Estados Unidos (SPALDING, 2006).

George Kennan, diplomata e um dos maiores especialistas em União Soviética, em conjunto com outros peritos no tema, enviou o chamado “longo telegrama”, provendo uma das maiores bases da política de contenção durante a época, além de analisar o funcionamento do governo soviético e concluiu que o governo stalinista enxergava o capitalismo global em um período de crise e inevitável declínio.

A partir dos relatórios supracitados é possível compreender as movimentações militares em áreas que não se encontravam no campo capitalista e tampouco no campo comunista, como o Irã, a Turquia e a Coreia. A utilização política dos Estados que compunham o campo soviético para expandir o domínio e a influência comunista foi uma das estratégias utilizadas pelo regime de Moscou, como a atuação da Bulgária durante a

---

<sup>11</sup> Guerra de nervos, em tradução livre.

<sup>12</sup> Também conhecido como “Discurso da Esperança”, Byrnes apresentou a nova política externa americana para a Alemanha. O discurso está disponível em <<https://usa.usembassy.de/etexts/ga4-460906.htm>>

Conferência de Paz de Paris, ocasião na qual foi demandada a parte norte da Grécia, ou durante a Convenção de Montreux onde, em 1946, houve a tentativa de renegociar o controle dos estreitos da Turquia, incluindo bases navais e aéreas da União Soviética na região, apenas um mês depois da realização da proposta soviética para deixar o estreitos livres de qualquer domínio estrangeiro.

Truman optou por não conceder o acesso aos estreitos de Dardanelos, pois acreditava que esse seria o caminho para a expansão soviética, ainda que seu conhecimento sobre o tema fosse raso. O Embaixador dos Estados Unidos em Ankara compartilhava da perspectiva na qual a queda da Turquia deixaria o caminho aberto para a expansão da União Soviética para o Golfo Pérsico e a área do Canal de Suez (HERRING, 2008). Este cenário de incertezas e pouco conhecimento sobre o mundo que estava se formando.

O cenário de instabilidade externa e conflitos com a União Soviética influenciaram Harry Truman ao discursar no Congresso americano sobre a situação na Turquia e na Grécia. A política externa americana para a região do mediterrâneo buscava combater a insurgência comunista que estava ganhando força ao passo que a monarquia grega se encontrava decadente, buscando centralizar o conflito apenas na Grécia, sem permitir que ele se ampliasse para outros países da região.

Ao citar Marshall e Griswold, desenvolvemos o pensamento de que a política econômica e de reforma não poderiam ocorrer se não houvesse nenhuma relação com o apoio militar, visando o combate às guerrilhas e o estabelecimento da segurança interna (JONES, 1989). Há, ainda, a defesa da tese de que a política de contenção foi acatada por um congresso relutante a favor da Europa. A outra consequência da Doutrina Truman foi a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte<sup>13</sup> em razão do perigo que a União Soviética representava (KISSINGER, 1994).

No contexto de contenção do comunismo na primeira metade dos anos quarenta há a adoção do Ato de Segurança Nacional, em 1947, sendo conhecida como a “Carta Magna do Estado de Segurança Nacional”. O referido ato institucionalizou o *Joint Chiefs of Staff* e o Conselho Nacional de Segurança, o qual ajudaria na execução e coordenação do *policymaking* americano, ocupando um papel central no Departamento de Estado, como afirma Herring (2009). Para o autor, essa situação foi a responsável pelo ressurgimento da burocracia no campo da segurança, onde foram desenvolvidos programas de combate à insurgência e de apoio econômico sem precedentes.

---

<sup>13</sup> Foi a primeira aliança militar em tempos de paz da história dos Estados Unidos.

Nesse ínterim, a atuação de Dean Acheson foi fundamental para a idealização e aplicação da Doutrina Truman como uma nova linha da política externa americana. Ao estudar as origens referida doutrina, define-se que não existem discordâncias quanto ao desenvolvimento da doutrina, além dos esforços na execução do programa, tendo em vista que o Comitê Especial para o Estudo da Assistência à Grécia e Turquia recomendou que o governo dos Estados Unidos assumisse a responsabilidade pelo suporte financeiro e militar aos dois países, com a anuência dos Secretários de Guerra, Estado e Marinha, sendo aprovada pelo presidente (KUNIHOLM, 1993). Não obstante a formulação da doutrina ocorreu de forma orquestrada pelo governo e não foi uma ideia de um homem. O governo americano atuou de forma uníssona para contar a ameaça representada pela União Soviética na região através do apoio às guerrilhas.

O autor, ao analisar o papel político exercido por Acheson, desenvolve que a Grécia, após acompanhar os eventos na Turquia e no Irã, poderia colapsar para o lado comunista salvo se o país recebesse apoio em larga escala, impossibilitando a dominação do Mediterrâneo e do Oriente Médio; caso ocorresse a conquista da Grécia ou da Turquia, estes eventos levariam ao controle da região e, conseqüentemente, da Europa.

A ocupação britânica da Grécia ocorria desde 1944 e durante este período, o governo britânico ficou responsável por ajudar a monarquia grega nos esforços para conter uma revolução socialista. Este esforço custou os escassos recursos dos quais dispunha a coroa britânica após a Segunda Guerra Mundial (HERRING, 2008).

A partir dos desdobramentos supracitados, a Grécia era um ponto central na política de segurança dos Estados Unidos no Mediterrâneo e Oriente Próximo, representando uma queda de prestígio caso ocorresse a retirada das tropas da Grécia. Apesar disso, era custoso manter a presença militar em diferentes áreas do mundo e, caso os Estados Unidos se envolvessem na crise Palestina, a Casa Branca deveria reformular o processo de apoio à Grécia. O principal objetivo americano na região era buscar a prevenir o estrangulamento da Grécia pela União Soviética e seus aliados, mas os conselheiros militares em Washington enfatizaram que os Estados Unidos não tinham homens preparados para atuar em cada conflito existente no mundo (JONES, 1989).

George Kennan, à época ensinando no *National War College*, demonstrou sua insatisfação em relação à análise americana do Oriente Médio. Para Kennan, o maior problema era em relação ao tom do discurso. Para Kennan, Harry Truman buscou minimizar as diferenças existentes entre a Grécia e a Turquia, ainda que admitisse que a Grécia poderia se tornar comunista e os Estados Unidos devesse agir de forma limitada frente a saída do

governo britânico da região. Entretanto acreditava que as forças comunistas em Moscou e na Europa Oriental não eram capazes de governar a Grécia. No caso turco, ele não acreditava que havia uma ameaça comunista naquele país, devendo os Estados Unidos agir apenas na Grécia e, a partir desta ação, maximizar a estabilidade turca (SPALDING, 2006).

Coloca-se a responsabilidade britânica na região como um impedimento para que os Estados Unidos desenvolvessem uma política específica para a Turquia, ainda que em 1945, em um encontro com o Ministro das Relações exteriores soviético, Molotov, Truman expressou que a Turquia deveria permanecer independente e que não haveria nenhuma concessão no que se refere aos estreitos turcos. O presidente americano enxergava a Grécia, Turquia e o Irã como partes de um todo, cuja importância era compartilhada, não podendo discutir a questão grega deixando de lado os outros Estados (SPALDING, 2006). Em um trecho de seu discurso<sup>14</sup>, em 1947, Truman afirmou que a política nacional de segurança Americana e a política externa estão envolvidas, apresentando o apoio pedido pelo governo grego para assistência financeira e econômica, cuja existência do Estado estava sendo ameaçada por atividades terroristas lideradas pelos comunistas. No mesmo discursos ele apresentou que a escolha era entre um estilo de vida pautado nas liberdades individuais e o outro, no terror e opressão.

No entanto, não é possível concluir que o discurso do presidente em março de 1948 não gerou nenhuma resistência. O Secretário de Estado George Marshall foi o responsável por construir um sumário com as recomendações para o apoio Greco-Turco após o anúncio da nova política por Truman, recebendo variadas respostas dos congressistas. A autora afirma que após a intervenção do Subsecretário de Estado, Dean Acheson, houve uma recepção mais positiva, apresentada pelo Senador Arthur Vandenberg, o qual afirmou que se o discurso fosse levado desta forma ao Congresso e ao país, haveria o apoio de quase todos os membros do Senado, incluindo o dele.

---

<sup>14</sup> The foreign policy and the national security of this country are involved[...]The United States has received from the Greek Government an urgent appeal for financial and economic assistance. Preliminary reports from the American Economic Mission now in Greece and reports from the American Ambassador in Greece corroborate the statement of the Greek Government that assistance is imperative if Greece is to survive as a free nation[...]The very existence of the Greek state is today threatened by the terrorist activities of several thousand armed men, led by Communists, who defy the Government's authority at a number of points, particularly along the northern boundaries[...]At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life. The choice is too often not a free one. One way of life is based upon the will of the majority and is distinguished by free institutions, representing government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio, fixed elections, and the suppression of personal freedoms.

Não houve nenhuma oposição quando Truman solicitou que fossem realizados comentários sobre o tema. Truman acreditava que seus assessores deveriam ajudá-lo a vencer qualquer obstáculo que impedisse o apoio para a execução da política de ajuda ao Mediterrâneo, bem como impedir qualquer sinal de isolacionismo.

No que se refere a atuação de Acheson, uma figura central no planejamento de uma nova política externa americana, ao lado de Marshall e Kennan, é notável a preocupação com o avanço da expansão da União Soviética, tendo em vista que ele havia acabado de adotar posições *hard line* contra a expansão do comunismo no mundo.

Contudo, buscou-se colocar que sua posição era favorável à política de intervenção no Mediterrâneo, pois Acheson apresentava a Turquia como “*stopper in the neck of the bottle*” e apresentou as ameaças soviéticas à Grécia, Turquia e Oriente Médio, além da China e da China. Se necessário, dizia, a União Soviética deveria ser contida pela força (HERRING, 2008).

Apesar de existir uma postura conflitiva com a União Soviética, ainda que em tempos de paz, Truman optou por não o afastar do cargo de Subsecretário. A partir destes eventos, houve o desenvolvimento do primeiro plano de ação em caso de um conflito com a União Soviética.

Truman, ao discursar no Congresso, buscava apresentar uma nova posição dos Estados Unidos no cenário internacional. Para a autora, a existência das Nações Unidas durante o período em questão não apresentava uma diferença significativa na distribuição internacional do poder, sendo o governo americano o único capaz de estabelecer e manter a paz, ainda que o governo Truman preferisse uma paz via Nações Unidas. Para o governo americano, a Doutrina Truman e a política de contenção deveriam promover a democracia defendendo as condições necessárias para atingir esse objetivo.

Os Estados Unidos buscavam, assim, ocupar o vácuo de poder deixado pelo Reino Unido na região do Mediterrâneo a partir de um plano de reconstrução pontual que visava a contenção do avanço do comunismo na região. No entanto, nota-se que o plano desenvolvido para a região, após intenso debate no Congresso americano sobre a questão, especialmente no que se refere à política fiscal da época, acabou influenciando o Programa de Recuperação da Europa, também chamado de Plano Marshall<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> O Plano Marshall, apresentado pelo então Secretário Marshall, visava combater uma série de problemas crescentes na região, como o inverno europeu entre 1947 e 1948 e a disputa sobre a Alemanha. Marshall encontrava-se convencido de que os partidos comunistas se aproveitavam de uma situação econômica desfavorável na Europa e, por essa razão, era fundamental para reconstruir a Europa em razão da política de contenção.

A Doutrina Truman representou o que o presidente aprendeu e articulou desde 1945. Harry Truman tornou a busca pela liberdade política um dos pilares na formulação da política externa americana após 1945, indo além dos ideais promovidos por Woodrow Wilson após 1918.

### 1.3.2 República Popular da China

A expansão da Guerra Fria para o Oriente ocorreu durante o segundo mandato de Harry Truman. Ao abordar este tema, os principais pontos tratados aqui serão os acontecimentos que levaram a posição dos Estados Unidos frente a vitória de Mao Zedong, além dos bastidores da formulação da política externa americana. Sendo assim, os objetivos e o diálogo sino-americano serão tratados nesta seção a partir da luta global contra o comunismo, apresentada inicial com a crise greco-turca e agora representado pela Revolução Chinesa.

Em um primeiro momento, Stalin reconheceu o governo dos Nacionalistas chineses como legítimo, mas aponta que a saída do Exército Vermelho da Manchúria facilitou o domínio da região pelos homens liderados por Mao Zedong. Apesar de ter ocorrido apoio maciço do governo americano para o exército nacionalista, quando estes começaram a sofrer sucessivas derrotas e o jogo de forças demonstrou que o Mao Zedong possuía maiores chances de conseguir a vitória, Truman e Marshall rejeitaram as recomendações de alguns assessores militares, os quais acreditavam a administração deveria enviar tropas para ajudar Jiang Jeishi, contudo, para a administração, a China permanecia como um segundo teatro de operações (HERRING, 2008).

O autor pontua, ainda, que os anos de 1949 e 1950 foram fundamentais na evolução da política externa dos Estados Unidos para a Ásia, tendo em vista que a provação do NSC-49 que defendia que o governo dos Estados Unidos deveria impedir a expansão do comunismo na Ásia. Com a “perda” da China, o Japão assumiu o posto como o país mais importante na região e, com isso, houve a negociação do tratado de paz assinado ao final da Segunda Guerra Mundial e o fim da ocupação americana do território japonês. É importante que notar que a China, após a formalização da República Popular, entrou na Guerra da Coreia e estava disposto a enfrentar uma guerra nuclear (HOBSBAWM, 1994). Segundo o autor:

Informa-se que Mao declarou ao líder italiano Palmiro Togliatti: "Quem lhe disse que a Itália deve sobreviver? Restarão 3 milhões de chineses, e isso será bastante para a raça humana continuar". "A jovial disposição de Mao de aceitar a inevitabilidade de uma guerra nuclear e sua possível utilidade como um meio de provocar a derrota final do capitalismo deixou tontos seus camaradas de outros países " em 1957 (Walker, 1993, p. 126).

Stalin possuía diversos motivos para apoiar Jiang Jeishi. Em primeiro lugar, Stalin buscava evitar qualquer possibilidade de conflito com os Estados Unidos no Extremo Oriente, pois os equipamentos militares na região eram melhores do que aqueles existentes na Europa Central e Oriental. Além disso, Stalin enxergou os nacionalistas em uma posição mais confortável para conceder os territórios que foram acordados em Yalta. Além disso, a possibilidade de utilizar a China como um estado-tampão, pois os Estados Unidos haviam montado uma base militar no Japão (GADDIS, 1997).

Dessa forma, entre os principais motivos para a adoção do *NSC-68*, havia além da “perda da China”, em 1949, a consolidação do poder soviético na Europa Oriental e a quebra do monopólio atômico. alguns medos também estavam sendo cultivados, como um novo *crash* da bolsa de Nova York e de um novo regime totalitário que conseguisse desafiar a democracia. No entanto, a novidade que o *NSC-68* apresentava em relação ao *NSC-20/4*, de 1948, era a ênfase militar e o caráter global do relatório. O autor dedica o caráter de soma-zero da Guerra Fria como um dos impactos do *NSC-68*, ou seja, todo ganho do comunismo seria uma perda para o Ocidente. Os relatórios visavam, de toda forma, interromper e impedir o nascimento e/ou o avanço de regimes comunistas em qualquer região do mundo, gerando, no que se refere às relações dos Estados Unidos com o Oriente, uma mudança radical, ainda que o interesse houvesse sido cultivado ainda na primeira metade do século vinte (DOBSON, 2006).

Acheson, se apresentava aberto a um eventual reconhecimento do governo da República Popular, e acreditava que Mao poderia se tornar uma espécie de Joseph Tito na Ásia. Com a divisão do mundo, tornou-se aplicável a dinâmica do jogo de soma zero, no qual toda conquista de um território pelo regime soviético, representava a perda para “mundo livre”. A “perda da China”, como chamaram os críticos da administração Truman, foi o principal recuo que os Estados Unidos enfrentaram durante o período (COX E STOKES, 2012). Os principais impactos<sup>16</sup> do supracitado relatório, foram os gastos no âmbito da defesa foram ampliados para mais de 50 bilhões de dólares, equivalente a 18,5% do produto interno

---

<sup>16</sup> In the short term, defence expenditure mushroomed to over \$50 billion, or 18.5% of US gross national product (GNP). To maintain the American strategic supremacy, Truman approved the development of the hydrogen bomb and US commitments overseas were increased, most notably by the decision to fight a land war in Asia to repel communism from South Korea. Also, to enhance the capabilities of the Free World, new alliances were sought and existing ones strengthened. In September 1950, America bolstered its commitment to conventional defence in Europe, in part to give heart to allies there and in part to persuade them to accept West German remilitarisation. Furthermore, to counter criticism of the loss of China, the Truman administration took a hard, even provocative, line against Mao. In June 1950, the US Seventh Fleet was ordered to patrol the Taiwan Strait. This reversed Truman’s gradual disengagement during the late 1940s and recommitted American support to Chiang Kai-shek’s nationalists, whom Mao had driven from the Chinese mainland on to Taiwan.

bruto americano à época. Truman também permitiu o desenvolvimento da bomba de hidrogênio e do engajamento na Guerra da Coreia (DOBSON, 2006).

Analisando a política de contenção durante nos anos subsequentes a Segunda Guerra Mundial, as maiores falhas da teoria da contenção foram acreditar que as mudanças continuariam a se realizar de forma pouco ambígua, como ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial e que o governo comunista esperaria, passivamente, pela desintegração do seu próprio sistema, como foi idealizado pela teoria da contenção (KISSINGER, 1994).

Ao narrar os eventos na China e a posição americana frente ao desafio da Guerra Civil chinesa, o “anel de contenção”, traçado durante o período, que alcançava da Coreia até a Índia, foi a base para o conflito com o governo chinês e durante a guerra do Vietnã. Apesar do esforço americano para fazer com que Stalin reconhecesse os Nacionalistas, fato que ocorreu, os Estados Unidos enxergaram em Jiang Jeishi a única forma de conter as supostas intenções soviéticas. Nesse sentido, o governo americano concedeu mais de \$1 bilhões em apoio militar. Jiang optou pela guerra total após o apoio americano (HERRING, 2008). No entanto, não houve expansão significativa do comunismo entre a Revolução Chinesa e a década de 1970 (HOBSBAWM, 1994).

Enquanto a Guerra Fria na Europa enfrentava um dos seus períodos de maior crise e o exército de Mao Zedong derrotava os nacionalistas após uma longa guerra civil, o governo dos Estados optou por reestruturar o Japão sem a interferência dos aliados. Uma de suas figuras centrais durante o período, o General Douglas MacArthur, Supremo Comandante para as Forças Aliadas. Seu objetivo principal era transformar o Japão na “Suíça do Pacífico” (HERRING, 2008).

### 1.3.3 Península Coreana

A Guerra Fria influenciou os eventos na Coreia. A península era uma colônia japonesa que, após a derrota do Império Japonês, foi ocupada pela junta Soviética-Americana. O governo Truman não planejava ocupar a região, mas com a derrota japonesa e não sendo necessária a utilização da força na região, optou por enviar tropas americanas para região evitando que a União Soviética tivesse o controle total da península. Stalin, por outro lado, enxergou esse ato como hostil e aceitou a proposta de demarcação do paralelo 38 como demarcação provisória (GADDIS, 1997).

A questão coreana não foi amplamente abordada nas conferências que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial, tendo sido proposta uma administração compartilhada entre os representantes soviéticos, americanos e chineses, sendo esta uma proposta feita por

Joseph Stalin (PYO-WOOK, 1987). O autor afirma também que a discussão sobre a Coreia nunca foi um item da agenda formal da conferência.

Após a rendição do Império Japonês, Harry Truman foi aconselhado pelo Embaixador Edwin Pauley a ocupar com a brevidade possível as áreas industriais da Coreia e da Manchúria, além de ser assessora sobre os treinamentos militares soviéticos que, provavelmente, acompanhariam o Exército Vermelho em sua entrada na Coreia.

Diversos motivos levaram ao que ele classifica de tragédia nacional coreana. Para o autor, os pontos mais relevantes para a divisão do país foram as contingências dos aliados ao final da guerra, a emergente rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos e a natureza dispersa do movimento nacionalista coreano (SETH, 2010). No entanto torna-se incompleta a análise sem buscar os eventos que antecederam o período aqui estudado.

Durante o movimento de ocupação japonesa da península, cuja transformação em um protetorado ocorreu em 1910, algumas manifestações ocorreram dentro e fora do território coreano visando alcançar a independência. O regime japonês na Coreia é considerado como uma forma de governo autoritária, tendo penetrado nos mais variados setores da sociedade coreana, alcançando um poder que não foi visto durante nenhum período no qual a Coreia foi um território independente (SETH, 2010).

No entanto, o autor também afirma que foi durante esse período que houve a formação das bases econômica, política e social do povo coreano. Foi também durante esse período, que houve a formação das bases políticas que culminariam, no período entre 1945 e 1948, na formação político-ideológica e consequente divisão territorial como consequência deste período.

Dessa forma, o autor busca interpretar o movimento denominado Primeiro de Março. Este foi o primeiro movimento de resistência contra a ocupação japonesa e teve como inspiração a Conferência de Versalhes, ocorrida após a Primeira Guerra Mundial. Além disso, tinha como ideal a aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, enunciado nos 14 pontos de Woodrow Wilson.

Para compreender o processo de autonomia do território coreano, o termo *anti-Sadae* se aproxima do conceito de nacionalismo coreano. O autor aborda o tema a partir das relações sino-coreanas e, a partir de 1904, nipo-coreanas, demonstrando que o sentimento *anti-Sadae* era, antes de tudo, um desejo de não servir a nenhuma grande potência. A adoção da Reforma

Gabo<sup>17</sup> e o fim das relações tributárias com a China, um dos pontos expressos pelos Catorze Artigos das Normas Legais, durante o governo do Imperador Kojong (CHAN, 2018).

O autor interpreta a política coreana durante o período como uma forma de romper com a China visando o processo de modernização da Coreia, a qual seria encontrada no Império do Japão, o qual comprovava o sucesso do processo de ocidentalização.

O autor prossegue demonstrando que o desejo coreano não era o de romper com a atuação das grandes potências à época, mas de resistir ao processo de servir ao Império chinês. Os reformistas que visavam desenvolver o movimento iluminista, nas palavras do autor, na Coreia, demonstram, ainda, que o conceito de *sadae*, defendido pelos iluministas à época, visava emular e, conseqüentemente, aceitar as condições impostas pelo Império Japonês, com o objetivo de alcançar o mesmo desenvolvimento que este país, rompendo, de facto, com a dinastia Qing, vigente na China. Para o autor, esta foi a primeira fase do movimento contra forças externas na região, ainda que o foco fosse um processo de transição de poder.

Interpretando e analisando a segunda fase do processo chamado “anti-*sadae*”, o autor define a era colonial como um marco nesse processo, a partir da assinatura do acordo entre o Japão e a Coreia, em 1904, o qual permitia que o Japão fosse responsável pelas relações exteriores da Coreia. Este processo terminaria apenas em 1945, com a derrota do Japão durante a Segunda Guerra Mundial. É importante notar que os dois processos, contra China e o Japão, tinham significados distintos. O primeiro buscava modernizar a Coreia e o segundo, restaurar sua soberania.

Os reflexos da política de sustentação coreana em forças externas se mostraram presente quando Syngman Rhee<sup>18</sup> e Kim Il Sung<sup>19</sup> buscaram apoio, respectivamente, nos Estados Unidos e na União Soviética. Dessa forma, é possível compreender o processo de ocupação e partilha da região, os quais ocorreram sem consulta aos coreanos, e se mostrou decisivo para o desenvolvimento da Guerra Fria no Extremo Oriente.

---

<sup>17</sup> A Reforma Gabo descreve uma série de mudanças abrangentes sugeridas ao governo da Coreia, começando em 1894 e terminando em 1896 durante o reinado de Gojong da Coreia, em resposta à Revolução Camponesa de Donghak, uma religião panenteísta vista por muitos rebeldes como uma ideologia política.

<sup>18</sup> Primeiro presidente da República da Coreia (Coreia do Sul), entre 1948 e 1960. Ocupou também o cargo de primeiro e último presidente do Governo Provisório da República da Coreia (KPG, em inglês).

<sup>19</sup> Kim Il Sung se tornou o primeiro líder da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), entre 1948 e 1994. Além disso, foi Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores da Coreia, entre 1966-1994. Anteriormente ocupava a liderança do partido sob o título de presidente (1949-1966).

Dessa forma, a Coreia, ainda sob domínio japonês, foi objeto de discussão na Conferências do Cairo. O comunicado final<sup>20</sup>, após a participação de Jiang Jeishi, Franklin Roosevelt e Winston Churchill, afirmava que a Coreia se tornaria independente e livre no decurso dos eventos. Esta foi a primeira vez em que houve um pronunciamento público sobre a Coreia e os planos para a região.

Buscando determinar os planos para a região, o movimento denominado Korean Provisional Government<sup>21</sup> (KPG) encontrava-se moribundo durante a década de 1920, mas encontrou na invasão japonesa da China sua sobrevida. Jiang Jeishi, líder do movimento nacionalista, apoiava o KPG e defendia que a Coreia fosse independente e anticomunista. Ele chegou, inclusive, a propor que os aliados, durante o ano de 1943, reconhecessem o KPG como governo legítimo da Coreia, mas a proposta foi ignorada pelos Estados Unidos (SETH, 2010).

Em conjunto com o Reino Unido, o governo americano chegou a conclusão na qual Taiwan deveria retornar ao poder chinês e que a Coreia encontraria um espaço no programa de tutela. O modelo para o desenvolvimento desta tutela foram as Filipinas, onde os americanos preparam a antiga colônia para a independência, em 1946.

O autor prossegue narrando os eventos que se sucederam a partir de 1945, afirmando que o Comitê de Coordenação da Marinha do Estado de Guerra, buscou dividir a península coreana, cujo projeto foi assinado pelo Coronel Dean Rusk e Charles Bonesteel, visando ocupar a Coreia em conjunto com as forças armadas soviéticas. O principal objetivo, apontado também, era o de impedir que a União Soviética tivesse o controle total da península (HAN, 1987; SETH, 2010). A demarcação da linha divisória ocorreu, segundo o chefe da seção coreana no Departamento de Estado, George McCune, a divisão foi “*an arbitrary line, chosen by staff officers for military purposes without political or other considerations*”. Além disso, demonstra que durante o ano de 1592, Hideyoshi, militar japonês, propôs a divisão da península devido a dificuldade em conquistar toda a região. Esta proposta foi encaminhada aos chineses, sobre a qual o governo japonês teria quatro províncias ao sul e as províncias ao norte seriam um “reino tampão” sob comando do monarca coreano (SETH, 2010).

O autor prossegue afirmando que o Japão apresentou a mesma proposta em 1896, marcada no paralelo 38, com a Rússia, a qual recusou a proposta. Em 1903, a Rússia propôs a

---

<sup>20</sup> Disponível em

<<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/122101.pdf?v=d41d8cd98f00b204e9800998ecf8427e>>

<sup>21</sup> O Governo Provisório da República da Coreia tinha sua sede em Xangai, China, sendo reconhecido como o governo em exílio da Coreia durante o período da ocupação chinesa. Seu território não era limitado apenas a parte sul da península, mas ocupava todo o território herdado da dinastia Joseon.

divisão no paralelo 39. Os americanos, conclui, dificilmente tinham conhecimento destes precedentes.

Dessa forma, apesar da existência de projetos que visavam a divisão da península a partir do século XVI, o governo americano não possuía conhecimento sobre a região. A ocupação ocorreu de modo arbitrário e os eventos que se sucederam a partir de 1945, comungam de uma tradição do pensamento política, com origem no iluminismo coreano, e no desejo de modernização da Coreia, a partir da ruptura com o regime chinês (HAN, 1987; SETH, 2010).

Nesse sentido, durante a ocupação japonesa, houve movimentos de resistência nacional na Coreia e, principalmente, nos Estados Unidos e na China. O primeiro e mais importante foi o movimento denominado Primeiro de Março. As manifestações ocorreram no ano de 1919, após a Primeira Guerra Mundial, e fortemente inspirado pelo posicionamento de Woodrow Wilson.

Apesar dos esforços dos movimentos de resistência nacional, não houve apoio formal e a Coreia permaneceu uma colônia até 1945, sendo posteriormente ocupada. É fundamental compreender que entre a segunda metade do século dezanove e a segunda metade do século vinte, a Coreia não conseguiu exercer sua autonomia política sem a intervenção de uma potência estrangeira, o que gerou muitos anseios pela independência, mas a aplicação do conceito de *sadae* permanecer como uma marca da política coreana.

A representação da Coreia como uma região secundária ficou exposta quando a administração Truman decidiu retirar suas tropas da Coreia, em 1949, e a decisão de Acheson em deixar a Coreia do Sul fora do perímetro de defesa, mas reconhecendo que com a perda China os Estados Unidos não poderiam dar chances à ascensão do comunismo em outros países da região, fazendo com que a Coreia se tornasse um *buffer state* em relação à União Soviética e China, tendo em vista que o Japão havia se tornado um país de grande importância para a estratégia global americana (HERRING, 2008). No entanto, segue o autor, Kim Il Sung, dirigente máximo da Coreia do Norte, buscava apoio soviético para a unificação da península pela via militar. O autor, em sua análise, coloca que as razões que levaram à ação militar da Coreia Norte foi a recusa, pela administração Truman, em buscar Jiang Jeishi, o qual encontrava-se em Taiwan (Formosa), a saída do exército americano da Coreia do Sul e, talvez, o discurso de Acheson afirmando que os Estados Unidos não iriam responder a um conflito. Para o governo soviético, a península unificada e sob um governo comunista impediria que a China se aproximasse dos Estados Unidos.

## 2. A POLÍTICA EXTERNA COREANA: ESTADOS UNIDOS, JAPÃO E CHINA

O presente capítulo buscará apresentar as relações políticas existentes na Coreia, especialmente no que se refere à dinâmica de poder no Extremo Oriente, notadamente entre a China, os Estados Unidos, o Japão e o Império Russo. Em se tratando das demais potências europeias, como a França e o Reino Unido, este capítulo não se deterá aos interesses dos referidos governos, pois o principal foco é compreender o papel da Coreia nos interesses dos impérios que possuíram papel ativo na península, ainda que atuação externa será apresentada de uma forma geral.

Esta perspectiva se enquadra tanto na questão proposta pela dissertação quanto no período estudado, apresentando de forma contundente o governo do último imperador coreano, *Kojong*, e a ascensão da influência de potências estrangeiras no governo coreano. No entanto, o trabalho apresentará o governo *Kojong* ao lado de seu pai, *Taewongun*, pois este assumiu o trono ao passado que seu filho era muito jovem quando entronado – *Kojong* possuía onze anos em 1863.

Desta forma, os primeiros acordos negociados entre a Coreia e outros Estados, como o governo americano e japonês, serão descritos e inseridos dentro de um contexto do imperialismo internacional em conjunto com a tentativa da Coreia de se inserir no sistema internacional ocidental, ou seja, a abertura da sua política exterior, com a assinatura de tratados e abertura comercial, ainda que algumas críticas sejam realizadas pois a dinastia mantinha as ultrapassadas relações tributárias com a China, ainda que a perspectiva ocidental das relações internacionais ganhassem cada vez mais importância.

O governo de *Taewongun* foi marcado por diversos movimentos de resistência contra os russos, franceses e americanos. No caso dos russos houve a tentativa de avanço pelas fronteiras coreanas visando o comércio; com os franceses, a questão missionária que levou a perseguição aos cristãos no território coreano após 1866. No que se refere ao caso americano, este será tratado de forma específica abaixo, especialmente o incidente com o *General Sherman*.

Buscando definir os pontos focais do governo *Taewongun* e seu apoio interno, o imperador não estava isolado na corte, encontrando forte apoio nos legalistas, os quais eram leais aos valores confucianos, defendendo que os bárbaros deveriam ser expulsos pela força e a defesa do pensamento de Confúcio deveria permanecer como foco na Coreia (CHAN, 2018).

O trabalho focará nas relações entre os Estados Unidos, o Japão, a Rússia e a China focando nas questões relativas às relações coreanas. As relações com o governo americano, por um lado, foram pontuais e servem para demonstrar o desinteresse em promover uma política estável no campo das relações internacionais com a dinastia *Joseon* da Coreia, tratando o governo como *Hermit Kingdom*<sup>22</sup>, como demonstrado pelo *The New York Times*, em 1907<sup>23</sup>. Dessa forma, através de uma atuação pontual e isolacionista, o governo americano buscou de manter afastado dos problemas que estavam sendo cultivados pelas potências regionais ali presentes.

Em referência ao Império japonês e a diplomacia *Meiji*, houve a restauração imperial e as aspirações imperialistas se expandiram para uma área de influência chinesa e, posteriormente, de interesse russo. O Japão é, historicamente, um agente fundamental para a compreensão da dinâmica de poder na região, sendo necessário compreender minimamente o seu papel na região até a Era Colonial (1910-1945), quando a Coreia perde sua autonomia política e econômica, ficando subordinada aos interesses coloniais japoneses.

Por fim, ao abordar a questão chinesa, será possível compreender os movimentos políticos que buscaram manter a hegemonia chinesa na região, onde houve o declínio da dinastia Qing e a expansão das relações com o Ocidente a partir dos tratados e acordos comerciais. Também será abordada a guerra com o Japão, levando ao declínio das forças chinesas e, posteriormente, russas na região. Este cenário gerou o quadro político entre 1910 e 1945, onde o Japão era a maior potência do Oriente, mas acabou perdendo sua força com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

É importante notar, ademais, que a balança de poder na Ásia não era favorável aos países da região, pois enquanto o sinocentrismo buscava fortalecer a agricultura como um elemento chave da sua política, os países do bloco ocidental vinham passando por um processo de rápida industrialização, como Estados soberanos. Dessa forma, a Ásia era um potencial alvo para o imperialismo europeu.

## 2.1 O reinado *Taewongun /Kojong* e os Estados Unidos

A relação entre os Estados Unidos e a Coreia se apresentou, durante o século XIX, como pontual e envolvida em casos extremos, como o incidente Sherman, abordado em outra

---

<sup>22</sup> Reino Eremita.

<sup>23</sup> The Obliteration of the Kingdom of Korea by Stephen Bonsal, *The New York Times*, July 28, 1907. Disponível em <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1907/07/28/104992374.pdf>>

seção, em decorrência da atuação chinesa na região e manutenção da sua, já decadente, hegemonia.

Desta forma, os Estados Unidos se tornariam mais presentes no Extremo Oriente a partir de 1945, onde houve um vácuo de poder na região com a derrota do Império do Japão e o poder na Coreia foi ocupado pela União Soviética e os Estados Unidos. Este vácuo de poder na Coreia foi o resultado da ocupação japonesa após a guerra russo-japonesa (1904-1905) e a derrota quarenta anos mais tarde. Sendo assim, o presente subcapítulo buscará descrever as ações pontuais tomadas pelo governo americano na região, cuja tese se apresenta de modo a levantar as referências historiográficas, visando corroborar a narrativa na qual a inflexão ocorre apenas em 1946, com a ocupação da parte sul da península.

Pode-se afirmar que o primeiro contato com o pensamento sociopolítico ocidental ocorreu através do cristianismo, como apontado por diversos autores, visando a expansão da religião e o domínio dos povos do Oriente. No que se refere as primeiras incursões dos Estados Unidos à Coreia, o resultado foi completamente desastroso. Após as infrutíferas tentativas em estabelecer algum tipo de relação política com a China, o Japão se ofereceu para ser o mediador das relações sino-americanas.

A Península Coreana se apresenta como um ponto de disputa hegemônica durante o período estudado neste capítulo. A balança de poder existente, na Ásia, entre a China, o Japão e a Rússia, buscava se legitimar a partir da Coreia, ou seja, a aplicação do já apresentado conceito de *sadae*. Não podemos avaliar as relações de poder na região sem buscar compreender como a Coreia se situava, seja com a China ou o Japão. No entanto, fatores internos também contribuíram para que a Coreia atuasse no Sistema Internacional, sendo um agente relevante no processo de tomada de decisões, pois estas definiriam quais potências defenderiam a soberania da região, ainda que os vitoriosos fossem capazes de exercer extrema influência. Desta forma, a atuação do governo *Taewon'gun/Kojong* foi fundamental para a inserção da Coreia no contexto internacional.

Buscando apresentar o desenvolvimento da política interna coreana, *Taewon'gun* assume o governo em decorrência da impossibilidade do seu filho, *Kojong*, assumir o trono, pois o mesmo ainda era uma criança. Seu gabinete buscou fortalecer a monarquia e o poder do governo central, ou seja, conservar o regime estabelecido. Este cenário foi marcado por diversas incursões ocidentais na Coreia, inclusive grupos religiosos, gerando incidentes militares e diplomáticos, sendo o mais famoso deles o incidente com o *USS General*

*Sherman*<sup>24</sup>, gerando um marco<sup>25</sup> na política interna e externa no pós-guerra, mas cujos efeitos à época se limitaram ao processo de expansão religiosa levada a cabo pelo ocidente (SETH, 2010).

Após o acidente com o *USS Sherman*, o governo americano classificou, pelas palavras do representante diplomático na China, Frederick Low, a população coreana como “hostis” e “semibárbaros” afirmando que as medidas contra este governo estavam preparadas para serem tomadas. As relações entre os Estados Unidos e Coreia, como Seth descreve, podem ser classificadas como tensas, especialmente após o incidente com o navio americano.

Nota-se, inclusive, que não houve nenhuma tentativa por parte do governo coreano em negociar ou prestar esclarecimentos sobre o tema, o que ficou claro a partir de 1871, data que marca o envio de cinco navios americanos em direção à Coreia e, após a investida armada na península, o imperador decidiu por demonstrar seu desinteresse em um processo de negociação com o governo dos Estados Unidos.

Após o governo coreano declinar a possibilidade de negociação com o governo americano, o exército atacou a ilha coreana de *Kanghwa*, havendo resistência do império contra o exército americano. Andrew Jackson, presidente americano à época, não concedeu a permissão para que o ataque prosseguisse e as forças americanas foram obrigadas a se retirar, ato que foi classificado como uma derrota do exército americano.

*Taewon 'gun* então ergueu um monumento na ilha com os dizeres “*Western barbarians invade our land. If we do not fight we must then appease them. To urge appeasement is to betray the nation*”.<sup>26</sup> Este ato pode ser classificado com uma forma de comemoração da política isolacionista pois a Coreia conseguiu se manter perante uma ameaça externa. Durante os incidentes de 1871, o teórico Pak Gyu-su defendeu que não era uma posição sábia para a dinastia Joseon declinar as relações com os americanos. Ele [Pak Gyu-su] percebeu que a natureza anárquica do Sistema internacional, no qual os mais fortes atacavam os fracos, além de sentir o perigo que a Coreia enfrentava em razão da sua posição estratégica no Extremo Oriente. Pak acreditava, conclui o autor, que Joseon necessitava de um aliado que não estaria isolado nas relações internacionais, onde os Estados Unidos eram ricos e não possuíam ambições territoriais. Nesse sentido, os Estados Unidos eram o parceiro ideal (CHAN, 2018).

---

<sup>24</sup> Representa o ataque da Coreia e posterior destruição de uma armada da mantinha mercante americana, ocorrida em 1866, em Pyongyang.

<sup>25</sup> A data é comemorada pela Coreia do Norte como o início da resistência contra o imperialismo americano.

<sup>26</sup> “Bárbaros ocidentais invadem nossa terra. Se não lutarmos, devemos apaziguá-los. Instar o apaziguamento é trair a nação”, em tradução livre.

O reinado de *Kojong* foi o momento no qual a Coreia se tornou um país aberto, negociando tratados internacionais com as mais variadas potências, dentro e fora da Ásia, levando a Coreia ao caminho da modernidade a partir da abertura ao mundo externo. Seu governo é marcado, também, pela absorção formal pelo Império do Japão, em 1910 (LEE, 1997).

Através da intensificação das relações entre a Coreia e os Estados Unidos houve a assinatura do Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação, em 1882, sendo conhecido como Tratado *Shufeldt*. O fato que levou *Kojong* a se tornar um admirador dos Estados Unidos deve-se a influência de *Li Hung-chang*, vice-rei chinês, o qual propunha a aproximação e abertura da Coreia às potências ocidentais, como ocorreu com o Japão e a Rússia. Outro fator preponderante para a aproximação de *Kojong* ocorreu em razão do interesse americano focado apenas na área comercial, diferentemente de outras potências, como o Reino Unido e França, países que mantinham colônias na região.

Ademais, é importante notar a questão moral foi onde os coreanos nutriam o apelo moral aos Estados Unidos por este ter sido o primeiro país ocidental a firmar um tratado com a Coreia e, em decorrência deste fato, haveria uma obrigação dos Estados Unidos com a Coreia, tendo em vista que os outros tratados assinados por *Kojong* tinham por base àquele firmado com o governo americano e isso implicava, para a dinastia, que os efeitos dos tratados subsequentes estavam diretamente ligados ao que fora assinado anteriormente (LEE, 1997).

Com a assinatura do tratado, o governo americano buscou reconhecer a Coreia como um Estado soberano e independente, conforme a assinatura do documento. O referido acordo, além de ter representado uma quebra nas tradições da política externa coreana, também concedeu os “bons ofícios” dos Estados Unidos caso houvesse alguma ameaça estrangeira. Entretanto, a assinatura do tratado era visto pelos chineses como uma forma de aumentar o poder sobre o vizinho coreano, mas os americanos buscaram garantir a independência coreana (HERRING, 2008). Apesar disso, não é viável conceber a ideia na qual o tratado foi assinado sem maiores resistências.

Alguns tradicionalistas, guiados por uma mentalidade confuciana, apresentaram certo receio em decorrência da possibilidade da Coreia ser subjugada pelas forças ocidentais pela força, sendo descrito como “*the loss of lips [Korea] makes teeth [China] cold [danger]*”, podendo atacar a segurança chinesa e o prestígio (JIN, 2016). Além disso, prossegue, afirma que o sistema internacional proposto pelo Ocidente representava uma ameaça para a China e o Japão. Este último, no entanto, buscou enfrentar essa ameaça no território coreano.

É importante notar, ainda, a atuação de James Blaine, Secretário de Estado

Embora nenhum interesse político ou comercial torne esse tratado urgente, é desejável que os portos de um país tão próximo ao Japão e China sejam abertos ao nosso comércio e à conveniência dos navios de nossa Marinha que possam estar nessas águas, e espera-se que as vantagens resultantes das relações crescentes e amigáveis entre esses grandes impérios e os Estados Unidos tenham atraído a atenção e despertado o interesse do governo coreano. Se o governo da Coreia (ou Joseon) estiver disposto a abrir seus portos ao nosso comércio, como a China e o Japão fizeram, teremos prazer em estabelecer relações amigáveis, mas não nos propomos a usar a força ou a implantar tal ação (Battistini, 1952, p. 52)

O autor também destacou que durante os eventos políticos que levaram ao conflito sino-japonês (1894-1895), os Estados Unidos buscaram manter uma posição de neutralidade, apoiando apenas o estabelecimento de um Estado coreano independente e forte. O Departamento de Estado, apesar de apresentar certa preocupação com a proteção assegurada pelo tratado de 1882, buscou reafirmar que a Coreia era um Estado independente e soberano, agradando os interesses japoneses na região, pois estes acreditavam que seus objetivos seriam mais facilmente atingidos em uma Coreia independente.

Durante o conflito em si, os Estados Unidos buscaram manter a neutralidade e imparcialidade demonstrada como uma característica da política externa americana. A China, entretanto, atuou de forma a pedir a intervenção dos Estados Unidos pautada no tratado de 1858, mas o governo americano afirmou que apenas atuaria na região se os dois governos fizessem a requisição.

O ministro americano em Tóquio ofereceu os bons ofícios ao governo japonês, quando este afirmou que a única possibilidade de negociação era de uma forma direta, entre a China e o Japão. Para o Imperador do Japão, as ações demonstradas pelo governo Cleveland "*served to draw still closer the bonds of friendship and good brotherhood which happily unite our two countries*".

Já no contexto da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) o governo americano foi acionado para atuar no que se refere às consequências do conflito. Buscando abordar apenas a questão americana neste subcapítulo, é vital apresentar que os japoneses, como aponta Herring (2008), conseguiram negociar o Tratado de Portsmouth com os russos e, além das ilhas *Sakhalin* e do *Port Arthur*, houve também o reconhecimento formal da esfera de influência russa sobre a Coreia.

No referido contexto, William Taft assinou um acordo secreto com o Primeiro-Ministro japonês, Taro Katsura, que incluía as questões sobre a Coreia e, conseqüentemente, o não cumprimento das obrigações adotadas em 1882, como se fez presente quando os Estados Unidos receberam o pedido de ajuda coreana, mas não responderam, respaldando o início do

período colonial na Coreia, que duraria até o a rendição do Japão durante a segunda guerra. Dessa forma, é possível concluir que o posicionamento isolacionista dos Estados Unidos e uma limitada simpatia aos interesses japoneses na região foi o pano de fundo para a transformação da Coreia em uma colônia japonesa, sendo respaldada pela mídia americana.

### 2.1.1 Entre o *sadae* e o *shimu*: as relações sino-coreanas

As relações sino-coreanas podem ser classificadas como as mais relevantes no âmbito regional durante o século XIX, não perdendo sua importância com as diversas mudanças políticas que formam o século subsequente. A China era, durante este período, considerada uma potência mundial, sendo a *Pax Sinica* um fator relevante para a estrutura política e social na região, onde os valores chineses, pautados na filosofia mandarim a partir de Confúcio, vigoravam de forma nítida no território coreano até 1876, quando a influência chinesa passa a ser substituída pelos acordos assinados com os Estados Unidos e o Japão.

Nesse sentido, será apresentada a dinâmica entre os dois Estados, mas não abordará de forma profunda os conflitos com o Ocidente enfrentados pela dinastia *Qing* em razão da necessidade de focar na degradação desta aliança e os efeitos na formulação da política coreana para o Ocidente.

Desta feita, a perspectiva adotada será a abordagem chinesa na Coreia durante o período de constantes mudanças políticas promovidas por *Kojong*, além da influência dos pensadores e viajantes chineses nas cortes coreana e chinesa. Os eventos que tiveram como epicentro a China serão tratados de forma pontual e, caso possuam relevância no tema aqui abordado, a correlação será apresentada de forma a demonstrar os efeitos em questão.

Visando compreender os termos apresentados, é importante apresentar que *shimu* é uma palavra em mandarim que significa urgência. Este termo foi utilizado por Park Gyu-su para apresentar os dilemas que estavam sendo apresentados para a dinastia Joseon. Estes desafios serão narrados nos parágrafos abaixo. Dessa forma, a presente abordagem buscará demonstrar os pilares do processo decisório que tomou lugar durante o século dezenove na política externa coreana, oscilando entre a urgência em solucionar as questões internas e externas e, entre elas, a execução de uma política externa ativa em direção ao ocidente ou a manutenção do sistema *sadae* com a decadente dinastia *Qing*.

Ao tratar das estratégias confucianas adotadas pela Coreia para se relacionar com a dinastia *Qing*, A China sempre projetou a imagem de uma superpotência para a Coreia, especialmente em se tratando da aplicação do conceito de *sadae* já abordado como um dos

marcos teóricos da presente dissertação (KIM, 2013). O autor busca demonstrar a importância do império chinês para o império coreano a partir do envio de viajantes e representantes do governo coreano à China, o que também acabava conferindo poder aos monarcas coreanos, sendo este processo exercido pela classe dominante coreana. Ademais, busca abordar as relações sino-coreanas a partir dos agentes que o mesmo considera relevantes para compreensão, sendo eles *Park Gyu-su*<sup>27</sup> e *Park Ji-won*<sup>28</sup>.

O século dezenove representou o período de abertura, restauração e declínio da dinastia Qing. A China havia perdido, até a década de 1860, duas guerras para a Grã-Bretanha, a Revolução de Taiping, uma guerra civil e rebeliões pontuais.

A assinatura dos tratados comerciais de 1842 é vista como o período de restauração chinesa e, após 1860, de declínio. O movimento de modernização da dinastia Qing acreditava que a partir da utilização do aprendizado chinês de forma estrutural e a utilização prática daquilo que foi aprendido do ocidente poderia ajudar na preservação dos valores confucianos (FAIRBANK, 2006).

Alguns eruditos conservadores, aponta o autor, não acreditavam na ideia de meia ocidentalização e, por isso, se opunham completamente ao ocidente. Li Hongzhang<sup>29</sup>, em 1864, apresentou ao governo chinês a proposta na qual o aprendizado e a utilização dos maquinários ocidentais poderiam garantir a existência do regime. Os conservadores chineses se opuseram e, conseqüentemente, o processo de industrialização e modernização da China ficou muito atrás daquele que estava sendo executado pelo Japão, o qual passava a se constituir como uma potência na região e que, anos depois, derrotaria a China e se tornaria a maior potência do Extremo Oriente. Essa política de foi classificada como política de autofortalecimento.

A partir deste cenário Gyu-su classificou os problemas que a dinastia Joseon enfrentava, interna e externamente de problemas urgentes (Shimu, 時務). A partir da escalada das tensões na região e do declínio Qing, Gyu-su buscou fortalecer a Coreia e estabelecer relações diplomáticas com o ocidente e o Japão, ainda que considerasse as relações com a China como um elemento chave para a segurança nacional.

---

<sup>27</sup> Atuou na diplomacia e na política da Coreia, tendo sido um dos responsáveis pelo movimento iluminista na Coreia. Foi o representante coreano durante a corte do Imperador Tongzhi.

<sup>28</sup> O único dado existente foi a atuação dele perante a corte chinesa como diplomata coreano.

<sup>29</sup> Diplomata e político chinês, foi o responsável por iniciar os projetos de industrialização e comércio, além de incentivar relações diplomáticas com ocidente. Se mostrou preocupado com a modernização do Japão e buscou o mesmo caminho para a China. Atuou também na repressão das rebeliões que tomaram lugar na China até o ano de 1870.

Durante sua primeira visita, em 1861, seu aprendiz destacou cinco pontos fundamentais durante o período, sendo eles

Primeiro, Joseon sempre despachou enviados de consolo em tempos de angústia nas dinastias *Tang*, *Song*, *Yuan* e *Ming*. Após duzentos anos do relacionamento *Sadae*, Joseon não pôde deixar de enviar enviados para os *Qing* durante esse período conturbado. Segundo, as dinastias Joseon e Qing mantinham um relacionamento semelhante a “Lábios e Dentes” (唇齒), um relacionamento complementar com um destino comum, e os problemas de Qing não eram motivo de indiferença para Joseon. Terceiro, Joseon havia escapado felizmente da invasão imperialista ocidental até aquele momento com a ajuda da China. O imperialismo ocidental, no entanto, chegaria a Joseon mais cedo ou mais tarde; portanto, Joseon precisava entender as fraquezas e pontos fortes dos imperialistas. Quarto, embora os Qing estivessem temporariamente em dificuldade, depois de superar seus problemas atuais, os Qing apreciariam a lealdade de Joseon e depois favoreceriam Joseon por diplomacia e apoio militar em tempos de emergência. Quinto, Joseon deve aprender uma lição com os erros do Qing e evitar erros semelhantes (Kim, 2013, p. 15)

### IMAGEM 1 – MAPA DO IMPÉRIO CHINÊS (DINASTIA QING)



Este relato não apresenta uma visão distinta daquela adotada pela corte em Seul, ainda que Gyu-su apresentasse um relatório mais otimista dez anos mais tarde ao visitar Beijing. Durante os anos de 1872 e 1873, a China já havia derrotado as revoluções de Nianjun e Taiping. Sob o comando da Imperatriz Cixi a China demonstrava novo fôlego para enfrentar as dificuldades externas e a reprodução do material bélico ocidental (os ocidentais são chamados de bárbaros em seus relatórios) era um movimento que a China executava, a seu ver, com excelência provocando diversas perdas para o ocidente<sup>30</sup>.

É possível concluir a partir das informações acima que houve a tentativa de criar uma conexão maior com a dinastia Qing, tendo em vista que Gyu-su possuía uma visão mais flexível no que se refere às relações entre a Coreia e as dinastias Ming e Qing, além disso acreditava que as duas dinastias, Qing e Joseon, deveriam fortalecer e divulgar os valores confucianos visando proteger os Qing em momentos de crise.

O autor aborda, após a perspectiva de Gyu-su, o conceito aplicado durante os relatos de Kim Yun-Sik, o qual também esteve presente durante o declínio da dinastia Qing. Os seus relatos, aponta o autor, demonstram que a Coreia não se encontrava na mesma situação entre 1860 e 1890, ou seja, havia se fortalecido e mantido contato com o Japão e os Estados Unidos, demonstrando uma mudança nos rumos da política externa como segue abaixo

Nosso país, por natureza, não teve outra relação social além de servir Qing no Norte e a relação comercial com o Japão no Oriente [...] Desde que nos tornamos obedientes a Qing, por centenas de anos, a proteção um ao outro persistiu. Mas agora a proibição do oceano já foi levantada e nosso país passou a ser autossuficiente[...]Nosso rei tem um grande plano e, portanto, pensa em diplomacia (Kim, 2013, p. 20)

A partir do processo de expansão ocidental, a China buscou garantir que a Coreia continuasse independente ou, como é possível concluir, dependente da dinastia Qing para sua sobrevivência política o que fez com que a ideia de que seria possível existir, no caso coreano, um estado vassalo, mas autônomo, como defendeu Kim Yunsik. Nesse momento, a Coreia passou a refletir se a existência da aliança tradicional e consolidada com a China era de fato lucrativa ou estava se tornando um problema, em razão da presença militar chinesa na Coreia a partir de 1882.

---

<sup>30</sup> It has been years since the western barbarians started to live in the city. At first the transaction of western products was very vigorous but recently the Chinese came to understand that they don't suit practicality and trade them anymore, so westerners suffered a loss. Earlier on, Chinese bought a lot of western cannons but now they are making their own imitating the western ones, so westerners lost again. Back then, westerners earned profits from selling Huolun chuan (火輪船, steam-powered paddle boat), but now China manufactures them, so westerners lost again. In the past, westerners benefited from Opium but now China makes its own tobacco so they lost again" (承政院日記, 高宗9年12月26日).

Ainda que estes fatos apresentem a questão a partir de um olhar específico dentro das duas cortes, é importante ampliar o escopo para dois assessores relevantes para o cenário: Li Hongzhang, Qing, and Yi Yu-won, Joseon. As comunicações entre os dois são datadas de 1879 e demonstram a estratégia Qing contra os bárbaros, sendo ela a utilização dos bárbaros para controlar os bárbaros. Este conselho, aponta Chan (2018) foi visto pelos coreanos como a prova de que a dinastia Qing era incapaz de proteger a dinastia Joseon de qualquer invasão externa e, como efeito, acelerou a aproximação da Coreia com os Estados ocidentais, além de perder a crença no *sadae*.

Kojong criou, ainda, o *Tongnigimuamun* (Escritório para Assuntos de Estado Extraordinários, 統理機務衙門) em 1880, para supervisionar as operações de um número de departamentos que incluíam a *Sadaesa*, departamento encarregado da *sadae* com a dinastia Qing, e a *Kyorinsa*, departamento responsável por supervisionar as relações com os vizinhos (交隣司). Chan (2018) aborda este tema e narra que *Gojong* unificou os dois órgãos e criou o Departamento de Negócios Diplomáticos, demonstrando a capacidade de regular suas relações exteriores em um cenário no qual a China encontrava-se em decadência.

A disputa existente entre a China e o Japão no que se refere ao controle da Coreia remonta ao ano de 1876, terminando em 1894 (BATTISTINI, 1952). O autor demonstra que a preocupação japonesa era referente a possibilidade de ocupação da península pelo Império Russo, buscando apoiar reformas estruturais e, além disso, a independência coreana como um princípio para evitar possíveis invasões.

A China, entretanto, se mostrava limitada em manter a Coreia como um Estado vassalo, nas palavras de Li “a China não quer anexar a Coreia e não gostaria que outro Estado o fizesse”. As razões do conflito encontram-se, de forma clara, na controvérsia existente sobre a Coreia, quando a mesma pediu auxílio militar ao governo chinês – este respondeu com as obrigações em razão do *status* de Estado vassalo – e o Japão enviou suas tropas por supostamente defender uma Coreia independente.

A vitória do Japão sobre a China em 1895 representou não apenas a derrota chinesa em um conflito militar, mas a comprovada superioridade do ocidente em relação à civilização chinesa e, como o pensamento confuciano apresenta, os ocidentais representavam a barbaridade e a ordem natural entre o homem e a natureza havia sido rompida, logo, o caos era apenas uma questão de tempo (FAIRBANK, 2006).

O autor coloca ainda três pontos fundamentais para compreensão do impacto deste conflito, o qual representou não apenas a posição hegemônica do Japão na Coreia, mas

também quatro derrotas chinesas para potências estrangeiras ea competência destes na arte da guerra e tecnologias utilizadas – as quais representavam uma expressão moral e de caráter intelectual.

Desta forma é possível concluir que apesar de manter a China unificada, a dinastia Qing encontrava-se em descrédito e suas reformas apenas ajudaram a fortalecer a ideia na qual o regime não poderia se manter perante os avanços do ocidente e dos vizinhos orientais. O sentimento perante o ocidente contribuiu para a desmoralização também cultural, representando um ponto chave para o fim da dinastia e a instauração do regime republicano que viria a enfrentar uma violenta guerra civil até 1949.

### 2.1.2 O fortalecimento japonês e o imperialismo sobre a Coreia

Demonstrando um panorama geral sobre o Extremo Oriente e as relações entre os Estado que compõem a região, o Japão é, indubitavelmente, um ator fundamental nas relações coreanas assim como a China. Apesar de ter ocorrido uma influência mais longa, em termos temporais, o Japão fez da Coreia uma colônia e acabou levando o processo de modernização ao território coreano.

O movimento japonês era uma potência colonial uma anomalia na história do imperialismo moderno, o qual pode ser entendido apenas no contexto geopolítico da segunda metade do século XIX. É importante notar que o Japão foi o único império durante a modernidade que não pertencia ao concerto de nações europeias, tendo escapado por uma pequena margem, do processo de subjugação aplicada à Ásia (DUUS, 1989).

Para o autor, o Japão também apresenta ser uma exceção a partir do processo de anexação dos territórios que se tornariam coloniais, pois, afirma, os impérios modernos não buscavam anexar territórios ao Estado em razão de questões de segurança, sendo estes territórios anexados em resposta às ações adotadas por comerciantes, aventureiros, militares ou missionários. No caso japonês, os territórios foram anexados a partir de uma deliberação realizadas por autoridades pertencentes ao governo central, buscando usar a força em territórios que contribuiriam com os interesses estratégicos do Japão. Ele também busca pontuar os desafios enfrentados pelo Japão, como demonstrado abaixo

No início do período Meiji, foi o "problema coreano" e a extensão de uma posição japonesa na Ásia; nos períodos de Taisho e no início de Showa, era o "problema manchuriano-mongol" e o conflito com os interesses chineses e russos no nordeste da Ásia; na década de 1930, era o "problema da China"; e na década de 1940, foi o "problema do avanço do sul" que envolveu a extensão fatal dos interesses japoneses em direção aos territórios coloniais ocidentais do sudeste da Ásia. A lógica interna da doutrina estratégica do Japão comprometeu o império a objetivos de segurança

cada vez maiores e cada vez mais recuados, cada aquisição colonial sendo vista como uma "base" ou "posto avançado" a partir do qual o império poderia, de alguma maneira, controlar uma esfera de influência sobre áreas mais distantes (Duus, 1989, p. 240)

O Império do Japão entrou na chamada “Era da Modernidade” a partir da Era Meiji (1868-1912), sendo este período caracterizado pela migração de milhares de pessoas as cidades e a utilização de meios de transporte mais eficientes. O período *Meiji* também possuiu pontos negativos, como a pobreza nas cidades e o estilo de vida precário como uma outra face dos anos aqui abordados. Para o autor, o elemento chave para compreender o processo de modernização japonês foi a crise enfrentada pela Era *Tokugawa*<sup>31</sup> e, especialmente, a determinação do Ocidente em forçar a abertura do país, como o ocorrido a partir do ano de 1853, quando o Comodoro *Matthew Perry* navegou pela Baía de Edo e apresentou a demanda do governo americano, ou seja, a abertura dos portos japoneses para as embarcações americanas (HUFFMAN, 2010).

Isto levou a negociação do Tratado de Kanagawa<sup>32</sup>, abrindo dois portos para o estacionamento de embarcações e um intercâmbio de diplomatas, mas não garantia o comércio bilateral. Segundo o autor

Um dos presentes de Perry foi um modelo de trem de quarto de escala, que atraiu multidões que, na conta do escriba oficial da expedição, observavam seus “repetidos círculos. . . com prazer inabalável e surpresa, incapaz de reprimir um grito de prazer a cada toque do apito a vapor. ” O trem também provocou medos - porque o Japão havia entrado em um mundo imperialista para o qual a política externa de Tokugawa o deixara despreparado (Huffman, 2010, pp. 72-73)

Os desafios enfrentados pelo xogunato Tokugawa se apresentaram a partir do interesse dos estrangeiros em negociar tratados comerciais. É importante notar que os japoneses temiam que os estrangeiros buscassem defender seus interesses através da força. O autor completa que por detrás de qualquer demanda ocidental após 1850, havia a possibilidade de se recorrer ao poder coercitivo.

Com a Era *Meiji* o Japão enfrentou diversos problemas com o Estados da região e, como ocorre a partir do século dezenove, houve o desenvolvimento da consciência nacional e, conseqüentemente, o patriotismo. O Império Japonês atuou em Hokkaido (1869) além de ter planejado invadir a Coreia em 1873. No ano subsequente, tropas foram enviadas para Taiwan

<sup>31</sup> Período entre 1603 e 1868 na história do Japão, quando o Japão estava sob o domínio do xogunato de Tokugawa.

<sup>32</sup> Este foi o primeiro tratado assinado entre o Xogunato de Tokugawa e o governo dos Estados Unidos da América, em 1854. Este tratado permitiu a abertura, pela força, dos portos de *Shimoda* e *Hakodate*.

visando consagrar a soberania sobre os *Ryukyuan*s<sup>33</sup>. O autor conclui que esta movimentação estava dentro das prioridades do governo, bem como as reformas feitas no território nacional.

## IMAGEM 2 – MAPA DOS TERRITÓRIOS SOB DOMÍNIO JAPONÊS



<sup>33</sup> Os *Ryukyuan*s formavam um reino independente cujas relações mais próximas eram com o Japão e a China.

Ainda segundo o autor, a opinião pública foi fundamental para que o sentimento generalizado referente ao nacionalismo japonês fosse exaltado em momentos cruciais, como a questão coreana. O autor afirma que o jornal *Osaka Asahi* publicou uma nota dizendo que “*if we lose this chance, all ages will regret it... We should take the lead in making Korea’s independence clear; instead we look on in a daze*”<sup>34</sup>. Isso demonstra que durante a era *Meiji* a opinião pública buscou fomentar o senso de nacionalismo pautado nas mais diversas questões referentes à política externa, especialmente após as missões que o governo japonês realizou em Taiwan e nas ilhas adjacentes.

É importante notar, ainda, que a Restauração *Meiji* concedeu ao Japão uma atividade proativa na execução de sua política externa, entrando na forma de realização diplomática ocidental, visando se apresentar em patamar de igualdade com as potências do ocidente, além de buscar uma posição hegemônica no Extremo Oriente, como aponta Zachmann (2009). Ainda que a presença da rivalidade com a China existisse, o primeiro tratado assinado com um país oriental nos parâmetros ocidentais foi entre o Japão e China, sendo este o Tratado de Amizade, o qual, prossegue o autor, foi apresentado primeiramente pelo Japão nos mesmos moldes do tratado entre a Prússia e a China: apresentando a superioridade do primeiro<sup>35</sup>.

Durante este período, alguns problemas e algumas questões que são necessárias para compreender os empreendimentos japoneses na região, como a teoria elaborada por Yamagata Aritomo<sup>36</sup>, formulada a partir da perspectiva na qual o Japão deveria possuir um “cordão soberano” formado não apenas pelas ilhas adjacentes, mas por territórios que estariam interligados com a sobrevivência da nação, funcionando a partir da ocupação formal ou informal. A partir dessa perspectiva, o Japão e sua experiência expansionista não encontrou limites, anexando territórios os quais eram populosos e, a partir de uma perspectiva cultural, com elementos bem próximos daqueles existentes no Império japonês (DUUS, 1989). A perspectiva que levou ao imperialismo japonês, foi justificada pela missão japonesa de levar “*the blessings of political organization throughout the rest of East Asia and the South Pacific,*

---

<sup>34</sup> “Se perdermos essa chance, todas as idades se arrependirão ... Devemos assumir a liderança para tornar clara a independência da Coréia; em vez disso, observamos atordoados.”

<sup>35</sup> No que se refere ao tema, o autor apresenta que *Japan’s treaty with China raised considerable suspicion among the Western powers. It should be noted that China’s willingness to enter a treaty with Japan at all was motivated in part by the fear that Japan would otherwise seek the military assistance of a Western power. Ironically, the Western powers feared just the opposite, namely that the Sino Japanese treaty would result in a military alliance between the two nations against the West.*

<sup>36</sup> Primeiro Ministro do Japão e um dos líderes da oligarquia *Meiji*.

*just as the Romans had once done for Europe and the Mediterranean*<sup>37</sup>(PYLE, 1960). O governo chinês, ao exercer sua influência no governo coreano, sugeriu que a dinastia deveria considerar firmar acordos com a França e os Estados Unidos, visando impedir o avanço do Japão (CHAN, 2018), mas acabou encontrando resistência do próprio governo coreano, o qual acreditava que a melhor saída era fortalecer as fronteiras contra as ameaças externas, especialmente o Japão.

As relações entre os dois impérios, aponta o autor, estavam estagnadas desde 1868, com a restauração, e os problemas enfrentados eram voltados as correspondências enviadas pelo governo japonês onde este coloca o monarca japonês no mesmo patamar que o imperador chinês, tornando tal situação inaceitável para a Coreia, seguido pelo despacho das cartas diretamente do Ministro das Relações Exteriores japonês, quebrando a tradição na qual as correspondências eram encaminhadas através da região de Tsushima (com autonomia controlada) e, talvez a questão mais relevante da perspectiva burocrática, os ritos exercidos à época foram substituídos pelos ritos diplomáticos ocidentais.

Em sua opinião sobre o Japão, Pak Gyu-su escreveu para o imperador coreano que o maior problema se concentrava na aceitação da Restauração Meiji. Para o teórico, as consequências da restauração estavam além do controle da dinastia Joseon e, por isso, o não reconhecimento das cartas encaminhadas pelo governo japonês seria uma brecha para um ataque contra o território coreano, de acordo com o relato de Chan (2018), no entanto, prossegue, os legalistas eram liderados por Yi Choe-eung, irmão de Taewongun, e defendia que o governo não deveria violar os princípios confucianos, sendo esta a perspectiva final adotada pelo imperador.

Em 1875 houve um incidente de extrema relevância para a compreensão das relações entre a Coreia e o Japão. Um navio de guerra (*Unyo*) navegou em direção a Ganghwado, em agosto, sob o pretexto de se encontrar em águas costeiras, mas atacou a cidade e ocupou algumas ilhas adjacentes. Yi Choe-eung, conselheiro político, afirmou que a dinastia deveria enviar cartas para a corte Qing apresentando este fato como uma prova da arrogância e audácia japonesa, esperando que a China fosse capaz de agir para punir o Japão com a brevidade possível. Após este ataque, o Japão invadiu, ainda, a cidade de Busan, ferindo 12 cidadãos coreanos com armas e espadas (CHAN, 2018).

Durante este período, prossegue o autor, a China não atuou na defesa do seu Estado vassalo durante a questão com o Japão. Uma informação relevante para a compreensão desta

---

<sup>37</sup> As bênçãos da organização política em todo o resto do leste da Ásia e no Pacífico Sul, assim como os romanos já haviam feito pela Europa e pelo Mediterrâneo."

ação é a assinatura, em 1871, do Tratado de Comércio e Amizade entre o Japão e a China, o qual elevou o Império do Japão ao mesmo daquele ocupado pela dinastia Qing e, ao mesmo tempo, diminuiu o status da dinastia Joseon. Neste acordo há uma cláusula de não agressão o entre a China e o Japão, mas a Coreia não entrou como um Estado vassalo sob domínio Qing e, conseqüentemente, que não deveria ser atacado. Segundo o autor

Li Hongzhang (Superintendente de Comércio do Norte na época encarregado dos assuntos externos de Qing e o plenipotenciário que assinou o tratado de 1871) mais tarde explicou verbalmente a Mori Yurei (enviado especial japonês) que a palavra "nações" na verdade implicava os vassalos de Qing e que Joseon (Lin 1935/1936, pp. 208-10). Como resultado, com a assistência de Qing à vista, o tribunal de Joseon teria que lidar diretamente com o Japão - e começou com as negociações com o Japão de maneira diplomática moderna em janeiro de 1876.

Ou seja, este cenário antecedeu o processo de conquista e transformação da Coreia em um protetorado japonês. Durante as negociações, prossegue o autor, houve forte resistência da corte coreana por parte dos legalistas. Choi Ik-hyeon (1834–1906) foi um dos líderes dessa resistência. Ao escrever para o imperador, Choi, que era um oficial acadêmico confuciano, solicitou ao imperador o abandono das negociações com o Japão, pois a dinastia tinha a obrigação moral de resistir aos bárbaros ocidentais e ocidentalizados. Ele afirmou que a assinatura de um acordo com os bárbaros não era diferente de convidar o inimigo.

A negociação terminou com a assinatura do Tratado de Ganghwa, abrindo os portos pela primeira em séculos. Este tratado marcou a transformação da Coreia em um Estado com o mesmo status que o Japão. Para a dinastia Qing, este fato não era inédito, tendo em vista que a China nunca interferiu nos negócios coreanos e este fato era mundialmente conhecido.

Em se tratando da atuação japonesa na Coreia, os soldados coreanos buscaram resistir frente às reformas japonesas. As autoridades do Estado colonial acreditavam que tudo seria aprovado facilmente com a expulsão dos chineses, mas a resistência coreana levou o governo japonês a assassinar a Rainha Min<sup>38</sup>, uma fiel opositora do processo de modernização levado a cabo pelo Japão. Com isso, a Coreia buscou apoio russo e, com isso, houve a crise sobre a península de Liaodong, gerando a guerra russo-japonesa entre 1904 e 1905<sup>39</sup>(HUFFMAN, 2010).

Nesse sentido, com a vitória do Japão, houve a assinatura do Tratado de *Portsmouth*, onde foi concedido ao Japão a península de Liaodong, o reconhecimento russo da atividade

<sup>38</sup> A Rainha Min, formalmente conhecida como Imperatriz Myongseong. Ela foi a primeira esposa do Rei Gojong e era considerada pelo governo Meiji uma limitação ao projeto de expansão marítima japonesa. Myongseong era acusada de corrupção e, devido ao seu posicionamento anti-japonês, foi assassinada pela guarda real coreana em cooperação com agentes japoneses.

<sup>39</sup> Eclodindo em 1904, com duração de um ano, o conflito entre o Império Russo e o Império Japonês definiu o Japão como uma potência regional. O conflito foi uma consequência das disputas sobre a Coreia e a Manchúria.

japonesa na Coreia, além de possuir todos os direitos, outrora russos, no sul da Manchúria e na parte sul das ilhas *Sakhalin*, cujo nome dado pelo Império japonês foi *Karafuto*. A China foi obrigada, segundo o *Manchurian Remedial Protocol* (1905), a aceitar o que foi acordado em *Portsmouth*. O Japão possuía, através do Porto Arthur e Dairen, a mais produtiva base naval e um dos mais importantes centros comerciais do nordeste asiático (DUUS, 1989).

O imperador coreano foi mantido no trono, mas o governo era exercido de fato por Ito Hirobumi, cuja administração é classificada como paternalista e benevolente. Seu assassinato, em 1909, por um nacionalista coreano, e os protestos no Japão e na Coreia levaram à anexação do território e este foi controlado por Terauchi Masatake, um general do exército que tomou posse como governador geral, em 1910. Para o Japão da Era Meiji e para as novas lideranças políticas, as quais teriam espaço durante os anos subsequentes, o ponto central era se afirmar como uma potência na Ásia. Nesse sentido, ao demonstrar que a base do processo de conquista imperial ocorreu a partir da reforma Meiji (BEASLEY, 1999). Para o autor, a questão coreana se apresentou a partir do desgaste das relações com a China e, no período que antecede o conflito de 1894, houve a utilização da diplomacia para conter e resolver os problemas que se faziam presentes.

## 2.2 O imperialismo japonês (1910-1945)

O Japão já havia alcançado os territórios que iriam compor seu império até o fim da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1910. O território mais relevante a ser conquistado pelo Japão foi a Coreia, o que correspondeu ao declínio da *Pax Sinica* e consequente reconhecimento do Japão como o regime mais influente e poderoso do Extremo Oriente.

A política externa do Japão para expandir e consolidar seus interesses na região do Pacífico em fases (PEATTIE, 1989). Para o autor, a primeira fase ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o Japão buscou capturar as colônias alemãs na região, especialmente Tsingtao, a qual caiu para os japoneses em conjunto com ilhas adjacentes sem maiores resistências. O autor evidencia que a agressividade japonesa na região levou a desconfiança da Austrália, Nova Zelândia e dos Estados Unidos, mas a diplomacia japonesa foi audaz em assinar tratados secretos com quase todos os aliados, confirmando a expropriação destes territórios e aumento sua capacidade em negociar durante a Conferência de Paris<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Conferência de Paz realizada em 1919, composta por mais de 70 países, incluindo os vencedores da Primeira Guerra Mundial. A referida conferência foi a responsável pela elaboração do Tratado de Versalhes.

Isso não significa, entretanto, que o Japão não sofreu pressões em relações ao imperialismo praticado por seu governo. A aquisição de Tsingtao gerou protestos nos Estados Unidos e na China e, em 1922, durante a Conferência de Washington<sup>41</sup>, o Japão devolveu a colônia à China.

A política externa japonesa era mais ativa nos territórios coloniais e, conseqüentemente, na colônia mais importante os frutos eram mais claros. A Coreia, por se tratar do local ultramarino mais relevante para o império, apresentou uma infraestrutura desenvolvida, bem como a criação de escolas e o melhoramento das técnicas para agricultura (HUFFMAN, 2010).

Dessa forma a evidência que as missões estrangeiras aos territórios ocupados elogiaram a eficiência japonesa em lidar com a Coreia e Taiwan. Os observadores americanos e britânicos classificaram de “maravilhoso progresso” a administração em Taiwan e de “corajosa, devota e admirável” aquilo que viam na Coreia após séculos de decadência racial e política (PEATTIE, 1989).

Entre 1914 e 1920 houve o surgimento do movimento político nos âmbitos interno e externo que visava uma administração liberal das colônias. Esses movimentos encontravam respaldo, no caso externo, no princípio de autodeterminação defendido por Woodrow Wilson, especialmente na Coreia e em Taiwan, onde houve forte resistência ao colonialismo japonês exercido nas regiões, como aponta o autor.

Com a morte do imperador Taisho, em 1926, houve a ascensão do imperador Showa, Hirohito, e o desenvolvimento liberal anteriormente propagado cedia lugar a um governo mais militarizado e intrusivo. As razões se encontram no contexto internacional vivido por Hirohito: Crise de 1929; a Conferência Naval, realizada em Londres; e os movimentos anticoloniais na China e na Coreia (HUFFMAN, 2010).

No que se refere às forças ativas na Coreia, o movimento de maior importância foi o Movimento Primeiro de Março, o qual demonstrou a precariedade da aceitação do governo japonês na Coreia e a influência dos valores Wilsonianos no pós-guerra. Segundo o autor encontra-se, neste momento, o sentimento nacional coreano.

Com a ascensão de Taisho, houve a ascensão do ultranacionalismo japonês. Durante a restauração Meiji, o nacionalismo se fez presente, mas apenas com Hirohito houve a ascensão de políticas restritivas na colônia e o alinhamento ao movimento ultranacionalista que levaria

---

<sup>41</sup> A Conferência de Washington ocorreu em 1922 e buscou discutir as questões voltadas ao desarmamento naval e os problemas relativos ao Extremo Oriente, especialmente no que se refere ao papel americano como potência marítima e aos ganhos do Japão após a Primeira Guerra Mundial.

ao conflito mundial em 1939. O imperador Taisho buscou se alinhar com a Alemanha Nazista, sob o comando de Adolf Hitler, e a Itália Fascista, sob o comando de Benito Mussolini. Entre 1929 e 1945, o Japão apresentou, uma retórica ultranacionalista que levou ao ressurgimento da *Black Sea Society* e *Amur River Society*, as quais buscavam desempenhar um papel no Estado japonês apelando para uma atitude mais agressiva na região. O *State Foundation Society* buscou desempenhar práticas autoritárias contra os partidos antinacionalistas, além de colocar o imperador como o centro da prática política japonesa. O autor completa com o desejo por uma “Restauração Showa”, ou seja, a retirada de políticos, burocratas e empresários alinhados com os valores ocidentais; este fato se assemelha ao que foi realizado durante a Restauração Meiji, onde foram retirados os apoiadores do Xogunato Tokugawa. Ienaga Saburo, um historiador japonês e professor da Universidade de Tokyo, classificou este evento como “Japanismo” (HUFFMAN, 2010).

No que se refere aos efeitos desta política na Coreia, houve a aplicação e uma política mais restritiva na península, a qual incluía a adoção de sobrenomes japoneses pelos coreanos, além da restrição ao uso da língua japonesa nas salas de aula. Na esfera econômica, continua o autor, apenas 25% do capital investido na Coreia encontrava-se sob posse de coreanos, ainda que houvesse uma política voltada ao mercado durante a crise de 1929.

Ao analisar a mudança na política colonial japonesa, há uma perspectiva sobre o desenvolvimento político e econômico do Japão, sobre o qual era inevitável a transformação do governo em uma instância altamente militarizada. A expansão territorial alinhada com a necessidade de receber proventos da colônia, levou ao recrudescimento nas esferas interna e externa. Nesse sentido, o Japão buscou construir um bloco econômico que fosse capaz de atender às necessidades que surgiam em um cenário de instabilidade econômica (PEATTIE, 1989).

### 2.3 A Guerra Civil chinesa (1945-1949)

Nesta seção a guerra civil que tomou lugar na China entre 1928 e 1949, mas apenas durante os anos que abarcam os últimos após, mas os anos após a aliança entre nacionalistas e comunistas durante a Segunda Guerra Mundial. Aqui a dinâmica na China continental será abordada com o objetivo de apresentar um contexto amplo sobre o que ocorria nas três regiões do Extremo Oriente: a China, o Japão e a Coreia. Desta forma espera-se contextualizar o processo na Coreia com a situação política na China, antes de inserir este tema dentro do tema e do período proposto para esta pesquisa, onde a República Popular da China, sob as diretrizes do Maoísmo, dialogará com o governo Truman, nos Estados Unidos, sobre o futuro da Coreia.

## 2.4 A questão coreana durante a Segunda Guerra Mundial

Em razão da importância do conflito para a China, o Japão e os Estados Unidos, aqui será abordado o tema sobre a questão coreana. Havia, no século dezanove, o “Problema Coreano”, conforme abordado pela pesquisa. Durante o século vinte e, especificamente, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, aventam-se as questões sobre a situação da península após a guerra e, conseqüentemente, o fim da ocupação japonesa.

No entanto é notável que há avanço no interesse americano na região, mas a Coreia não configura uma prioridade nos planos de política externa americana. A administração Roosevelt, até 1945, sustentou reuniões com os países aliados durante a Segunda Guerra Mundial, inclusive com o presidente Getúlio Vargas e o Rei Abdulaziz ibn Abdulrahman al Saud. Ademais da política externa americana para o Oriente Médio e as reuniões entre líderes mundiais, nos cabe aqui as duas conferências nas quais a Coreia foi citada: Conferência do Cairo, em 1943, e a Conferência de Ialta, em 1945.

## 2.5 As conferências internacionais

Não é possível ignorar as conferências internacionais que tomaram lugar nos anos finais da Segunda Guerra Mundial e foram responsáveis por definir as fronteiras geopolíticas vigentes, em grande parte, até o ano de 1991. No caso coreano, aqui será abordada as questões relevantes para a introdução da Coreia no contexto da Guerra Fria, especialmente no que se refere a ocupação da península pelos Estados Unidos e pela União Soviética/China, apresentando como as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial enxergavam a busca pela independência coreana e, além disso, os pontos políticos para discussão sobre o tema.

Durante o ano de 1943, precisamente na Conferência do Cairo, houve a discussão sobre o futuro da Coreia e a sua possível independência. É notável o interesse prioritário e os interesses econômicos e políticos sobre o continente europeu, no entanto, ainda que fosse um cenário secundário, as potências ali reunidas se debruçaram sobre o tema visando a solução e uma nova ordem política e econômica no mundo, afetando fundamentalmente a Coreia, com a existência de uma ocupação compartilhada, postergando por muitos anos o sonho dos líderes coreanos em viver em uma Coreia livre e unificada.

Desta forma, a ocupação da península ainda não havia sido analisada pela União Soviética e pelos Estados Unidos, sendo esta proposta realizada apenas no ano de 1945, conforme a narrativa já apresentada. Sendo assim, ainda que pontual, a questão coreana será apresentada nesta seção visando compor a narrativa sobre a crescente importância da Coreia a partir de 1945.

### 2.5.1 As Conferências do Cairo (1943), Teerã (1943) e Ialta (1945)

Oito meses antes da Conferência de Cairo houve uma reunião entre o então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o Secretário de Estado de Relações Exteriores do Reino Unido, Anthony Eden, propondo a criação do sistema de tutelas que deveria abarcar a Indochina e também a Coreia, sob a tutela dos Estados Unidos, da China e de mais ou dois países. O sistema de tutelas se formalizou com a Carta da Organização das Nações Unidas, em 1945, onde o sistema seria aplicado em territórios que estão sob mandato; que foram desanexados do território inimigo após a Segunda Guerra Mundial e que foram colocados nessa situação voluntariamente (HULL, 1993).

A independência coreana foi tratada com extrema cautela durante a conferência. Por se tratar de uma questão colonial, o posicionamento do Reino Unido sobre o tema se deu com o não apoio à transformação da Coreia em um território dependente, pois ainda existiam territórios sob domínio britânico e, conseqüentemente, seu posicionamento seria controverso caso apoiasse a independência da Coreia. No que se refere ao posicionamento da União Soviética sobre a ocupação japonesa, Stalin não apoiou a independência coreana em razão do relacionamento estável com o Japão. Segundo a declaração

É seu objetivo que o Japão seja despojado de todas as ilhas do Pacífico que anexou ou ocupou desde o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, e que todos os territórios que o Japão roubou dos chineses, como Manchúria, Formosa e Pescadores, serão restaurados na República da China. O Japão também será expulso de todos os outros territórios que ela tomou por violência e ganância. As três grandes potências acima mencionadas, atentas à escravização do povo da Coréia, estão determinadas a que, no devido tempo, a Coréia se tornará livre e independente.

O autor avalia que durante a conferência, que reuniu além de Roosevelt, o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill, Joseph Stalin, Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, e o presidente da China, o nacionalista Jiang Jeishi, ficou acordado que a península se tornaria livre e independente no tempo certo, mas sem estabelecer uma data ou período de transição. A conferência também concluiu que o Japão perderia os seus territórios adquiridos após o ano de 1894, quando houve a eclosão do conflito com a China e a transformação do Império japonês em uma potência colonial.

Roosevelt e Stalin concordaram, durante a Conferência de Teerã sobre a formação de uma coalizão que tutelaria a península seria viável no processo que, teoricamente, culminaria na independência da região (STUECK, 1995). O autor prossegue afirmando que o regime soviético não estava comprometido com a península, além disso, Stalin não se apresentava

entusiasmado com o regime proposto. também cita um documento do Departamento de Estado<sup>42</sup>, datado de 1945, o qual informa que a

A Coréia pode parecer oferecer uma oportunidade tentadora [para Stalin]...de fortalecer enormemente os recursos econômicos do Extremo Oriente soviético, adquirir portos sem gelo e ocupar uma posição estratégica dominante em relação à China e ao Japão...uma ocupação soviética da Coréia criaria uma situação estratégica inteiramente nova no Extremo Oriente, e suas repercussões na China e no Japão podem ser de grande alcance.

A partir deste trecho é possível concluir que houve um senso de cooperação durante as conferências internacionais até o ano de 1943, mas havendo o término da guerra, os Estados Unidos e a União Soviética acabam desenhando um modelo político que seria definido como Guerra Fria. Ainda que a existência de setores mais relevantes que outros (como é o caso da Europa em relação à Ásia), a disputa pela conquista política, econômica e social seria levada a cabo pelos dois países, visando a conquista de territórios e o aumento da tensão entre os dois Estados, ainda que os conflitos ocorressem de forma indireta através dos poderes locais apoiados por um ou outro regime. Um exemplo deste período é a Guerra da Coreia, a qual será abordada no próximo capítulo, versando sobre a análise da crescente importância da Coreia para os Estados Unidos e a União Soviética.

O autor conclui que a preocupação apresentada pelo governo americana não era algo sem fundamento. Para ele, durante as conferências de Teerã e Ialta, Stalin se preocupou em ser deixando de fora do planejamento no Extremo Oriente, sendo apresentando confirmações orais para as propostas apresentadas por Roosevelt.

Durante o último ano do conflito mundial, houve também a decisiva conferência de Ialta, na Ucrânia, onde se reuniram Roosevelt, Churchill e Stalin visando discutir, além de questões adicionais do pós-guerra, a partilha dos territórios europeus e asiáticos. Durante a conferência houve pontos de convergência sobre a situação coreana, ao demonstrar que Roosevelt sugeriu o sistema de tutelas para a situação geopolítica no pós-guerra. Stalin, apesar de ter concordado, sugeriu um período mais curto para a execução das tutelas (HAN, 1987).

---

<sup>42</sup> Possible Soviet Attitudes Toward Far Eastern Questions,” 2 October 1943, Box 119, Records of Harley A. Notter, 1939–1945, RG59, NA.

**IMAGEM 3 – MAPA COM A REPRESENTAÇÃO DAS DUAS DIVISÕES COREANAS: O PARALELO 38° E A ZONA DESMILITARIZADA**



Apesar da afirmação de alguns autores de que o governo soviético possuía interesse em ocupar toda a península, sob a afirmação de que a declaração de guerra ao Japão tinha como objetivo garantir algum espólio no Extremo Oriente, não se confirma no caso coreano. Stalin poderia, a partir da geografia, ocupar toda a Coreia a partir da fronteira com o norte da península. No entanto, o exército soviético respeitou a fronteira delimitada, o Paralelo 38°, tendo entrado na região que fora designada a partir dos portos de *Unggi* e *Najin*, como será descrito abaixo

O resultado das conferências internacionais e a ocupação de fato da Coreia, a partir de 1945, onde foi a delimitação dos espaços de influência das duas superpotências remanescentes do conflito mundial. A partir dessa divisão, torna-se claro o início da Guerra Fria no Extremo Oriente e a Coreia, agora ocupada e, três anos depois, formalmente dividida, o jogo de poder será claro e perceptível, se tornando uma das áreas mais relevantes para o governo americano, após mover as tropas das Filipinas para ocupar a parte sul da península.

Diferente do que ocorreu na Alemanha<sup>43</sup>, a Coreia foi ocupada a partir de uma linha arbitrária proposta por Harry Truman e aceita prontamente pelo governo soviético. O fato de Stalin ter aceito a proposta pode ser classificado como uma surpresa pelo governo americano, pois o último controlaria dois terços da população, bem como a cidade mais importante da Coreia: Seul (STUECK, 1995).

---

<sup>43</sup> Existem diversos trabalhos comparando o processo de divisão dos dois países, apresentando similaridades e diferentes. Aqui a comparação fez-se necessária em razão do processo de divisão e ocupação.

### **3. ANÁLISE SOBREA COREIA COMO CENTRO DA DISPUTA HEGEMÔNICA (1947-1950)**

O presente capítulo buscará apresentar a Coreia no século vinte em um cenário complexo voltado ao desenvolvimento de uma nova ordem internacional sintetizada na disputa entre dois sistemas políticos, econômicos e sociais representados pela União Soviética e pelos Estados Unidos. Após 1949, a República Popular da China se juntou ao bloco comunista, ampliando assim os temores americanos sobre a expansão do comunista na Ásia.

A instabilidade na região será também apresentada a partir de relatórios produzidos por agências do governo dos Estados Unidos, como a Agência Central de Inteligência (*CIA*, em inglês), o Departamento de Estado e chefes militares em exercício na Coreia e nos Estados Unidos. A partir destes relatórios será possível compreender o crescimento da instabilidade na região, bem como os movimentos políticos americanos frente ao avanço do comunismo no Extremo Oriente, especificamente na Coreia.

Diferente dos tópicos supracitados, cuja atenção será limitada, a questão colonial e do pós-guerra serão levantadas visando delinear, em um primeiro momento, as estratégias utilizadas para formar um “programa hegemônico” na região. O gradual interesse americano pela Ásia também será tratado.

Por fim, haverá a análise da Guerra da Coreia, com a breve participação soviética, e a intensa atuação sino-americana na península, durante o conflito. Os relatórios do *National Security Council* (NSC) serão a fonte primária para tratar do tema a partir da perspectiva americana, buscando responder às questões relativas ao interesse americano pela Coreia, em detrimento de outras regiões no Extremo Oriente. Além dos relatórios do NSC, outras fontes serão utilizadas com o propósito de demonstrar a percepção americana sobre o tema, buscando respaldo na historiografia sobre o tema, a partir da análise de autores corroborando ou apresentando divergências em relação aos relatórios apresentados.

Dessa forma, o presente capítulo buscará discorrer sobre o desenvolvimento da questão coreana não apenas na política externa americana, mas dentro de um contexto internacional, a Segunda Guerra Mundial, e o diálogo interestatal com a China, o Japão e durante as conferências internacionais que tomaram lugar em Cairo, na Ucrânia e na Alemanha. Os debates sobre o destino da Coreia no imediato pós-guerra e durante o desenvolvimento da Guerra Fria buscarão formar o cenário para a análise dos relatórios do *National Security Council* sobre o Extremo Oriente e os passos a serem tomados para impedir o avanço do comunismo na península, demonstrando a preocupação dos Estados Unidos com

o avanço da União Soviética e da China em uma região considerada secundária para a política externa americana.

A partir dos elementos apresentados, será possível demonstrar através da documentação relativa ao tema a transformação da política externa americana para a Coreia e, nesse caso, responder à pergunta proposta pela dissertação sobre a disputa hegemônica e a posição americana na região.

Ao abordar o tema a narrativa apresentará o conceito de acontecimento, explorado pelo autor acima, como um fenômeno único, ou seja, datado. Ao tomar emprestada essa premissa, a análise dos documentos produzidos pelo governo americano, ainda que conversem com os acontecimentos de fato, não apresentam uma única perspectiva sobre o interesse dos Estados Unidos na Coreia (DUROSELLE, 2000).

Sendo assim, proporemos aqui uma análise sobre a perspectiva presente em Paz e Guerra entre as Nações (ARON, 2002). O autor classifica o conceito de guerra, retirada de Clausewitz, onde a imposição da vontade sobre uma unidade política é explicada como guerra. Aron classifica o primeiro interesse de um Estado como a sobrevivência, análise esta encontrada em Hobbes e explorada por Maquiavel, como fora analisada nesta dissertação, o Sistema Internacional é, portanto, o estado natural de Hobbes e as nações buscam sua sobrevivência.

Encontramos no trecho abaixo, o reconhecimento da importância do espaço, os homens e as ideias

Uma coletividade ocupa um certo território e pode julgar, logicamente, que esse território é insuficiente. Na rivalidade que separa os povos, a posse do espaço é o motivo original de disputa. Em segundo lugar, os soberanos julgaram muitas vezes sua grandeza pelo número dos seus súditos; almejavam não a posse de muitas terras, mas de uma grande população. Por fim, surgiu o profeta armado, mais interessado em converter do que em conquistar. Indiferente às riquezas do solo e do subsolo, ele não calcula o número dos trabalhadores e dos soldados; deseja propagar a "verdadeira fé" - quer que sua organização abranja aos poucos toda a humanidade (Aron, 2002, p. 131)

Aplicando a análise acima no cenário da Guerra Fria no Extremo Oriente, há coerência ao visar a sobrevivência dos dois *modus vivendi*. Ao possuir territórios sob sua zona de influência, a União Soviética e os Estados Unidos, expandiam sua influência nos mais variados setores, além de garantir mercados para as suas produções, seja pela formação de blocos econômicos ou pela formalização da influência das superpotências em outros países.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Aqui é importante pontuar algumas diferenças entre a economia soviética e americana. A primeira, segundo Gregory (2003) controlada totalmente pelo governo,

Ademais, inferindo nesta pesquisa que território é poder, seja do ponto de vista geopolítico, de capital humano ou militar.

Por fim, o objetivo do imperialismo, tema aqui tratado, é o chamado Império Mundial, onde os limites territoriais não conhecem os limites racionais e qualquer parte do mundo pode ser dominada por uma força maior. Diferentemente do Império Mundial, há também a forma continental e a preponderância local (MORGENTHAU, 1997).

A primeira se apresenta de forma limitada, tendo como exemplos dados pelo autor Mussolini e Luís XIV. O autor classifica a essência da política externa americana para o hemisfério ocidental como uma forma de imperialismo geográfico alternado com a forma clássica do imperialismo. O autor afirma os efeitos da política externa americana para a região não foram uniformemente imperialistas e planejados, mas exerceram um papel de preponderância sobre os países da América do Sul, ainda que servisse também como proteção. Ademais, pontua, no caso do Brasil e da Argentina, esse processo foi natural, mas sem uma deliberação sobre o processo. A preponderância local, por fim, é o resultado de uma política planejada, demonstrando majoritariamente seu caráter nacional, sendo majoritariamente representada pelas políticas aplicadas por Bismarck. É uma política voltada ao fortalecimento regional, sem ambições mundiais, podendo representar um jogo de forças entre duas entidades conflitantes no mesmo continente.

### 3.1 1947: desdobramentos na política de segurança americana

O Conselho Nacional de Segurança<sup>45</sup> foi o órgão responsável por planejar os relatórios voltados ao processo de segurança nacional dos Estados Unidos. Este capítulo será responsável pela análise de documentos diplomáticos e relatórios governamentais sobre as diretrizes do governo americano, sob a presidência de Harry Truman, visando conter e combater o avanço do comunismo no mundo. As quatro vertentes avaliadas pelo governo americano são a continuação das políticas atuais, o isolamento, a guerra e a construção da força política, militar e econômica do “mundo livre”. O ato de criação do Conselho Nacional de Segurança se apresenta no Ato de Segurança Nacional de 1947.<sup>46</sup> As atribuições e formação do conselho foram definidas na introdução do documento, como segue abaixo

<sup>45</sup> The National Security Council (NSC) is the President's principal forum for considering national security and foreign policy matters with his senior national security advisors and cabinet officials. Since its inception under President Truman, the Council's function has been to advise and assist the President on national security and foreign policies. The Council also serves as the President's principal arm for coordinating these policies among various government agencies. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/nsc/>>.

<sup>46</sup> The National Security Act of 1947 – July 26, 1947. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/1947-07-26.pdf>>

A função do Conselho será assessorar o Presidente com relação à integração de políticas domésticas, estrangeiras e militares relacionadas à segurança nacional, de modo a permitir que os serviços militares e os demais departamentos e agências do Governo cooperem de maneira mais eficaz na questões que envolvam a segurança nacional[...]O Conselho será composto pelo Presidente; o Secretário de Estado, o Secretário de Defesa, nomeado sob a seção 202; o secretário do exército, mencionado na seção 205; o secretário da marinha; o Secretário da Força Aérea, nomeado sob a seção 207; o presidente do Conselho de Recursos de Segurança Nacional, nomeado sob a seção 103; e dos seguintes oficiais nomeados que o Presidente possa designar de tempos em tempos: os Secretários dos departamentos executivos, o Presidente do Conselho de Munições nomeado sob a seção 213 e o presidente do Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento nomeado sob a seção 214; mas nenhum membro adicional será designado até que o conselho e o consentimento do Senado sejam dados à sua nomeação para o cargo cuja participação autorize sua designação como membro do Conselho (Ato de Segurança Nacional, 1947, p. 2).

O ato foi assinado na esteira da Doutrina Truman e do Plano Marshall, formando as bases da política externa americana para a Guerra Fria. Dentro do escopo do Ato de Segurança Nacional, o programa define a coordenação para a segurança nacional, a qual era composta pelo Conselho de Segurança Nacional, pela Agência Central de Inteligência e o Conselho de Recursos de Segurança Nacional.<sup>47</sup>

Os órgãos supracitados eram responsáveis por compor a área militar da política iniciada pelo então presidente Truman. A atuação da política de contenção não estava engessada apenas em aspectos militares, mas em econômicos, culturais e políticos, como vimos no primeiro. No entanto, em se tratando da pesquisa aqui realizada, o aspecto militar é pujante e sua execução é o que acaba nos interessando a partir das fontes primárias aqui apresentadas.

É importante notar que o ato e os órgãos criados por esta citação tomam relevância quando pensamos em um contexto geopolítico na análise. O mundo passa a ser dividido entre as duas potências e, conseqüentemente, regiões de influência. A Coreia, ainda que tratada como um território secundário, encontrava-se dentro desta dinâmica e sentiria de forma marcante o poderio econômico e, especialmente, militar na região.

Os anos de 1947 e 1948 são um marco na história da política externa americana. Assim como a Doutrina Monroe, no século dezenove, e as políticas aplicadas por Theodore e Franklin Roosevelt, Harry Truman inaugura a Doutrina Truman, forma um aparato de segurança interna e externa, bem como a apresentação do Plano Marshall em Harvard. Desta forma, nota-se que o aparato político, militar e econômico foi montado visando conter as

---

<sup>47</sup> National Security Council, Central Intelligence Agency and National Security Resources Board, respectivamente.

aspirações soviéticas no mundo, mas mantendo o foco na Europa e no Japão. Há, neste contexto, a formalização da República da Coreia.

Os documentos relativos às Diretivas de Inteligência do Conselho de Segurança Nacional, tratam exclusivamente da exploração de desertores soviéticos e da coordenação e produção de inteligência econômica.

### 3.1.1 A Conferência de Moscou e o estabelecimento da República da Coreia

A Conferência de Moscou<sup>48</sup> ocorreu em 1945 e se apresentou como uma reunião para discutir o futuro do Extremo Oriente após a Segunda Guerra Mundial. Durante a conferência estiveram presentes os ministros dos Estados Unidos, James Byrnes; Reino Unido, Ernest Bevin e da União Soviética, Vyacheslav Molotov. Durante a conferência, como sugere o documento, foram definidos os tratados de paz com a Itália, Romênia, Bulgária, Hungria e Finlândia; o estabelecimento da Comissão para o Extremo Oriente e o Conselho Aliado para o Japão, além da Comissão das Nações Unidas para o Controle da Energia Atômica.

O relatório<sup>49</sup> tem uma seção para tratar apenas da Coreia, afirmando que há projeção para restabelecimento de uma Coreia independente, a partir de um governo democrático e provisório, tomando todas as medidas necessárias para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento industrial, agrário e da cultura coreana. No mesmo relatório há a divisão formal da península, segundo a premissa na qual as propostas da Comissão Conjunta deveriam ser submetidas, seguindo as consultas do governo provisório na Coreia, entre os Estados Unidos, a União Soviética, o Reino Unido e a China, visando construir um regime administrativo dividido entre os Estados envolvidos.

Este modelo de divisão foi o mesmo aplicado na Alemanha, demonstrando então um comportamento comum no que se refere ao processo de divisão dos territórios no pós-guerra. Apesar da semelhança na partilha territorial, esta questão não deve ser interpretada como um modelo único de importância, como já foi citado anteriormente, a Coreia nunca representou uma prioridade na política externa americana, apenas em 1945 os Estados Unidos passaram a considerar o território para conter o avanço soviético, representando o reflexo da política de segurança decretada no Ato de 1947.

---

<sup>48</sup> Conferência de Moscou de Ministros dos Negócios Estrangeiros ocorreu entre os dias 16 e 26 de Dezembro de 1945, visando estudar os problemas relativos ao processo de ocupação, paz e outras questões no Extremo Oriente.

<sup>49</sup> INTERIM MEETING OF FOREIGN MINISTERS OF THE UNITED STATES, THE UNITED KINGDOM, AND THE UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS, MOSCOW, DECEMBER 16-26, 1945. Disponível em < [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/decade19.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/decade19.asp) >

Com uma ocupação desordenada da península, a Conferência de Moscou apresentou tentativa de coordenar um processo que visava, claramente, não a manutenção da península unificada, mas sim dois pontos de poder dentro de uma nova ordem internacional, a partir dos preceitos indicados pelas lideranças envolvidas.

Na esteira dos acontecimentos relacionados à política de segurança dos Estados Unidos, há o estabelecimento da República da Coreia, doravante Coreia do Sul, pelo governo provisório na região. Aqui é possível inserir a região dentro do aparato montado pelo governo americano para conter o avanço do comunismo, tendo em vista que a proposta para divisão da península partiu do governo Truman e foi aceita, sem relutância, pelo governo Stalin.

O estabelecimento da Coreia do Sul não ocorreu de forma uníssona, no que se refere aos interesses americanos e coreanos. Ao analisar a documentação apresentada pelo governo americano em janeiro de 1947, ficou perceptível as disparidades entre as projeções do Dr. Syngman Rhee, principal expoente político pela busca da independência coreana, e o Assessor Político na Coreia, ou seja, o governo americano. No relatório encaminhado ao Secretário de Estado, datado janeiro de 1947, o Comandante Geral das Forças Americana na Coreia do Sul, General John Hodge, apresentou seu *briefing* sobre a situação coreana à época afirmando que

Devido a: (a) inquietação predominante após o primeiro e infrutífero aniversário da decisão de Moscou, (b) suspeita recrudescente aqui e talvez na Coreia do Norte de que estamos estabelecendo um governo separado em nossa zona, (c) idéias exageradas de si mesma e de suas funções mantidas pela Assembleia Legislativa Interina; (d) a confusão que está sendo criada na mente de alguns coreanos pela campanha e publicidade do Dr. Rhee pela independência imediata sob uma égide sul-coreana indefinida (ESTADOS UNIDOS, 1947).

Este trecho torna-se importante porque demonstrou que alguns setores do governo americano enxergavam a Conferência de Moscou como infrutífera e, portanto, havia pouca vontade política em cumprir com o acordado durante a referida reunião. Apresentou-se, ainda, a suspeita pelo governo americano de que a União Soviética buscava formar um governo separado ao norte, o que ficou comprovado meses mais tarde, ao tomar conhecimento de que o governo soviético buscava manipular os partidos participantes da corrida democrática no norte da península.

No entanto, o problema não se encontrava restrito apenas ao desenvolvimento ao norte da península, mas também aos anseios do povo coreano, centralizados na pessoa do Dr. Rhee, sobre a questão da independência. No mesmo documento, General Hodge, sem citar nomes, demonstra sua insatisfação com o comportamento do povo coreano ao narrar que alguns elementos estão influenciando o povo coreano de que os Estados Unidos estão trabalhando

para construir um governo separado, ao sul, cujo órgão primacial na construção deste novo Estado é a Assembleia Legislativa Interina. No entanto, Hodge não descarta os amplos poderes da Assembleia e que isso é um grande passo para o desenvolvimento da nação.

O embate existente entre a perspectiva americana e soviética merecem ser abordadas a partir de alguns documentos trocados entre o Secretário de Estado, General Marshall, e o Ministro das Relações Exteriores soviético, Molotov. O primeiro desgaste notado no período após a Conferência de Moscou encontra-se num longo e esclarecedor telegrama encaminhado pelo Ministro Molotov, especialmente sobre a questão coreana. O descontentamento da União Soviética em relação ao andamento das políticas na região está expresso neste documento, onde os Estados Unidos foram acusados de promover poucos avanços relativos ao tema, como o não cumprimento do programa legislativo para a Coreia, muito menos o Governo Provisório. Ademais, Molotov aponta que o trabalho da Comissão Conjunta entre a União Soviética e os Estados Unidos foi suspenso como um resultado do não cumprimento da Conferência de Moscou, bem como por ter declinado a proposta de intercâmbio econômico entre as duas zonas. (ESTADOS UNIDOS, Volume VI, documento 483, 1947).

Este descontentamento com a falta de ação Americana, levou o governo soviético a apresentar três pontos fundamentais no que era refere ao futuro da Coreia. Para os soviéticos, a formação de um governo provisório, o estabelecimento de instituições democráticas para garantir eleições livres e o apoio financeiro para garantir a independência da Coreia eram os principais pontos para garantir o sucesso da missão na Coreia. O governo americano, através de uma resposta clara e objetiva, se apresentou favorável aos pontos elencados pela União Soviética. O governo soviético havia concordado com as americanas sobre a Comissão Americana-Soviética para Coreia, sobre os partidos e a forma de elaboração do programa democrático para a Coreia. Outras questões textuais também foram apontadas pelos americanos (ESTADOS UNIDOS, Volume VI, documento 488, 1947).

Aqui não será explorado todos os relatórios trocados entre as autoridades envolvidas, em razão da dimensão e dos diversos assuntos abordados. Pretende-se, a partir da leitura destes documentos, contabilizar os que podem apresentar o panorama político da negociação entre a União Soviética e os Estados Unidos, não tendo como pretensão esgotar a documentação ou o debate, mas apresentar a narrativa americana sobre o tema.

No relatório datado de 20 de agosto de 1947, ficou clara as percepções americanas sobre o processo da divisão peninsular<sup>50</sup>. O governo americano concluiu que a União

---

<sup>50</sup> Results of Soviet and US positions evident after consideration of following:

Soviética visou garantir o controle do governo democrático coreano provisório semelhante ao estabelecido na Coreia do Norte e estabelecer um Estado satélite controlado pelos comunistas na fronteira da URSS. Nas palavras do Chefe da Comissão Soviética na reunião de abertura de março de 1946, "[a região] não se tornará uma base para ataques à União Soviética" e que flanqueiam uma esperança para a Manchúria comunista (ESTADOS UNIDOS, Volume VI, documento 577, 1947).

O relatório descreveu a União Soviética como um Estado que buscava o controle político da península, de forma direta ou indireta, visando impedir a iminência de um combate com os Estados Unidos, ao inferir que um Estado comunista não serviria como base de ataque da União Soviética. É importante notar ainda o aparente aspecto democrático na região norte da península, mas que não pode ser considerado como uma democracia de facto tendo em vista o controle partidário exercido pelo regime soviético. O governo americano buscou definir as diretrizes apontadas para o estabelecimento da Coreia do Sul, seguindo os parâmetros pautados em eleições livres, um governo montado a partir da perspectiva americana deste termo, além do apoio e assistência do plano de ação conjunta.

Após sucessivas idas e vindas no processo de negociação, o governo americano apresentou a impossibilidade de dar prosseguimento ao diálogo com a União Soviética. O relatório demonstrou que as questões mais relevantes para compreensão e entendimento da proposta são o entendimento sobre a tentativa, fracassada, da União Soviética em eliminar todos os grupos do espectro político liberal-conservador, onde o suposto sucesso desta tentativa daria ao governo soviético o controle total da península (ESTADOS UNIDOS, Volume VI, documento 612, 1947).

Para o governo americano, o maior impedimento para o alcance dos objetivos dos Estados Unidos foi a divisão pelo Paralelo 38°, em resumo, havia ainda três grandes problemas para a consecução dos objetivos, notadamente a atuação dos líderes da extrema direita coreana, como já apontado; os grupos de esquerda fomentando hostilidades contra os

---

(1) Extreme rightists under Kim Koo and Syngman Rhee with total claimed membership of 11.25 million failed to apply for consultation.

(2) North Korea applicant parties totaled 38, all Democratic People's Front, while South Korea parties totaled 422, representing all shades of political views.

(3) Soviet list of 147 North and South Korea parties of membership in excess of 10,000 whose eligibility for consultation Soviets willing to discuss, omitted 24 parties with claimed membership of 15.2 million, which Soviets say are members of Anti-Trusteeship Committee.

(4) US acceptance of proposal would have driven majority of 71 rightist and moderate groups from further support of Joint Commission.

(5) Although Soviets deny their purpose is to eliminate rightists, US acceptance of Soviet proposals would make Commission entirely or almost entirely dependent on Communist-dominated Democratic People's Front for formation of provisional government.

Estados Unidos e a Política Nacional Coreana, a qual possuía mais de 80% das suas tropas de origem japonesa. Nesse sentido, afirma o documento, a saída das forças americanas da Coreia poderia resultar na ocupação da Coreia do Sul pelas forças soviéticas ou, provavelmente, pelas unidades militares coreanas treinadas sob os auspícios da Coreia do Norte.

O resultado final seria a formação de um Estado satélite comunista na península, além de gerar um desgaste moral para os Estados Unidos na Ásia, com repercussões no Japão, permitindo a infiltração de agentes comunistas na ilha, gerando o ganho de importância para a União Soviética, criando oportunidades para possível expansão dos interesses soviéticos.

Apresentando diversas divergências entre os dois governos, a clareza na falência das propostas para uma Coreia independente era clara. Não é possível inferir que haveria um acordo entre as duas potências, pois o medo apresentado pelo Comando Militar americano na Coreia era justamente a expansão da União Soviética por toda a península e a execução de uma influência ainda maior na região. Na grande maioria dos relatórios, Molotov apresentou argumentos em direção a uma suposta cooperação, mas que caso falhasse, haveria a divisão *de facto* das duas Coreias, assim como aventado pelo governo americano, como uma saída comum para impedir o controle total pela União Soviética.

Desta forma, o desgaste provocado pelas negociações que pouco ou nada avançavam, levaram aos países em questão a apoiar governos separados que culminariam em dois regimes e, conseqüentemente, dois Estados separados. A partir das fontes e traçando uma linha desde o ano de 1946, onde houve o estabelecimento da Assembleia Legislativa Interina, composta por 90 membros, sendo metade deles eleitos e a outra metade, indicados. O autor aponta que o fracasso do Plano de Moscou era visualizado por Dr. Rhee, o qual enxergava que a União Soviética não tinha interesse em cooperar com os Estados Unidos. Ele também não tinha interesse algum em cooperar com os comunistas, fossem coreanos ou estrangeiros (HAN, 1987).

Contudo o governo americano também nutria receios em relação aos soviéticos e isso pode ter contribuído para o fracasso do Comunicado de Moscou e a conseqüente formação de dois Estados na península. havia uma preocupação do governo americano durante os anos 1950 em decorrência da aquisição da bomba atômica pela União Soviética e pela Revolução Chinesa, ambos os eventos ocorreram na segunda metade dos anos 1940. Para a autora, a maior expressão em razão destes acontecimentos está fundamentada na produção do relatório NSC-68, sob a direção de Paul Nitze (WEATHERSBY, 1997).

Em 1947 o debate entre a União Soviética e os Estados foi para as Nações Unidas. A criação do Comitê Temporário para a Coreia (UNTCOK, em inglês) a qual tinha como

objetivo realizar eleições com a brevidade possível, possibilitando a saída das duas superpotências península, mas já havia se configurado dois governos distintos. Seth (2010) pontua que não haveria, em nenhuma circunstância, a aceitação de um governo comunista, ao sul, e um liberal, ao norte. Nesse sentido, o autor prossegue demonstrando que a União Soviética não reconhecia a autoridade da *UNTCOK* e as Nações Unidas buscaram realizar eleições nos locais onde havia abertura para tal, ou seja, a Coreia do Sul.

Dessa forma, apesar de ter ocorrido as eleições nos parâmetros da ONU apenas ao sul da península, é importante apontar que após a Segunda Guerra Mundial, das quatro ocupações militares dos Estados Unidos, a da coreia foi a mais curta e a que obteve menos sucesso (STUECK E YI, 2010). Como foi demonstrando através das fontes primárias, a península encontrava-se dividida e dois governos paralelos buscando garantir o poder hegemônico a partir dos governos locais. Os autores demonstram que Kim Il Sung encontrava-se em uma posição mais favorável, pois ele tinha garantido o controle do território e, além disso, não havia oposição, bem como a população era concentrada na região sul. Com a formação da Assembleia Nacional, Syngman Rhee foi eleito presidente da República da Coreia se tornando o primeiro presidente da Coreia do Sul, com apoio econômico e militar dos Estados Unidos, formalizando o Estado sul-coreano dentro do contexto da Guerra Fria no Extremo Oriente.

### 3.2 A percepção americana sobre a crise: o *National Security Council*, a diplomacia e a guerra

Os relatórios do Conselho Nacional de Segurança servirão para embasar a dissertação e consolidar o interesse americano nas relações de poder respondendo ao problema apresentado por esta dissertação, ou seja, discutir se a Coreia era um ponto relevante para a política externa americana dentro do contexto hegemônico, em sua disputa com outras potências regionais, desde o século dezenove até a segunda metade do século vinte. Nesse sentido, os relatórios proverão, assim como os outros documentos, os elementos necessários para a conclusão do tema aqui abordado.

Desta forma os relatórios abordados, notadamente o NSC 20/4<sup>51</sup> (Note by the Executive Secretary on U.S. Objectives With Respect to the USSR To Counter Soviet Threats to U.S. Security<sup>52</sup>) e o NSC 68<sup>53</sup> (United States Objectives and Programs for National

<sup>51</sup> Report by the National Security Council on U.S. Objectives With Respect to the USSR To Counter Soviet Threats to U.S. Security. Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v01p2/d60>>.

<sup>52</sup> Nota do Secretário Executivo sobre os objetivos dos EUA com respeito à URSS para combater ameaças soviéticas à segurança dos EUA.

<sup>53</sup> National Security Council Report, NSC 68, 'United States Objectives and Programs for National Security'. Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116191.pdf?v=2699956db534c1821edefa61b8c13ffe>>.

Security<sup>54</sup>), datados 1948 e 1950, respectivamente. O NSC 81/1<sup>55</sup> (United States Courses of Action with Respect to Korea<sup>56</sup>) também será analisado já dentro do contexto da Guerra da Coreia, iniciada em junho de 1950. Dessa forma, o trabalho conseguirá apresentar a importância da Coreia nos três relatórios, demonstrando como e se os Estados Unidos enxergavam interesses soviéticos na península e a melhor forma de contenção da expansão comunista.

Como abordado nos capítulos anteriores, o NSC foi criado em 1947, fundamentado pelo Ato de Segurança Nacional, formado por entes governamentais que buscavam agir de forma uníssona no combate ao possível domínio comunista no mundo. Em 1948, os Estados Unidos possuíam em sua doutrina a certeza de que os planos da União Soviética eram dominar o mundo através da militância do proletariado, onde a única solução era a política de contenção aos objetivos comunistas, representados pelo governo soviético, através das ações apontadas pelo NSC 20/4, em resumo

1. Técnicas de infiltração, propaganda e poder coercitivo;
2. Travar guerra política, econômica e psicológica contra todos os elementos resistentes aos propósitos comunistas, retardando a recuperação econômica;
3. Construção do potencial armamentista na órbita soviética em antecipação à guerra, o que no pensamento comunista é inevitável.

A leitura americana dos objetivos soviéticos era clara e objetiva, demonstrando que a União Soviética deveria então ser combatida também dentro dos itens supracitados. Apesar de mencionar as decisões que poderiam levar ao domínio soviético, o relatório apresentado foi pontual ao determinar que não era possível avaliar qual seria o sucesso das iniciativas soviéticas, pois isso dependeria de variáveis que não se encontravam dentro da zona influência das superpotências no pós-guerra.

Ademais, o relatório defendeu que as medidas adotadas entre 1946 e 1948 foram fundamentais para que a Europa e a Ásia não fossem dominadas pelo comunismo, uma clara alusão às políticas de contenção aqui citadas e o estabelecimento da Doutrina Truman. O documento apresenta preocupação com a expansão do comunismo, mas não especificamente com a Coreia, pois como zona periférica, o Japão e a China representariam os pontos focais para a política externa americana.

---

<sup>54</sup> Objetivos e programas de segurança nacional dos Estados Unidos.

<sup>55</sup> National Security Council Report, NSC 81/1, "United States Courses of Action with Respect to Korea". Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116194.pdf>>

<sup>56</sup> Cursos de ação dos Estados Unidos com respeito à Coreia

O relatório apontou que a União Soviética não tinha capacidade de sustentar um ataque direto ao Ocidente, mas em territórios limítrofes, como o Japão, Coreia, e a Alemanha Ocidental. A menção direta ao Extremo Oriente, ocorre no parágrafo sete, sobre a ameaça militar, onde

As estimativas atuais de inteligência atribuem às forças armadas soviéticas a capacidade de ultrapassar em cerca de seis meses toda a Europa Continental e o Oriente Próximo até o Cairo, enquanto simultaneamente ocupam importantes pontos continentais no Extremo Oriente. Enquanto isso, a Grã-Bretanha poderia ser submetida a severos bombardeios aéreos e de mísseis.

Desta forma o Extremo Oriente, de forma geral, e a Coreia, especificamente, não fazem parte da estratégia de defesa americana. É notável a preocupação excessiva com o avanço do comunismo sobre o ocidente à época, mas não sobre a Coreia. A análise que isto decorre da divisão formalizada através do estabelecimento das duas Coreias, onde haveria o assentamento das aspirações soviéticas até a parcial recuperação econômica e militar das forças comunistas. No presente relatório fica claro a pouca preocupação do NSC com a região, ainda que a China estivesse caminhando para uma vitória das forças de Mao Zedong, mas cuja abordagem do governo americano não era voltada ao confronto, como foi apresentado no primeiro capítulo.

A maior preocupação era com a eliminação da influência soviética fora das fronteiras. Entre as estratégias apontadas, o relatório propõe eliminar a dominação russa fora das fronteiras dos chamados “Estados russos”. Ou seja, a Península Coreana não se enquadrava nesse parâmetro pois o entendimento deste termo delimita os Estados àqueles pertencentes à União Soviética. Este fato decorre das iniciativas apresentadas a partir da preocupação com a imediata expansão soviética para a Eurásia, cuja força maior ocorreu entre 1945 e 1955.

Desta forma, não havia interesse claro na Coreia, constituindo uma região periférica, à época, como apresentado pela historiografia e documentos analisados. No entanto, o mesmo fato não constituiu o NSC-68.

Ambos os relatórios têm uma composição clara dos objetivos soviéticos e americanos para o mundo. Não se trata de relatórios que abordam partes exclusivas do globo, é a materialização da disputa hegemônica entre o comunismo soviético e o liberalismo americano, onde a geopolítica era representada pelo jogo de soma-zero, onde os ganhos de um representavam, automaticamente, perda para o outro. Nesse caso, o processo de luta hegemônica se apresentava de forma mais clara na Europa Central e Ocidental.

O NSC-68 é um relatório mais completo no que se refere ao paradigma hegemônico e aos meios que os Estados Unidos poderiam utilizar para impedir a vitória soviética. Produzido

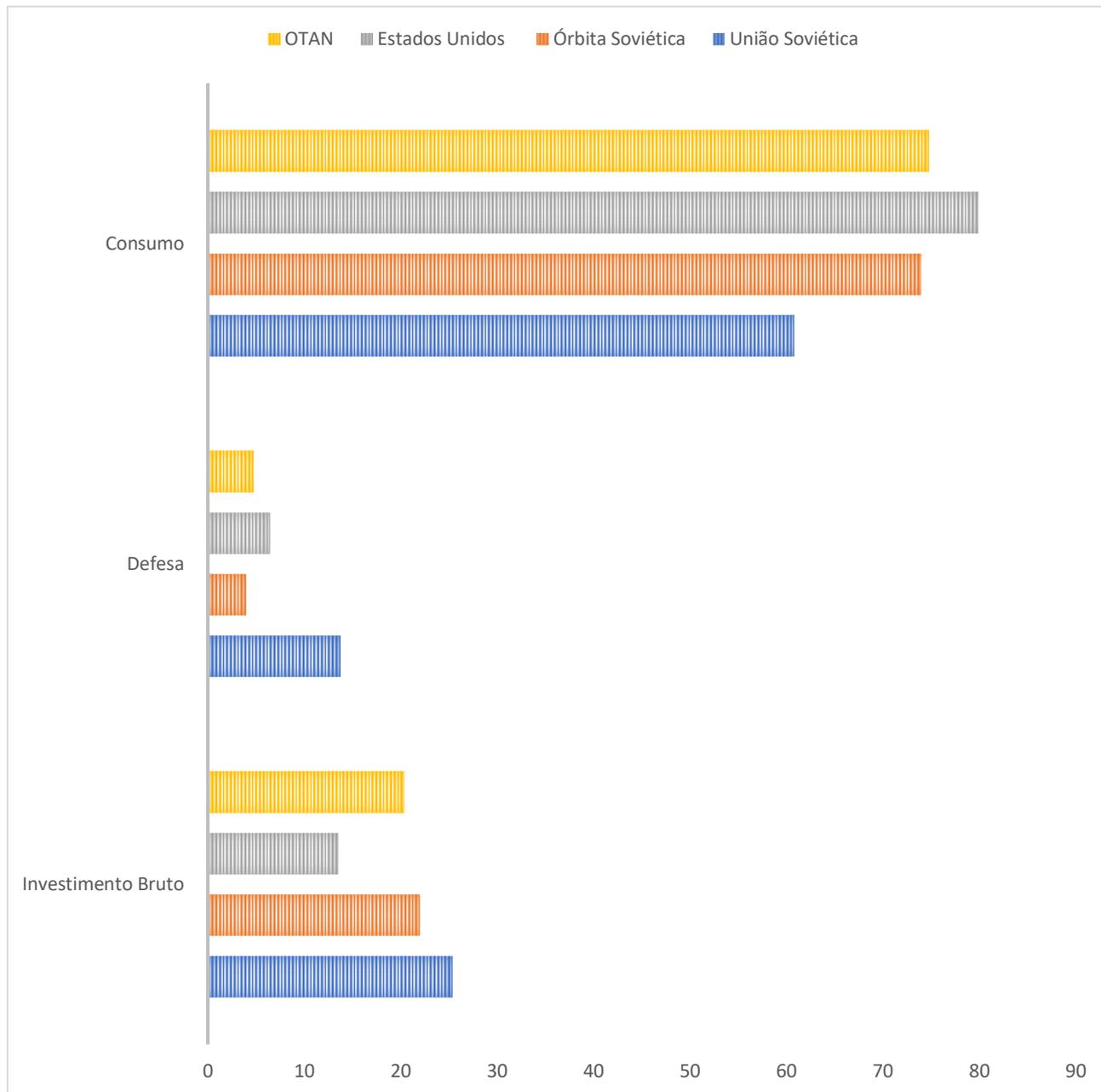
em 1950, o relatório é mais completo e apresenta as chamadas “capacidades reais e virtuais” soviéticas, onde há uma seção específica para abordar os armamentos atômicos, tendo este tema sido objetivo de um único artigo no NSC 20/4. Dessa forma, as forças militares soviéticas eram vistas como muito além da capacidade necessária para defender todo o território nacional, cujo modelo estava sendo, na perspectiva americana, desenvolvimento para a dominação global.

Taliaferro (2004) demonstra que a teoria da balança de risco, através do NSC-68, reafirmou a necessidade de manter o status quo territorial durante a chamada janela de vulnerabilidade. Contudo não podemos incluir a Coreia dentro desta política, onde já ficou assegurado o perímetro defensivo. O autor pontua que as áreas cobertas por esse perímetro eram locais os quais poderiam ser defendidos pelo ar ou pelo mar, bem como o acesso aos materiais oriundos da Índia e do Sudeste Asiático, em virtude de um provável fechamento do Canal de Suez.

Apesar do poderio militar apresentado, o NSC não considerava que a União Soviética pudesse iniciar um conflito com os Estados Unidos, ainda que o envolvimento fosse indireto. Essa prospecção militar em conjunto com o poderio atômico soviético era analisado como uma possibilidade de atingir os objetivos em tempos de paz, impedindo qualquer reação às “vítimas” do avanço soviético. Nesse sentido, para a perspectiva militar, a partir de 1950 a União Soviética visaria conquistar a Europa Ocidental (salvo a Península Ibérica e a Escandinávia), além do Oriente Médio e do Extremo Oriente. Este trecho é o único que menciona o Extremo Oriente como uma das políticas do estágio inicial do processo de conquista comunista, onde os passos subsequentes teriam foco nos territórios britânicos, nas penínsulas ibérica e escandinava e no Oriente Médio. O relatório admite, entretanto, não ter conhecimento de fato do poderio militar soviético.

A primeira menção clara ao território coreano ocorre na seção destinada aos aspectos econômicos, sendo um dos mais relevantes durante a Guerra Fria. O tópico apresenta um panorama das duas economias, focando majoritariamente no âmbito militar, onde os dados apresentados, inclusive da órbita soviética e da Organização do Tratado do Atlântico Norte são dispostos da seguinte forma

**Tabela 1 – PORCENTAGEM DE RECURSOS DISPONÍVEIS BRUTOS, ALOCADO PARA INVESTIMENTOS, DEFESA NACIONAL E CONSUMO NO LESTE E OESTE (1949)**



A tabela acima foi apresentada no relatório e serve para demonstrar que os países do chamado “mundo livre” possuíam uma aplicação dos gastos voltados à qualidade de vida, ao passo que a União Soviética direcionava seus gastos para o âmbito militar, suscitando a suspeita de que os últimos planejavam um conflito próximo.

Ao analisar a Coreia como um cenário secundário, os Estados Unidos cometeram um equívoco ao imaginar que o conflito se daria na Eurásia. Ainda que a inclusão da Coreia dentro das políticas econômicas do governo americano estivesse presente no relatório, não é certo imaginar que havia um interesse prioritário pela região. O relatório define, em seu tópico voltado ao tema, que a política econômica americana foi planejada para construir um sistema no “mundo livre” onde haveria, para o caso europeu, o Plano Marshall e, na Ásia, “assistência ao Japão, Filipinas e Coreia, empréstimos e créditos pelo Banco de Exportação e Importação, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Indonésia, Iugoslávia, Irã etc”, formalizando o caráter secundário da região.

A partir dos extratos selecionados sobre o tema abordado pela pesquisa, fica claro que durante o período anterior ao conflito na península, a Coreia, como um ponto específico, não se encontrava como área estratégica do ponto de vista militar e político. Pode-se inferir que havia amplo interesse econômico em todas as regiões satélites dos Estados Unidos, mas cujo poderio militar estava concentrado na Europa.

É importante notar que durante os anos estudados no presente trabalho, não houve, em momento algum, a apresentação factual do interesse americano pela Coreia sem os fatores externos, como foi demonstrado durante o XIX, onde os Estados Unidos iniciaram as relações com o governo coreano em razão do imperialismo exercido à época, em conjunto com o enfraquecimento Chinês e a debilidade da Coreia. No segundo momento, onde a Coreia sucumbe ao governo japonês, não há interferência do governo em razão dos laços econômicos existentes entre os Estados Unidos e o Japão, não havendo, até o governo Woodrow Wilson, a possibilidade de um suposto apoio americano para a causa coreana.

Percebe-se, apenas a partir das conferências internacionais a partir dos anos 1940, um interesse expresso dos Estados Unidos pela região, mas ainda em decorrência de fatores externos: o comunismo e a luta pelo domínio hegemônico no mundo. O governo de Syngman Rhee, o primeiro após o estabelecimento da Coreia do Sul, desfrutou do apoio maciço do exército americano após a quase conquista de toda a península pelas tropas norte-coreanas, lideradas por Kim Il Sung, com o apoio chinês e soviético – este último, em menor proporção. No entanto, algumas comunicações entre o comando americano na Coreia e o governo dos Estados Unidos demonstram que isso ocorreu de forma gradual.

Analisando as comunicações existentes entre o governo coreano e o governo americano, é notável a insistência dos representantes americanos para o controle da inflação na Coreia, além da venda de bancos sob o comando estatal. A inflação na Coreia do Sul, apesar da oposição aos programas americanos, havia crescido 86%, em 1947, alcançando apenas 4% de crescimento em 1949 (LEE, 2014). É importante notar, ainda, que a inflação subiu 9,4% durante 1950 e 1951, sendo este fato associado ao conflito (LEVY, 1971). Nesse sentido, era real a preocupação com a estabilização inflacionária na Coreia do Sul.

As requisições e observações realizadas pelo presidente Rhee (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 01, 1950), eram voltadas ao problema da ameaça comunista, buscando apoio militar para região. Segundo Stuck et Yi (2010) a ocupação na região deveria ser a mais curta e com o menor sucesso esperado, onde o governo americano não se encontrava comprometido com o curso que seria tomado pela Coreia. É importante notar que o relatório desenha um cenário no qual o governo norte-coreano encontrava-se na posse de melhores equipamentos que a Coreia do Sul, refletindo no número de soldados ativos ao norte e na qualidade da artilharia do governo comunista. Este fato encontra paralelo durante o conflito, pois as forças norte-coreanas, em um primeiro momento, conseguiram atingir o extremo sul da península, demonstrando a superioridade militar da Coreia do Norte face ao regime sul-coreano.

John Muccio, Embaixador dos Estados Unidos na Coreia do Sul, o qual possuía uma ótima relação com o então presidente Rhee, segundo o documento, apresentou um relatório sobre o controle da inflação na Coreia, sendo este o tema principal abordado pela missão americana na Coreia, para apresentar o plano de controle da inflação (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 02, 1950). Ainda que a ameaça de um conflito entre as Coreias fosse objeto de preocupação, a ligação com a economia era latente. Lee (2001), aponta, além de outros problemas relativos ao conflito, que durante os três primeiros meses de conflito, o dinheiro total em circulação aumentou 72% pontuando que o *Wholesale Price Index*, entre 1950 e 1953, aumentou 18 vezes e os preços do arroz, 22 vezes.

Ainda que o governo em Washington não demonstrasse interesse na região, o General William Roberts solicitou o aumento do suporte logístico para as forças armadas na região. Este fato ocorreu a partir da necessidade de aumento do poderio militar coreano sem a necessidade de envio de novas tropas americanas para a Coreia do Sul, tendo em vista que o norte havia adquirido armamentos russos, tornando-se assim um Estado mais poderoso (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 05, 1950). Durante a visita do Embaixador Jessup, houve a aquiescência de que a Coreia do Sul poderia enfrentar a Coreia do Norte e se

manter firme durante o começo do conflito, ainda que o apoio logístico fosse fundamental (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 07, 1950).

É importante lembrar que havia o descontentamento com o comportamento americano desde o início do século XX. Com a formação do Estado sul-coreano, o descontentamento persistiu por parte de algumas lideranças políticas. O líder da Assembleia Nacional, Shin<sup>57</sup>, pontuou que

os Estados Unidos deveriam ofertar, às nações democráticas que estão lutando contra o comunismo, uma ajuda equivalente ao que a União Soviética oferecia aos seus satélites, pois a ajuda americana era fosse sincera, estava dispersa e era fraca, se comparada com a ajuda determinada da Rússia soviética

A conclusão do relatório indicou o sinal de descontentamento de muitos setores políticos na Coreia, pois os pedidos para serem tratados com maior atenção eram constantes. As requisições não se limitavam apenas ao processo na península, mas também no Extremo Oriente, consolidando a perspectiva de que a região era prioritária para a política externa americana. É importante notar que o governo americano não apoiou a formação de uma força aérea coreana independente, pontuando que “a ausência de consultores competentes para auxiliar no treinamento de transição, as novas aeronaves e equipamentos sejam perdidos para o governo sul-coreano por uso indevido” (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 08, 1950). No entanto, o envio das aeronaves ocorreu em um contexto de ameaça por parte do governo norte-coreano.

Os documentos diplomáticos referentes ao tema apresentam que o governo americano, baseado no NSC 8/2.5 não enxergavam a necessidade de aumentar o contingente militar na Coreia, refletindo o propósito no qual os investimentos visavam, maciçamente, prover o suporte adequado para as forças já existem visando manter a segurança e interna e na fronteira. (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 23, 1950).

O governo americano possuía uma linha de defesa para o Extremo Oriente. Este perímetro defensivo gerou um grande incômodo para o Departamento de Estado onde, após uma entrevista com o Senador Tom Connally<sup>58</sup>, este afirmou que a Coreia não fazia parte da estratégia de defesa nacional. Para o senador

É claro que qualquer posição como essa é de alguma importância estratégica. Mas não acho isso muito importante. Foi testemunhado diante de nós que o Japão, Okinawa e as Filipinas fazem a cadeia de defesa que é absolutamente necessária. E, é claro, qualquer território adicional nessa área seria muito mais, mas não é absolutamente essencial (Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 31.)

<sup>57</sup> Presidente da Assembleia Nacional durante o primeiro mandato do Presidente Syngman Rhee.

<sup>58</sup> Político americano, que representou o Texas no Senado dos EUA e na Câmara dos Representantes, como membro do Partido Democrata.

A fala do senador foi replicada e contestada pelo Departamento de Estado. No entanto, Dean Acheson, Secretário de Estado, afirmou, no mesmo ano, durante um discurso<sup>59</sup> no Clube de Imprensa Nacional, que o perímetro defensivo correspondia dos Ryukyus às Filipinas<sup>60</sup>, não tecendo nenhuma referência à Coreia e a sua importância para a política de segurança americana. Rose (2001) corrobora a não inclusão da Coreia dentro do perímetro de defesa estabelecido por Acheson, abordando o amadorismo do governo americano em não prever que a União Soviética poderia ordenar a invasão por um “Estado cliente”. Para o governo americano à época, a União Soviética não estava preparada para um conflito em larga escala.

Para o Departamento de Estado, esta declaração apenas minava a confiança do governo coreano nos Estados Unidos e diminuía o ímpeto coreano para resistir ao comunismo (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 31, 1950). Para o presidente Syngman Rhee, a fala do senador representou o convite para os comunistas invadirem e tomarem o país, classificando a fala de “irracional” e, de certa forma, a fala acabou desqualificando o país (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 35, 1950).

O presidente coreano se encontrou particularmente preocupado com a entrevista do senador Connally, somada a exclusão da Coreia do Sul para a Conferência de Baguio<sup>61</sup>, realizada em maio de 1950 (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 42, 1950). A resposta do Secretário Assistente para o Extremo Oriente, Dean Rusk, para o problema das omissões nas declarações sobre o Extremo Oriente, com a afirmação de que a Coreia não era o objeto das discussões nas conferências e reuniões (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 54, 1950). Como visto nos capítulos anteriores, a Coreia não foi objeto claro de discussão em nenhuma conferência internacional e este comportamento se manteve até o presente momento, numa clara demonstração da pouca importância da península no diálogo de segurança voltado ao perímetro.

---

<sup>59</sup> Excerpts from Acheson’s Speech to the National Press Club. Disponível em <<https://web.viu.ca/davies/H102/Acheson.speech1950.htm>>

<sup>60</sup> The defensive perimeter runs from Ryukyus to the Philippine Islands. Our relations, our defensive relations with the Philippines are contained in agreements between us. Those agreements are being loyally carried out and will be loyally carried out. Both peoples have learned by bitter experience the vital connections between our mutual defense requirements. So far as the military security of other areas in the Pacific is concerned, it must be clear that no person can guarantee these areas against military attack. But it must also be clear that such a guarantee is hardly sensible or necessary within the realm of practical relationship.

<sup>61</sup> A Conferência de Baguio foi realizada visando propor uma aliança anti-comunista e um uma federação de países do Sudeste Asiático. Segundo edição do *The New York Times*, em 1950, uma política de comprometimento destes países deveria ser sinalizada nesta conferência, ainda que a firmeza deste comprometimento não poderia ser medido pela conferência. Além disso, a região encontrava-se em constante ameaça. Disponível em <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1950/05/26/94262772.html?pageNumber=19>>

Na esteira dos eventos, a Agência Central de Inteligência produziu um extenso relatório sobre o regime norte-coreano e os diferentes cenários que poderiam ocorrer na península. O documento foi produzido no dia 19 de junho de 1950 e o conflito eclodiu no dia 25 do mesmo mês. O relatório aborda a influência soviética, a forma de governo e o partido político, métodos de controle, além das questões militares e econômicas (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 57, 1950). Sobre a União Soviética, afirmou que o principal objetivo da União Soviética e da Coreia do Norte era a eliminação da Coreia do Sul e a unificação da península sob o regime comunista, ainda que os esforços comunistas voltados à destruição da Coreia do Sul não tenham produzido resultados decisivos, era claro que a República da Coreia realizava sacrifícios econômicos e políticos para conter a ameaça comunista.

Até o presente momento, é notório o desinteresse dos Estados Unidos pela região. Claramente havia um interesse na estabilidade econômica, mas ao saber que a Coreia não entrava no perímetro de defesa americano, torna-se clara o papel secundário da península. É importante notar que com os ataques norte-coreanos, em 1950, as forças militares americanas foram mobilizadas das Filipinas, da mesma forma em 1945, quando houve a ocupação pós-guerra. Nesse sentido, ainda que haja uma tentativa clara do governo americano em demonstrar que a região era importante, os fatos apontam para uma direção contrária, onde não havia interesses militares primários. Para o governo americano, a criação de Estados modelos na região, iniciando pelas Filipinas, sua ex-colônia, era o passo mais provável.

Ainda que os diálogos diplomáticos representem uma parte importante para a compreensão da percepção americana sobre a Coreia e a disputa hegemônica na península, o Departamento de Estado produziu um relatório sobre o conflito e os possíveis desdobramentos na região e na Europa. O referido relatório reiterou o desejo soviético em ampliar sua influência pelo mundo, mas apontou em outra direção ao analisar a perspectiva soviética sobre a península: 1) a Coreia era considerada, pelo Kremlin, mais importante do que o que havia sido analisado pelo governo americano ou 2) uma guerra direta com os Estados Unidos encontrava-se mais perto do que o estimado (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 82, 1950), onde a primeira opção se fez presente. Uma tese que pode ser levantada para o interesse soviético na Coreia são as relações enfraquecidas com entre a Rússia, posterior União Soviética, e o governo japonês. As relações entre os dois países haviam sido tensas durante toda a década de 30, além da disputa durante a ocupação soviética da Mongólia e a ocupação japonesa da Manchúria (GADDIS, 1997).

Além disso, o domínio da Coreia poderia minar as relações com o Japão, onde as consequências seriam mais importantes. Este trecho demonstra, novamente, que a Coreia era um ator secundário e pode até ser classificado como um estado-tampão<sup>62</sup>. A vitória soviética demonstraria, também, a incapacidade americana de defender seus territórios aliados, levantando ainda um “convite” para que a União Soviética invadisse o Japão em decorrência da aliança.

As consequências para a China Nacionalista, baseada em Taiwan (Formosa), segundo o documento, apontam no aumento da moral dentro do governo de Jiang Jeishi. No caso da China Comunista, os problemas são mais complexos. O governo dos Estados Unidos acreditava que uma derrota na Coreia levaria ao prestígio da Internacional Comunista, aumentando a possibilidade de uma invasão da China Nacionalista. No entanto, o governo americano não possuía certeza que os comunistas chineses foram consultados antes da invasão e, caso tenham sido, teriam apoiado o movimento pois eles tinham o interesse em invadir Taiwan (Formosa) em um curto espaço de tempo ou que esta invasão já tenha sido adiada.

Caso o governo americano conseguisse derrotar a Coreia do Norte, as atividades contra o regime chinês seriam fortalecidas, além de enfraquecer os laços com a União Soviética em decorrência da sua fraqueza militar.

A maior preocupação na Europa era com a Alemanha, onde o medo de uma conquista da Alemanha Oriental poderia ocorrer caso o “pequeno satélite” conseguisse uma vitória sobre a Coreia do Sul. O Sudeste Asiático era uma região onde os acontecimentos coreanos não eram bem-vistos e, a reação geral, seria do avanço do comunismo caso a Coreia do Norte saísse vitoriosa.

Com este relatório, o governo americano buscou se engajar na luta hegemônica na Coreia de uma maneira mais ampla, onde os principais ganhos não se concentram na Coreia, de fato, mas nos reflexos da atitude americana na região. Ao analisar este documento, o Japão é colocado como o país central na disputa hegemônica no Extremo Oriente, tendo em vista que há, apenas, dois países aliados aos Estados Unidos naquela disputa geopolítica.

Não é de se espantar que a Coreia se apresente como uma ponte estratégica para o Japão. A partir dos fatos históricos aqui narrados, fica claro que o Japão e a China se apresentaram como as zonas de interesse do governo americano, as quais foram dadas maior atenção até o presente momento. Com a invasão da Coreia do Sul, havia um temor de que a

---

<sup>62</sup> Estado-tampão é um território situado entre dois países hostis visando dirimir a possibilidade de conflito direto.

expansão comunista pudesse ter sucesso, mas cujas implicações, mais relevantes, encontravam-se fora da península, nas consideradas zonas estratégicas.

A busca pelo estabelecimento de uma *Pax Americana* na região não pode ser colocada da mesma forma que a ocorrência desta política na Europa. Ao caminhar nesta direção, Cohrs (2018) defende que o sistema estabelecido no Extremo Oriente era desigual, onde havia modelo mais voltado ao sistema hierárquico do que cooperativo, no qual os Estados Unidos agiam como o poder dominante. Para o autor, o objetivo era colocar o Japão como o principal aliado e criar uma aliança para conter a expansão sino-soviética no Extremo Oriente, se tornando o protetor do Japão durante o período de reconstrução.

Durante a primeira reunião entre o Presidente e outras autoridades sobre a Coreia, Dean Acheson iniciou o diálogo resumindo os problemas que ele acreditava que o presidente deveria avaliar, os quais englobavam evacuação de mulheres e crianças, envio de munições para o General MacArthur, o envio da Sétima Frota para Formosa, além da não formação de uma aliança com Jiang Jieshi. A maior preocupação apresentada pelo Presidente Truman era a ameaça soviética e a utilização das ilhas circundantes à Coreia e ao Japão como zonas militares. Um dos participantes na reunião era o General Vandenberg, Chefe de Gabinete da Força Aérea Americana, o qual sugeriu a utilização da bomba atômica para destruição das bases aéreas soviéticas no Extremo Oriente (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 86, 1950).

Nota-se, aqui, que não há uma preocupação, de fato, com a Coreia ou, até mesmo, a sobrevivência do regime coreano. O Japão, área estratégica, e a União Soviética, principal rival, eram os pontos focais da discussão. A Coreia foi citada apenas como um meio para atingir os objetivos principais dos Estados Unidos para as zonas prioritárias. A avaliação do governo americano sobre a situação na península foi, assim como citado anteriormente, amadora no que se refere ao planejamento hegemônico na região. Há que se notar, ainda, que o processo de expansão para o Oriente, abordado nos capítulos anteriores, demonstrou que os Estados Unidos apresentavam interesse claro no processo de modernização levado a cabo pela reforma Meiji. Como supracitado, durante a ocupação da Coreia, não houve nenhuma manifestação contrária no que se refere ao governo dos Estados Unidos, inclusive quando os movimentos nacionais se basearam nos quatorze pontos de Woodrow Wilson.

Ainda que o objetivo não seja analisar o papel das Nações Unidas (ONU), é importante notar que os Estados Unidos, durante o período estudado, buscaram trabalhar em conjunto com a ONU. A União Soviética buscou impedir o andamento dos trabalhos no Conselho de Segurança, defendendo, claro, seus interesses dentro da guerra, mas durante as

reuniões de trabalho, a ONU era um tema presente, especialmente na formulação da nova ordem geopolítica e, ao que se apresenta, como os Estados Unidos poderiam trabalhar para alcançar seus objetivos a partir de momentos específicos com o auxílio da ONU.

Acheson apresentou os seus outros objetivos, os quais incluíam o envio da Sétima Frota para conter o suposto avanço chinês na ilha de Formosa; aumentar e fortalecer as bases nas Filipinas e que uma força militar deveria ser enviada para Indochina. Ainda que a mobilização de forças terrestres americanas se mostrasse cada vez mais necessária para conter o avanço comunista, o presidente disse que não gostaria de ir à guerra (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 105, 1950). John Foster Dulles, atuando como Consultor para o Secretário de Estado, afirma que

O que aconteceu lá não pode ser responsabilizado por abusos ou falhas internas. Pelo contrário, se houver alguma explicação local sobre o ataque, os comunistas soviéticos estavam preocupados com o sucesso do experimento sul-coreano no governo livre e achavam que tinham que matá-lo como um estresse moral perigoso para a comunidade, de outra forma, continente dominado pelos comunistas do norte da Ásia.

Para Dulles, o conflito iniciado pela política soviéticas, em suas palavras, tem como causa principal o Japão, pois assim o conflito postergaria qualquer iniciativa de reconstruir o Japão a partir de uma estrutura americana, fazendo deste país um ponto de fraqueza americana no Extremo Oriente (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 157, 1950).

Estes relatos nos servem para demonstrar não apenas a objetividade americana em promover o Japão como uma demonstração da capacidade que o governo dos Estados Unidos tinha em manter um Estado protegido e, claro, economicamente bem-sucedido, como a plena demonstração de que a Coreia embarcou dentro da esteira do desenvolvimento econômico e político circunstancialmente. Taiwan, por outro lado, também conseguiu se aproveitar do sucesso econômico, ainda que politicamente, estivesse muitíssimo enfraquecida perante o governo americano.

Pode-se inferir, ainda, pela fala do Assistente Especial do Subsecretário de Estado Adjunto, Matthews, que outras regiões eram realmente mais relevantes para os Estados Unidos ainda na inexistência de um conflito armado na Europa, por exemplo. A maior ameaça, começava-se a amadurecer tal ideia, viria dos comunistas chineses (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 253, 1950). As evidências da participação soviética na guerra ficaram mais claras e demandavam, do governo americano, uma atitude mais objetiva neste jogo de soma zero.

Gaddis (2005) sustenta que o desinteresse americano na região foi explicado por Acheson quando este assumiu que o encaminhamento da guerra deveria ser levado até o paralelo e, a partir deste momento, a discussão de um cessar-fogo seria levado em consideração. O autor considera que o conflito coreano foi visto como uma oportunidade para o governo americano em aumentar e melhorar o equipamento militar na Ásia e na Europa Ocidental. MacArthur, para Gaddis, enxergava a Ásia como o ponto central no desenvolvimento do avanço comunista e não a Europa.

Dulles, ao apresentar sua contribuição sobre o tema, afirmou em seu memorando fatos já narrados, como a divisão da península e seu objetivo inicial, mas para o autor, ele inclui que caso a divisão se perpetue como uma linha política, ela servia para asilo para o Estado agressor, gerando fricções futuras e, em última instância, uma nova guerra. Colocou-se, ainda, que a única forma de finalizar com as ameaças presentes era destruir o exército norte-coreano na fronteira além do paralelo se necessário, ainda que naquele momento fosse mais sábio parar as ações no paralelo, finalizando que a ONU deveria estar envolvida em um eventual processo de reunificação (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 287, 1950).

O Departamento de Defesa enxergou na guerra a oportunidade reunificar a Coreia sob a égide dos Estados Unidos e, pela primeira vez, tomar parte do território soviético. O relatório pontuou que a Coreia sempre esteve no meio de disputas entre potências e que a ocupação e exploração impediram o crescimento da Coreia como uma nação. Há, ainda, a reafirmação de que a linha divisória foi proposta pelo governo americano apenas como uma forma de facilitar a ocupação no pós-guerra, mas nunca como meio para dividir um povo homogêneo.

É importante retornar ao NSC-68, a partir de sua definição por Gaddis (2005), era o de sistematizar e fazer a política de contenção. Ainda que o relatório mais analisado pelos autores sobre o tema seja o NSC-68, a mesma lógica se aplica aos outros relatórios aqui analisados, mas focados no âmbito regional. Segundo o autor coloca, e isso se aplica totalmente ao momento aqui narrado, a União Soviética buscava consolidar seu poder primeiramente na União Soviética e, posteriormente, nas áreas sob seu controle.

O caso da Coreia do Norte é exemplar onde o processo de ocupação pela União Soviética ocorreu visando o processo de dominação política da região. Ao sul, a política americana ocorreu paralelamente de forma correlata, com a utilização de membros militares japoneses e com amplo conhecimento da perseguição aos opositores por parte do governo de Syngman Rhee.

No caso de uma ocupação total da península pelo governo americano, estima-se que seria necessário estabelecer uma zona desmilitarizada para evitar o contato direto com a zona soviética, mas isso implicaria em uma situação maior de perigo. Além disso, a União Soviética e a China poderiam atuar fortemente para evitar a perda do controle norte-coreano. O Diretor do Escritório para Assuntos do Nordeste Asiático afirmou que a Coreia não era de grande importância para os Estados Unidos e que caso ocorresse um conflito mundial, seria uma desvantagem ter parte do exército atuando na Coreia onde os interesses expressos encontravam-se no Japão (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 422, 1950).

Com todos estes fatos, o então presidente sul-coreano, Syngman Rhee, era apresentado como a liderança mais frustrada com as políticas americanas para a região, sofrendo derrotas constantes no Departamento de Estado e no congresso americano, como defende Goldstein (2018), citando o termo cunhado por Truman quando ocorreu a invasão pela Coreia do Norte, onde comparou a situação no sul da península com a Grécia, em 1947, considerando que a perda Coreia levaria a perda de toda a Ásia. Para Truman, os Estados Unidos tinham um dever moral de defender os seus aliados, ainda que a estratégia geopolítica destes países fosse irrelevante.

George Kennan, ao considerar a importância da Coreia, informou que não era necessário ter um regime anti-comunista em toda a península, sendo até tolerável uma Coreia independente, mas inclinada aos interesses soviéticos. No caso japonês, deveria ser levado em conta que a força das armas não poderia ser o único instrumento de “esclarecimento” do governo japonês, mas o estabelecimento de laços diplomáticos saudáveis com o governo (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 458, 1950).

Contudo, não podemos afirmar que Kennan possuía razão naquele momento. Uma Coreia unificada sob um regime comunista representaria uma ameaça para a reconstrução do Japão e, ainda mais relevante, seria a mensagem passada pelos Estados Unidos caso tivesse se recusado a defender o seu aliado (GOLDSTEIN, 2018).

Nesse sentido, as ações americanas buscavam, cada vez mais, promover o bem-estar do Estado japonês sacrificando, se necessário, a Coreia. É latente que com a permissão para invadir a Coreia do Norte, a maior preocupação era não causar nenhum alarde em relação às fronteiras soviéticas, nesse sentido, justifica-se a tentativa de manter o conflito localizado na península e os ataques no limite do paralelo (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 473, 1950).

O principal ponto era compreender se a União Soviética e a República Popular da China permaneceriam no conflito ainda que a derrota ocorresse ou se havia resistência das

duas potências, tendo em vista as ações militares levadas a cabo pelo exército americano e pelas Nações Unidas. As duas opções elencadas pelo Departamento de Planejamento Político eram pautadas na falta de comprometimento com a Coreia ou a defesa árdua do regime de Kim Il Sung pela União Soviética, sendo que a primeira opção havia sido tomada pelas lideranças em Moscou, tendo como razão política o prolongamento dos conflitos enquanto for possível (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 530, 1950).

A preocupação constante com a União Soviética e os objetivos políticos e militares da superpotência foram também defendidos por Jervis (1980) onde demonstra que o governo americano concordava que os movimentos políticos da Rússia em busca da dominação global ocorreriam à sombra do poderio militar soviético. O autor argumenta na direção apresentada por outros autores e adotada nesta dissertação, onde os esforços realizados pelo governo americano não encontravam sustentação na ameaça imediata na península. Ele aponta que a percepção de Kennan<sup>63</sup> sobre o tema encontrava respaldo na maioria dos envolvidos no problema, ainda que em outras questões, Kennan fosse minoria.

O NSC 81/1 é fruto das consultas políticas do governo no que se refere à situação na península. Apesar de ser um relatório mais conciso e, por sinal, objetivo, há o problema da neutralização da Coreia do Norte, a qual necessitaria de apoio da ONU. Este trecho é interpretado como a busca pela legitimação das ações militares americanas além do paralelo 38°, bem como a utilização da organização para atender aos objetivos geopolíticos do governo americano na região, notadamente a situação no Japão e em Taiwan.

O relatório informa que é do interesse americano, caso a ONU consiga atingir os objetivos dispostos nas resoluções do ano de 1947, ou seja, a independência com a península unificada, os Estados Unidos deveriam apoiar esta meta, mas sem aumentar a possibilidade de conflito com a União Soviética ou a China. Além disso, não seria interessante se engajar na guerra sem apoio da maioria dos Estados presentes ONU.

Sobre o posicionamento americano no que se refere ao conflito, uma formulação posterior ao conflito, datada do ano de 1953, apresentada por Walt (1990), enunciado pelo Conselho de Segurança Nacional demonstra que os Estados Unidos deveriam mostrar aos seus aliados a capacidade militar na defesa dos interesses para evitar que estes se tornassem neutros no contexto da Guerra Fria, gerando o que ele classifica como “pactomania”.

O relatório aponta na direção da criação, com a unificação da península ou não, de uma zona tampão entre a União Soviética e os Estados Unidos (através da Coreia do Sul ou de

---

<sup>63</sup> Kennan defendia que o foco deveria ocorrer apenas em três regiões onde havia um interesse intrínseco na área industrial.

regime unificado apoiado por Washington) onde deveria ser amplamente evitado o conflito com a União Soviética ou a China. A única chance de ter uma Coreia unificada sem a possibilidade de conflito seria com a União Soviética possuindo uma política de não envolvimento nos negócios coreanos, o que era considerado improvável.

Por fim, há a questão da “neutralização permanente” da Coreia do Norte que não poderia ser levada a cabo sem a aprovação das Nações Unidas. Este trecho é notável por apresentar a necessidade de diálogo com outros Estados, mas principalmente os soviéticos, minimizando qualquer possibilidade de retaliação caso a Coreia do Norte fosse subtraída pelas forças da ONU e dos Estados Unidos. Este tema foi objeto de discussão pelo Departamento de Estado onde a definição do conceito se apresenta da seguinte forma

Um “estado neutralizado” é definido por Oppenheim como “um estado cuja independência e integridade são garantidas para todo o futuro por uma convenção internacional das potências, sob a condição de que esse Estado se vincule a nunca usar armas contra qualquer outro Estado, exceto a defesa contra o ataque, e nunca assumir obrigações internacionais que o envolveriam indiretamente na guerra”. É claro que os termos “independência e integridade” implicam inviolabilidade do território, e Oppenheim sustenta que resulta da neutralização que o Estado neutralizado não pode ceder uma parte do seu território nem adquirir novo território sem o consentimento dos Poderes. A criação de um “estado neutralizado” deve ser diferenciada da neutralização de partes de estados, rios, canais etc. (como os Dardanelos); da proteção em tempo de guerra organizada em convenções especiais para certos estabelecimentos (como a Cruz Vermelha Internacional); de declarações unilaterais de que um Estado sempre permanecerá neutro (Islândia e Santa Sé); e de compromissos feitos por tratado bilateral para um Estado permanecer neutro se outro Estado se envolver em guerra. (Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 694).

Kennan defendeu que a União Soviética poderia participar de empreitadas militares nos seus satélites, além de autorizar ações limitadas para atingir os seus objetivos políticos, sem correr risco de uma guerra total. O NSC enxergava a atuação da União Soviética de forma pontual como uma forma de explorar a incapacidade dos Estados Unidos em utilizar as armas atômicas sem um ataque direto (Gaddis, 2005). A Guerra da Coreia foi a comprovação da tese do NSC-68 e de George Kennan: conflito indireto através de satélites.

Grandes preocupações foram geradas a partir da interferência chinesa no conflito. Questões voltadas ao interesse chinês no conflito, suas preocupações em relação ao território nacional, o interesse nacional americano após este envolvimento e, conseqüentemente, a utilização da bomba atômica foi alvo de discussões. Sumarizando estes temas, o governo americano identificava que tal participação beneficiaria apenas a União Soviética e a China Nacionalista, indo em direção contrária aos interesses americanos (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 735, 1950); sobre os objetivos chineses, a criação de um cordão sanitário entre a Manchúria e a União Soviética, o retorno da divisão da península antes da

guerra e a criação de uma desculpa para invadir o Japão formam os objetivos primários das recomendações do governo em relação ao processo iniciado pela China, bem como a manutenção das forças da ONU no conflito (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 744, 1950).

No que se refere a utilização da bomba atômica no conflito após a entrada dos chineses, não existia a perspectiva de que esta ação seria decisiva para o fim do conflito. Ademais, com a participação da ONU, os Estados Unidos estariam suscetíveis às críticas internacionais em decorrência dos impactos desta ação (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 745, 1950).

Os Estados Unidos não sabiam como lidar com a participação chinesa na Coreia. Os líderes chineses, como demonstrado anteriormente, enxergavam o povo coreano como atrasado e, por isso, o conceito de *sadae* era tão bem aplicado. Para o governo americano, os pontos principais na luta pelo poder encontravam-se concentrados no Japão e na União Soviética. Para a Agência Central de Inteligência, os interesses chineses na região seriam

(a) evitar as consequências psicológicas e políticas de um resultado desastroso do empreendimento coreano; (b) manter as forças da ONU afastadas das fronteiras reais da China e da URSS; (c) reter uma área na Coreia como base das operações militares e de guerrilha comunistas; (d) prolongar indefinidamente a contenção das forças da ONU, especialmente dos EUA, na Coreia; (e) controlar a distribuição de energia hidrelétrica gerada na Coreia do Norte e reter outros benefícios econômicos; e (f) criar a possibilidade de uma solução política favorável na Coreia, apesar da derrota militar dos norte-coreanos (Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII Document 789).

Aqui é possível verificar que alguns objetivos eram, de fato, viáveis ao analisarmos a questão. Ao sustentar que a política de soma zero durante a Guerra Fria era existente, era vital manter uma zona de influência política, militar e econômica na Coreia. Ademais, a existência de um Estado-tampão serviria, ainda, para proteger os territórios envolvidos do contato e, possivelmente, da eclosão de um conflito direto. Após análise da comunicação encaminhada pela Agência Central de Inteligência, o Conselho Nacional de Segurança informou que os Estados Unidos deveriam se preparar para uma guerra global (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 730, 1950). O fato de que Beijing reagiu apenas após a aproximação das forças do “mundo livre” da fronteira chinesa, demonstra não apenas uma preocupação militar, mas como a reação poderia ser interpretada.

A discussão buscou, até o final do ano de 1950, questionar sobre os posicionamentos do Estados Unidos em relação à guerra e, especificamente, à China, onde se encontrava a maior ameaça na região. Há que se recordar que o papel ativo da China acabou retirando o papel preponderante que a União Soviética exercia até 1950 como principal inimigo aos

anseios americanos. O governo americano buscou, a todo custo, executar uma guerra direta com a China ou com a União Soviética, representando cautela ao se posicionar contra a utilização das tropas de Taiwan com o objetivo de mitigar qualquer retaliação chinesa como consequência de uma provocação americana.<sup>64</sup>

Ao afirmar que a Coreia possuía uma posição secundária na geopolítica americana, é crucial a percepção de que havia uma diferença entre a importância estratégica da Coreia do Sul e o valor simbólico do país. O primeiro ponto era negligenciável, enquanto o segundo era importante para outros países da região, como o Japão (TALIAFERRO, 2004).

Havia, ainda, a percepção do Embaixador coreano que acreditou não ter nenhum envolvimento da China comunista no conflito. Aqui torna-se claro, a partir do seu relato, que a China e a Coreia sempre mantiveram boas relações (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 962, 1950). Nota-se que ainda que haja divergência de interesses e questões ideológicas claras, havia resquícios de uma relação semicolonial com a China, onde duvida-se que a mesma atentaria contra um povo que foi, historicamente, protegido pelo império chinês. Para os Estados Unidos, havia duas saídas para a questão coreana: cessar-fogo ou a continuação das hostilidades. Nos dois casos, o posicionamento americano seria, respectivamente o

Apoio ao cessar-fogo, provavelmente nas proximidades do paralelo 38, sem condições políticas; reagrupamento de forças da ONU na Coreia do Sul; liberdade de ação dos chineses para reagrupar suas próprias forças ao norte da linha de cessar-fogo; prováveis negociações sobre questões do Extremo Oriente (a não serem propostas pelos EUA)[...]ou a rejeição pelo Alto Comando Comunista de um cessar-fogo, ou a fixação de condições inaceitáveis a um cessar-fogo; resistência contínua das forças da ONU à agressão chinesa e a possibilidade de evacuação das forças da ONU da Coreia como resultado de necessidade militar.

É importante notar que naquela região, o conflito era visto como uma preparação para uma suposta terceira guerra mundial. Logo, não era vital, da perspectiva geopolítica, manter um grande contingente militar na Coreia em decorrência da dificuldade em se movimentar para áreas estrategicamente importantes. O aumento do contingente militar<sup>65</sup> poderia ser constituído por outros países, com a saída parcial das tropas americanas. Truman se opôs a retirada das tropas americanas.

<sup>64</sup> A utilização das tropas oferecidas por Jiang Jeishi poderia impedir ou postergar um cessar-fogo com a China comunista.

<sup>65</sup> The UN force is not small: under General Walker's command alone there are 4 U.S. divisions, 8 ROK divisions, 2 British brigades, 1 Turkish brigade, the U.S. 187th Airborne RCT, and smaller Filipino and Thai units. The ROK force particularly is presumably subject to expansion. Perhaps other contingents than the American can be built up as well. But if the U.S. partial withdrawal leads in due course to termination of the UN operation before an overwhelming Communist threat, so be it.

Os Estados Unidos buscaram avaliar os efeitos das suas ações no Extremo Oriente e no que diz respeito, exclusivamente, à Coreia. Os pontos a seguir foram retirados visando apresentar a perspectiva geral dos Estados Unidos durante os últimos dias de dezembro, momento decisivo para o conflito coreano.

O debate sobre o tema com membros do governo americano, levantou a questão na qual uma saída voluntária influenciaria negativamente a Coreia do Sul, ainda que não fosse viável uma agressão ao território chinês, pois havia o temor de uma reação soviética. Além disso, o declínio do prestígio americano seria acompanhado pelo aumento do prestígio chinês. No que se refere ao Japão, a mobilização de tropas americanas para a ilha representaria o contingente americano na Ásia durante uma suposta terceira guerra mundial. Contudo, o conflito é analisado como um momento de mudança na política adotada pelos Estados Unidos, pois ainda que não houvesse a inclusão da Coreia dentro do perímetro defensivo, o governo americano foi obrigado a enviar suas forças para proteger o território coreano como um preparativo para possíveis agressões militares que a Europa e o Oriente Médio poderiam sofrer, classificando essas atitudes como uma forma de “prevenir uma Coreia” nestas regiões (WEATHERSBY, 1993).

Há que se notar que os países vitais para os Estados Unidos, notadamente o Japão, Alemanha, Europa Ocidental e Reino Unido, representavam as claras opções militares do Estados Unidos.<sup>66</sup> Aponta-se, ainda, que não deveria ser feitas correlações profundas sobre a ação na Coreia e no Japão, bem como a não mobilização de tropas americanas para a ilha japonesa, visando proteger a Europa Ocidental (ESTADOS UNIDOS, Volume VII, documento 1070, 1950)<sup>67</sup>.

A partir dos documentos relatados, é possível traçar uma linha objetiva das ações americanas na Coreia. Os debates buscaram, desde o primeiro momento, impedir uma ação generalizada que levasse a uma guerra total com a União Soviética, no primeiro momento, e com a China, no segundo. A invasão da Coreia do Sul também deixou latente a despreocupação dos Estados Unidos com a Coreia, a qual representava um agente secundário para o processo político, mas a crescente importância do Japão no pós-guerra. A sintetização do processo a partir do risco abordado pelo governo americano pode ser apresentada, entre

---

<sup>66</sup> If there is a clear choice as between Japan and Korea, priority must go to Japan.

<sup>67</sup> An approach to the problem, as seen from the political side: 1) Political and military action to stabilize a position in Korea; 2) cease-fire along the 38th parallel; 3) political deal calling for phased withdrawal of foreign forces from Korea; 4) assistance to increase effectiveness of ROK forces; 5) Korea to be left in hands of a UN Commission. Strengthening of military position in Japan: 1) staging of 3rd Division to Japan rather than Pusan; 2) rapid increase of Japanese constabulary capability; 3) stand-by plans for immediate evacuation from Korea to Japan.

1950 e 1951, a partir da proposta definida por Taliaferro (2004), onde ele define que em apenas um momento houve uma perspectiva de ganho total para o governo americano, conforme a tabela apresentada abaixo.

Período em observação	Nível de expectativa	Percepção de posição	Risco geral	Opções políticas tomadas
NSC-68 e a janela da vulnerabilidade (janeiro-maio, 1950)	Status quo territorial	Ganho	Aversão ao risco	1. Reafirmação do perímetro defensivo no Pacífico 2. Utilização de uma grande parcela econômica e poder para defesa
Guerra da Coreia e a decisão da intervenção (junho, 1950)	Status quo na Coreia e restauração do paralelo 38°	Perda	Aceitação do risco	1. Uso da força aérea para cobrir as tropas sul-coreanas 2. Envio da sétima frota para Taiwan 3. Uso da força aérea para destruir os suprimentos norte-coreanos 4. Intervenção naval, aérea e terrestre para reverter a situação na península
Ofensiva norte-coreana e objetivos da guerra (julho-agosto, 1950)	Status quo territorial	Perda	Aceitação do risco	1. Intervenção naval, aérea e terrestre para reverter a situação na península
EUA/ONU contraofensiva (setembro-outubro, 1950)	Status quo territorial/Reverter a situação	Ganho relativo às expectativas iniciais. Perda em relação às expectativas recentes.	Aceitação do risco	1. Autorização para intervenção aérea e terrestre além do Paralelo 38°
Atravessamento do paralelo (outubro-novembro, 1950)	Reverter a situação	Perda	Aceitação do risco	1. Autorização para intervenção até o rio Yalu (MacArthur)
Participação chinesa (dezembro, 1950-janeiro, 1951)	Status quo territorial	Perda	Aceitação do risco	1. Ação contínua para restaurar a fronteira pré-guerra

A análise dos antecedentes históricos serviu para demonstrar que não se tratava de uma questão sem fundamentos. Os efeitos das políticas casuais para a Coreia refletiram na falta de planejamento americano no século XX. Apesar disso, os Estados Unidos alcançaram os objetivos políticos firmados pelos documentos analisados, a saber, o não conflito direto com a China e a União Soviética, o estabelecimento da linha política na península e a influência na reformulação político-econômica japonesa.

É importante notar, também, que a entrada dos Estados Unidos na guerra estava relacionada aos objetivos internos do governo Truman. Harry Truman, ao sair do governo em 1953, possuía apenas 30% de aprovação, uma das mais baixas entre os políticos americanos, além de ser reconhecido como ineficaz e fraco, incluindo os casos de corrupção existentes em seu governo (TRUMAN LIBRARY). Já no cenário internacional, pode-se inferir sua atuação na Coreia, além dos paradigmas apresentados acima, como uma forma de evitar a “perda” de outro país asiático em um curto período de tempo.

A atuação durante o conflito demonstra que a política externa americana se manteve durante o período analisado, focada em manter pontos de influência em regiões estratégicas mundiais. No caso do Extremo Oriente, a Coreia não estava incluída em nenhum plano de contenção ou geopolítico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho era analisar a importância da Península Coreana na perspectiva do governo dos Estados Unidos frente às ameaças chinesa e soviética em um contexto de disputa hegemônica durante o início da Guerra Fria (1947-1991), no recorte temporal de 1945 a 1950. Visando alcançar a meta proposta, foram utilizadas como fontes primárias os relatórios políticos e de segurança nacional e internacional, além da documentação diplomática sobre o tema em tela.

A hipótese aventada inicialmente era de que a região peninsular era de importância estratégica para o governo americano, sendo que o interesse externo, não apenas dos Estados Unidos, aumentou a partir da derrota do Japão e ocupação da península pelas forças outrora antagônicas: Estados Unidos e União Soviética. Constatou-se que a Coreia era uma zona prioritária para o governo americano no século XX, mas não se encontrava no mesmo patamar que o Japão. Caso contrário, após a invasão da Coreia do Norte, não haveria participação americana no conflito peninsular, demonstrando a considerado um parceiro estratégico na região.

Durante o século XIX, a Coreia, ainda unificada, foi vítima do imperialismo característico do período e, durante o século XX, pela disputa entre poderes antagônicos abordados anteriormente. As questões relativas aos regimes soviético e chinês eram o pano de fundo para as ações americanas na região, onde o desenrolar das ações acabou desempenhando a atuação americana para os atores envolvidos.

Com as correspondências diplomáticas foi possível analisar as diferentes percepções e análises comuns sobre a questão coreana. O eventual uso da bomba atômica, a retirada de tropas, bem como a manutenção do *status quo ante bellum* na península, em 1950, foram alguns dos temas abordados. Apesar disso, os relatórios do Conselho Nacional de Segurança se mostraram inconclusivos sobre a ação chinesa, focando majoritariamente nas ações americanas durante a guerra. É importante notar que a União Soviética buscou, após a derrotada japonesa, a recuperação das ilhas perdidas para os japoneses após a Guerra Russo-Japonesa.

O que se pode inferir é que a península representou um ponto de partida importante da dinâmica Guerra Fria, onde houve a formação de uma nova ordem mundial a partir do mundo em dois pólos. A Coreia representou o embate entre duas formas de poder que culminou, em 1950, no início do conflito onde não foi pautada a reunificação da península, mas a vitória de um dos dois sistemas existentes na península como um reflexo da divisão do mundo após a

Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a guerra foi a aplicação da violência visando afirmar uma identidade política na região, mas nenhum dos dois lados conseguiu prevalecer, permanecendo a península, até hoje, dividida.

Faz-se vital compreender que há a construção das relações de poder dentro da região não apenas visando conter a expansão do comunismo, mas também visando garantir a estabilidade política interna, ainda que este tema estivesse estritamente ligado aos andamentos no exterior. Truman enfrentou, ademais, questões relativas aos problemas na Grécia e no Irã, pontos de importância fundamental para o andamento da situação após 1945.

Ainda que não seja o ponto abordado pela pesquisa, houve também a participação da mídia e demais elementos de *soft power*, demonstrando o aparato americano para contenção do comunismo até mesmo em regiões secundárias como é o caso da península coreana. A Guerra Fria ainda estava no seu estágio inicial e a Coreia acabou se tornando, em decorrência dos eventos supracitados, um paradigma deste conflito.

É notável a continuação dos efeitos da interferência externa na península. Durante o processo de formação da Coreia do Norte, houve a clara influência comunista durante o processo, ainda que com a ruptura com o polo soviético, o governo manteve sua forma política com poucos avanços na esfera econômico. A política externa do mesmo país se manteve firme durante estes anos, onde a pauta principal é a manutenção da soberania e a luta contra o imperialismo ocidental através da Coreia do Sul. A retórica se apresenta de forma linear em seu conteúdo, mas pragmática, pois ela é utilizada apenas quando conveniente por seus agentes políticos, uma tradição retórica oriunda da Guerra Fria e, conseqüentemente, da sua formação.

A Coreia do Sul, por outro lado, após entrar na zona apoiada pelo governo americano, buscou manter relações estreitas com o governo americano, mas evitando qualquer conflito direto com a União Soviética e a China. Nota-se que o sucesso da política externa sul-coreana encontra-se na cooperação internacional, especialmente com o norte, ainda que durante os anos 2000 algumas iniciativas foram hostis, especialmente durante o governo Lee Myung-bak.

A despeito da forma de regime norte-coreano, a Coreia do Sul enfrenta transições políticas que são benéficas para a Coreia do Norte. Nota-se que a aproximação ocorrida por iniciativa do presidente Moon Jae-in, filho de refugiados norte-coreanos, é um reflexo do papel social e da influência americana na região, seja ela direta ou indireta.

Desta forma, as relações na península merecem ser estudadas levando em conta estes fatores, onde a existência do regime norte-coreano, em maior parte, depende da existência do

inimigo do sul, pois só há fundamentação teórica para a manutenção da retórica militar quando existe o inimigo externo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

ACHESON, Dean. **Excerpts from Acheson's Speech to the National Press Club.**

Disponível em <<https://web.viu.ca/davies/H102/Acheson.speech1950.htm>>

GREEN, Beth. **Issues in US-China Relations, 1949-84.**

TRUMAN, Harry. **The Truman Doctrine.** Joint Session of Congress, US Capitol, 1947.

UNITED STATES. **Foreign Relations of the United States, 1950, The Far East, Volume VI.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/ch6>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1947, Korea, Volume VII, document 1.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d1>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1947, Korea, Volume VII, document 3.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d3>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 4.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d4>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 5.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d5>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 7.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d7>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 8.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d8>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 23.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d23>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 25.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d25>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII, document 31.**

Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d31>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 35.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d35>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 42.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d42>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 54.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d54>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 45.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d45>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 57.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d57>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 65.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d65>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 82.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d82>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 86.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d86>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 105.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d105>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 157.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d157>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 175.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d175>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 235.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d235>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 245.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d245>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 257.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d257>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 287.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d287>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 399.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d399>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 422.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d422>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 458.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d458>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 473.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d473>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 530.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d530>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 694.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d694>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 730.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d730>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 731.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d731>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 735.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d735>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 744.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d744>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 745.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d745>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 776.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d776>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII Document 789.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d789>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 822.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d822>>.

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 848.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d848>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 849.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d849>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 923.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d923>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 962.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d962>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 998.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d998>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States** 1950, Korea, Volume VII, document 1000.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d1000>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 1028.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d1028>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 1088.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d1088>>

\_\_\_\_\_. **Foreign Relations of the United States**, 1950, Korea, Volume VII, document 1070.  
Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d1070>>

\_\_\_\_\_. **Note by the Executive Secretary on U.S. Objectives With Respect to the USSR To Counter Soviet Threats to U.S. Security.** 1948.

\_\_\_\_\_. **United States Objectives and Programs for National Security.** 1950.

\_\_\_\_\_. **United States Courses of Action with Respect to Korea.** 1950.

## BIBLIOGRAFIA

Livros:

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.** Editora UNESP, 1996.

BLOMSTEDT, Larry. **Truman, Congress, and Korea: The Politics of America's First Undeclared War.** University Press of Kentucky, 2015.

BRINKLEY, Douglas. **Dean Acheson and the Making of U.S. Foreign Policy.** Macmillan Press, 1993.

CHANG, Tsan-Kuo. **The impact of presidential statements on press editorials regarding US China policy, 1950-1984.** Communication Research, v. 16, n. 4, p. 486-509, 1989.

CHEEK, Timothy. **Mao Zedong and China's Revolution.** New York: Bedford/St. Martin's, 2002.

CHEN, Jian. **Mao's China and the Cold War.** University of North Carolina Press, 2010.

COHEN, Warren I. **America's response to China: a history of Sino-American relations.** Columbia University Press, 2010.

COX, Michael; STOKES, Doug. **US Foreign Policy.** Oxford University Press, 2012.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: A new history.** Harvard University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **The United States and China: Revised and Enlarged.** Harvard University Press, 1983.

FOOT, Rosemary. **The wrong war: American policy and the dimensions of the Korean conflict, 1950-1953.** Ithaca: Cornell University Press, 1985.

FORD, Christopher. **The mind of empire: China's history and modern foreign relations.** University Press of Kentucky, 2010.

GADDIS, John Lewis. **We now know: rethinking Cold War history.** Oxford: Clarendon Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **The Cold War: a new history.** Penguin, 2006.

- GARVER, John W. **China's Quest: The History of the Foreign Relations of the People's Republic of China**. Oxford University Press, 2015.
- GILL, Stephen (Ed.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge University Press, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. **Antonio Gramsci: cadernos do cárcere**, v. 2, n. 2, 2001.
- JERVIS, Robert. **The impact of the Korean War on the Cold War**. Journal of Conflict Resolution, v. 24, n. 4, p. 563-592, 1980.
- HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776**. 2009.
- MACHIAVELLI, Niccolo. **The Prince**. Hackett Pub. Co, 2008.
- HARDING, Harry et YÜAN, Ming. **Sino-American relations, 1945-1955: a joint reassessment of a critical decade**. Sr Books, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- HOGAN, Michael. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954**. Cambridge University Press, 1998.
- HUFFMAN, James L. **Japan in world history**. Oxford University Press, 2010.
- JIAN, Chen. **China's road to the Korean War: The making of the Sino-American confrontation**. Columbia University Press, 1995.
- JONES, Howard. **A New Kind of War: America's Global Strategy and The Truman Doctrine in Greece**. Oxford University Press, 1989.
- KARL, Rebecca E. **Mao Zedong and China in the twentieth-century world: A concise history**. Duke University Press, 2010.
- KENNAN, George F. **American Diplomacy: Sixtieth-Anniversary**. University of Chicago Press, 2012.
- KIM, Seung-young. **American diplomacy and strategy toward Korea and Northeast Asia, 1882-1950 and after: perception of polarity and US commitment to a periphery**. Springer, 2009.

- KISSINGER, Henry; HORMANN, Nicholas. **On China**. New York: Penguin Press, 2011.
- Kim, Sungbae. **Korea's Confucian Strategies toward China during the Qing Dynasty and Their Implications**. EAI 아시아안보이니셔티브연구보고서 (2013): 1-30.
- LEE, Jongsoo James. **The partition of Korea after World War II: A global history**. Springer, 2006.
- LEE et PATTERSON, **Korean-American Relations: 1866-1997**, 1997,
- LEE, Steven. **Outposts of Empire: Korea, Vietnam, and the Origins of the Cold War in Asia, 1949-1954**. McGill-Queen's Press-MQUP, 1996.
- LEFFLER, Melvyn P.; PAINTER, David S. (Ed.). **Origins of the Cold War: an international history**. Psychology Press, 2005.
- PIERPAOLI, Paul G. **Truman and Korea: The Political Culture of the Early Cold War**. University of Missouri Press, 1999.
- PYLE, Kenneth. **The New Generation in Meiji Japan: Problems in Cultural Identity, 1886-1895**. Stanford University Press, 1969.
- RYAN, Mark A. **Chinese Attitudes Toward Nuclear Weapons: China and the United States During the Korean War**. East Gate Book, 1989.
- SCHALLER, Michael. **The American occupation of Japan: the origins of the Cold War in Asia**. Oxford University Press on Demand, 1985.
- SINHA, Radha. **Sino-American relations: mutual paranoia**. Springer, 2003.
- SOMAN, Appu Kuttan. **Double-Edged Sword: Nuclear Diplomacy in Unequal Conflicts: The United States and China, 1950-1958**. Greenwood Publishing Group, 2000.
- SPALDING, Elizabeth Edwards. **The First Cold War Warrior: Harry Truman, Containment, and the Remaking of Liberal Internationalism**. University Press of Kentucky, 2006.
- STUECK JR, William W. **The Road to Confrontation: American Policy toward China and Korea**. UNC Press Books, 2017.
- STUECK, William, ed. **The Korean war in world history**. University Press of Kentucky, 2010.

SUTTER, Robert G. **Historical Dictionary of United States-China Relations**. Scarecrow Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Chinese foreign relations: Power and policy since the Cold War**. Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

STUECK, William. **The Korean War**. 1995.

TUCKER, Nancy Bernkopf (Ed.). **China confidential: American diplomats and Sino-American relations, 1945-1996**. Columbia University Press, 2001.

ZHAI, Qiang. **The dragon, the lion & the eagle: Chinese-British-American relations, 1949-1958**. Kent State University Press, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **What cold war in asia? An interpretative essay**. In: *The Cold War in Asia*. Brill, 2010.

WATSON, Adam. **Diplomacy: the dialogue between States**. Methuen & Co, 1984.

YANGWEN, Zheng; LIU, Hong; SZONYI, Michael (Ed.). **The Cold War in Asia: the battle for hearts and minds**. Brill, 2010.

XIA, Yafeng. **Negotiating with the Enemy: US-China Talks during the Cold War, 1949-1972**. Indiana University Press, 2006.